



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 89

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 15 de janeiro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituídos no decorrer da sessão pelos Deputados Rogério Veiros e Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A sessão iniciou-se com o **debate de urgência sobre a SATA**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após as intervenções do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*), o debate prosseguiu com a participação dos/a Srs./a Deputados/a Duarte Freitas (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Francisco César (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*), bem como do Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Vasco Cordeiro*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), seguindo-se um contraprotesto por parte do Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Em seguida foi apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), o relatório da Comissão de Política Geral sobre a [Petição n.º 26/X – “Pela recuperação da zona habitacional do aeroporto de Santa Maria”](#), apresentada por Carlos Afonso Simões Braga Oliveira.

Usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Ana Espínola (*CDS-PP*), Paulo Parece (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Bárbara Chaves (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*) e o Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Sobre o [Projeto de Resolução n.º 104/X – “Recomenda à Comissão Permanente de Economia, que acompanhe o fim do regime de quotas leiteiras nos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Cordeiro (*PSD*), para apresentação da iniciativa, Duarte Moreira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foram debatidos e votados, o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A – Alteração ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE e o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/X – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, que estabelece o Regime Jurídico do Conselho de Ilha”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, tendo o debate e votação incidido sobre a proposta de substituição integral dos diplomas.

Assim, usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*) para apresentação das suas iniciativas.

De seguida, o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) fez a apresentação da proposta de substituição, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) bem

como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovado o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 108/X – “Pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a privatização da TAP”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, após a justificação da urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Aberto o debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 108/X – “Pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a privatização da TAP”](#), com a intervenção inicial do Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos.

Presidente: Bom dia, a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de **Lima**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, iniciamos hoje os nossos trabalhos com o ponto 16 da nossa Agenda: **Debate de urgência sobre a SATA**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Os tempos são os que habitualmente utilizamos nesta figura regimental e estão assim distribuídos:

O Interpelante, o PS e o Governo Regional, dispõem de 32 minutos;

O PSD, 24 minutos;

As Representações Parlamentares, 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A SATA é uma empresa estratégica e de fundamental importância para o desenvolvimento social e económico da Região Autónoma dos Açores.

Aliás, a SATA é um dos pilares fundamentais do nosso sistema autonómico.

O CDS-PP tem vindo a alertar para as sucessivas más opções políticas que geraram péssimas decisões de gestão. Só que a cada alerta que fazíamos o Governo e o PS respondiam com particular agressividade acusando o CDS de querer contribuir para o descalabro da empresa.

O que é certo é que foi a gestão socialista da SATA que a conduziu à situação de “insustentabilidade” agora assumida pelo atual Conselho de Administração, que se vê a braços com uma empresa altamente endividada, com excesso de recursos e com problemas graves de operacionalidade...

O descalabro de gestão da SATA iniciou-se na primeira metade da década passada com o processo de renovação da frota inter-ilhas.

Os novos aviões para a SATA Air Açores, os Dash Next Gen Q200 e Q400 da canadiana Bombardier, representaram um tremendo erro de gestão. O CDS-PP foi o único partido que alertou para este erro. Mas mais uma vez fomos desvalorizados pela maioria socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Não seja injusto! Está a ser injusto, Sr. Deputado!

O Orador: Hoje, o tempo voltou a dar-nos razão!

Quando se optou pelos aviões canadianos, pensou-se em alargar os horizontes da companhia, satisfazendo alguns caprichos dos administradores da empresa, em vez de se pensar na melhoria da prestação de serviço aos Açores e aos Açorianos. Esta, sim, deveria ser a função primordial da SATA.

Com este negócio, compraram-se aviões hoje considerados pela atual administração de “ociosos”, endividou-se desnecessariamente a companhia, desperdiçaram-se milhões de euros (porque existiam outras opções de financiamento e de frota), e não se melhorou substancialmente a prestação do serviço público aos Açorianos.

Nem tão pouco, a tão anunciada maior eficiência das aeronaves, se repercutiu no preço das passagens pagas pelos Açorianos. Isto é de uma gravidade extrema e inaceitável.

Os objetivos dos administradores e dos governantes que representavam o acionista passavam pela Madeira, pelas Canárias, por Faro... não passavam pelos Açores!

Entretanto, a companhia precisava, também, de uma renovação profunda da sua frota de longo curso, que não foi feita, levando a gastos de milhões em manutenção.

Pelo menos desde 2008, que o CDS vem alertando para essa necessidade – também agora reconhecida como urgentíssima pelo Conselho de Administração. Só que a aposta foi na degradação profunda da imagem da empresa e, por consequência, dos Açores, com todos os registos públicos de avarias, atrasos, cancelamentos e outros tristes episódios.

Fatores exógenos à companhia – como a crise e a recessão económica e financeira – contribuíram para o início de um ciclo de desequilíbrio da SATA.

Porém, existem dois fatores – quanto a nós, os principais responsáveis pela situação financeira da SATA – que conduziram a empresa à deterioração financeira e operacional: a falta de uma efetiva e inequívoca política de transportes e turismo e o facto do Governo Regional ter deixado, em 2011, de fazer face aos seus compromissos financeiros para com a empresa.

A falta de uma política de turismo e transportes clara e objetiva levou ao devaneio de se apostar em rotas altamente lesivas, pela sua pouca ou má rentabilidade, como as do Funchal ou da Europa.

Usou-se a SATA numa tentativa desesperada de encher hotéis; mas usou-se mal... Nem se conseguiram dar respostas às acentuadas quebras registadas nos indicadores turísticos e, ainda por cima, atirou-se a SATA para o desequilíbrio financeiro e agravamento operacional.

A estratégia comercial da SATA, como também denunciámos desde 2009 – e como agora o atual Conselho de Administração nos dá razão – no âmbito desta desastrosa estratégia de internacionalização, apagou a referência comercial aos Açores, substituindo-a pela palavra “Atlântico” (“SATA – Atlantic and You”). E agora, curiosamente, a grande inovação é voltar a pôr Açores na designação da SATA, como Azores Airlines. Andam a brincar com a Sata há muito tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Rogério Veiros (PS): SATA Internacional! Não é SATA Açores!

O Orador: Mais uma vez gastaram-se milhares de euros em novas cores, novos *designers*, novas rotas, com mais prejuízos, com velhos aviões, com escassos resultados turísticos...

Em 2009, disse-o, nesta Assembleia: “*São opções, maioritariamente, de cariz político que, oxalá, não nos venham a sair caras no futuro*”.

Mais uma vez tivemos razão antes do tempo.

Esta situação de “insustentabilidade” estava à vista.

Só o PS não a quis ver!

Agora, chegamos ao ponto em que para pagar ordenados a empresa recorre a empréstimos bancários, porque o Governo Regional não lhe paga o que lhe deve, e apresentam-se planos de negócios, reestruturação e sustentabilidade, com um horizonte temporal de cinco anos, que são propositadamente, repito, propositadamente, obliterados para esconder a verdadeira realidade da empresa.

É grave quando se omitem informações tão relevantes como a necessidade de dispensar colaboradores, reduzir a frequência de rotas, a urgente renovação da frota de longo curso, a reestruturação profunda de serviços e a inexorável exigência de que o Governo Regional pague o que deve.

É grave quando se afirma que só mantendo os preços exorbitantes das passagens inter-ilhas (a que se somam as chorudas indemnizações compensatórias) é que se conseguirá assegurar a sustentabilidade financeira da empresa.

E ainda se arranjou neste novo modelo um esquema, a género negociata, para financiar os reencaminhamentos de turistas nas ligações inter-ilhas, tudo para financiar a SATA.

Os Açorianos que já pagam as passagens mais caras do Mundo, por milha voada, vão continuar a pagar as megalomanias aventureiras da SATA.

A epopeia internacional da SATA, dos vikings aos sul-americanos, conduziu a empresa ao precipício financeiro e operacional.

Mas mais grave ainda é usar os Deputados Regionais e a Assembleia Legislativa da Região para tentar branquear todos os erros do passado (erros que só ao PS se podem assacar responsabilidades) e tentar disfarçar a gravidade de algumas das medidas que terão que ser tomadas no futuro próximo.

E pior é sonegar propositadamente informação aos legítimos representantes do Povo Açoriano. A medida pioneira e inédita (como propagava o Governo) e aliás o Sr. Presidente da Comissão de Economia, de uma empresa pública vir ao Parlamento apresentar as suas linhas de orientação estratégica, afinal, como já se provou pelas famigeradas, e famosas diria eu, 251 páginas do verdadeiro *Business Plan*, foi uma lamentável manobra de ilusionismo.

E veja-se o deslante: eu próprio interpelei, na reunião da Comissão de Economia, sobre a opção pelo tipo de avião que servirá as rotas de longo curso;

foi-me afirmado, quer pelo Sr. Secretário, quer pelo especialista Deputado José San-Bento ...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

... que ainda não sabiam, nem tinham que saber, era apenas um avião com 250 a 300 lugares ... Mas, afinal, no resumo que nos deram não indicava o avião, mas no de 251 páginas já indica que é um A330 e que a decisão já estava tomada há muito tempo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Qualquer matéria é referencial! Isso é óbvio!

O Orador: Se isto não é enganar os Deputado propositadamente, se isto não é enganar esta Assembleia propositadamente, digam-me o que é.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Já lá diz o adágio popular: “*Mais depressa de apanha um mentiroso que um coxo*”!

E, se existem documentos que são do foro interno de gestão, que não deviam ter sido tornados públicos, mas foram, o problema não é político, pode é ser polícia, mas aí há que assacar responsabilidades a quem o divulgou!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem! Até que enfim que o senhor diz uma coisa que eu concordo!

Deputados Berto Messias e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores concordam com tudo o que eu disse até agora.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não, não!

O Orador: Assim, não podemos deixar de tecer um veemente protesto à forma como o Governo Regional lidou com este assunto e tratou o principal órgão de governo próprio desta Região.

Deputado Rogério Veiros (PS): Nós? E os irresponsáveis que andaram a divulgar o documento?

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A SATA é demasiado importante para ser gerida ao sabor de vontades, ao sabor do vento, ao sabor de idiossincrasias. A SATA continuando nesta turbulência, ou melhor, vai acabar por despenhar-se, para mal dos Açores e dos açorianos.

O futuro da SATA é apenas um e tem que ser assumido.

A SATA tem que servir, em primeiro lugar, e sem tibiezas, os Açores e os Açorianos, estejam cá, ou na Diáspora!

Se for outro o desígnio a SATA não serve para os Açores, nem para os açorianos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Termino, dizendo que perante esta grave situação que culminou, nos últimos dias, nos acontecimentos que todos temos conhecimento, que foi anunciado aqui por uma Comissão de Inquérito pelo PSD, que toda a oposição subscreverá essa Comissão de Inquérito, em defesa da verdade, do rigor, da boa gestão dos Açores e dos açorianos.

Espero do PS que o comportamento não seja de sonegar a informação, seja efetivamente de esclarecer a verdade e só a verdade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rogério Veiros pediu a palavra para inscrever-se?

Deputado Rogério Veiros (PS): Sim.

Presidente: Obrigada.

Dou a palavra então ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas nós temos a perfeita consciência da importância que o grupo SATA tem para os Açores, não só ao nível da dinamização económica que o mesmo contribui (há que ter em conta que o Grupo SATA é a maior entidade exportadora da Região, é a única empresa da Região que surge nos *rankings* de exportação do País com um volume de 70 milhões de euros, sendo o seu volume de negócios de 180 milhões de euros). A sua importância ao nível da coesão social e territorial é também inegável, nomeadamente na capacidade de mobilidade e de acessibilidade que dá a todos os açorianos.

A SATA assume-se também, claramente, como um instrumento da nossa autonomia.

Não nos podemos esquecer que o Grupo SATA inclui a companhia aérea mais antiga do País.

Este é claramente um património do Grupo, um património da Região.

O conhecimento, a competência, a determinação, a força dos seus colaboradores tem garantido ao Grupo SATA vencer todos os seus desafios.

Novos desafios se colocam, por circunstâncias várias, nomeadamente o enquadramento económico que a Região está envolvida, que o País está envolvido, que a Europa está envolvida.

E surge, perante esses novos desafios, a necessidade de definir um rumo, um rumo estratégico para a companhia e foi essa a decisão política que foi tomada.

O Governo dos Açores, enquanto representante de todos os acionistas da SATA, que são todos os açorianos, decidiu dar indicações para que fosse definido um plano estratégico para a companhia, que preservasse o futuro da companhia, não só a sua sustentabilidade em termos operacionais, não só a sua

sustentabilidade em termos económicos, mas também a sustentabilidade dos seus postos de trabalho.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Temos que ter a consciência que os planos estratégicos são hoje instrumentos fundamentais, mas também naturais na vida das organizações.

Os planos estratégicos servem para refletir a visão, a missão, os objetivos das organizações.

Também temos que olhar, com naturalidade, para processos de reestruturação na vida das organizações. Isto faz parte do período de vida dessas mesmas organizações e todas aquelas que pretendem ser mais eficientes, mais orientadas para uma prestação de serviço de qualidade, o serviço de excelência aos seus clientes, não hesitam em reestruturar quando entendem ser necessário.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é quando entendem, é quando estão à rasca!

O Orador: Um plano estratégico faz parte do processo de gestão que passa por: planear, executar, medir, controlar e agir.

É este plano estratégico que foi apresentado e que é o único plano estratégico que existe. Faz parte de todo este processo que agora se inicia.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este plano estratégico, do ponto de vista do acionista, tem objetivos muito claros.

Pretendemos que o grupo SATA dê uma resposta às reais necessidades das açorianas e dos açorianos, que preserve os seus postos de trabalho e por isso neste plano estratégico não está contemplado qualquer tipo de despedimento, quer seja individual, quer seja coletivo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Queremos ter um grupo empresarial que gere riqueza para a Região, que seja sustentável, que tenha futuro.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Queremos ter ou vamos ter?

O Orador: Este plano estratégico mostra claramente onde estamos e para onde vamos: identifica, claramente, as oportunidades, as ameaças, os pontos fortes e os pontos fracos da organização.

É um plano realista que define o seu posicionamento estratégico; a sua vocação regional a prestação do serviço público no interior da Região; a definição de uma companhia de referência nas ligações ao continente português; o serviço à diáspora como sendo o motivo para a operação para a América do Norte; a sua capacidade para dinamizar a captação de fluxos turísticos; a definição como um operador de referência na Região da Macaronésia.

Para além disso assume também o Grupo SATA como uma entidade com capacidade para prestar serviços complementares na área da gestão aeroportuária e de *handling*.

Este é claramente um plano que prepara o grupo para uma nova realidade, dando resposta aos novos desafios que se avizinham.

Garante a sua sustentabilidade e a coesão dentro do próprio grupo.

Pretende-se uma entidade, um grupo que tenha uma prestação de um serviço que responda às exigências do mercado, tanto interno como externo.

O Governo dos Açores, enquanto representante de todos os acionistas que são os açorianos e estando o grupo a atuar muito em breve dentro do novo ecossistema, fortemente concorrencial, está como sempre esteve, empenhado em apoiar o desenvolvimento do grupo SATA.

Pretendemos contribuir para obter o sucesso pretendido, ou seja, a prestação de um serviço público de qualidade, a satisfação de todos os utilizadores, de todos

os clientes do grupo SATA, a preservação dos seus postos de trabalho e a sustentabilidade económico-financeira da companhia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai ficar sem tempo para nos responder!

O Orador: É nesta perspetiva, é nesta perspetiva de garantir um crescimento sólido e duradouro, baseado na eficiência da organização, nos mais elevados padrões de qualidade de serviço que o plano estratégico do grupo SATA foi construído.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual deles?

O Orador: O mesmo é assente em três grandes pilares: a melhoria operacional e comercial; a reestruturação financeira e a renovação da frota de longo curso e o novo modelo corporativo.

Na melhoria operacional e comercial é definido claramente qual o mercado *core* para o grupo, nomeadamente o transporte aéreo no interior da Região, as rotas com Obrigações de Serviço Público nas acessibilidades ao continente português e à Madeira, as rotas liberalizadas, o mercado norte-americano (Estados Unidos e Canadá), toda a Região da Macaronésia.

É este o *core* de atuação do grupo SATA enquanto prestador de serviço de transporte aéreo.

Paralelamente o grupo assume-se também como um prestador de serviços complementares ao transporte aéreo, nomeadamente na questão do *handling* que o novo modelo de acessibilidades trará certamente novas oportunidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe o tempo!

O Orador: Ao nível da reestruturação financeira irá assumir três novas linhas de financiamento: uma linha de financiamento de atividade correntes, com o limite de 50 milhões de euros; uma linha corporativa, com 42 milhões de euros e uma linha subordinada com 63 milhões de euros.

A este propósito convém esclarecer, ao contrário do que tem sido dito, a dívida do Governo dos Açores ao grupo SATA é de 40 milhões de euros ...

Deputado Luís Garcia (PSD): E o senhor insiste!

O Orador: ... estando 3 milhões de euros sujeitos a validação por via de pedidos de reequilíbrio financeiro ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual deles era?!

O Orador: ... e esta situação surge porque a SATA no serviço inter-ilhas efetua mais voos do que aqueles que estão previstos nas Obrigações de Serviço Público.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Também convém referir que a dívida do Governo da República ao grupo SATA é de 17,6 milhões de euros, à data de 31 de dezembro de 2014.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa parte está certa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já acertaram o problema informático para enviar ao Governo da República? Da outra vez era um problema informático!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A renovação da frota de longo curso é uma necessidade que todos nós reconhecemos, não só pelos custos de manutenção que a atual frota exige, mas também pelos elevados padrões de qualidade de serviço que se exigem que sejam prestados pela SATA.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Neste sentido está contemplado no plano estratégico da SATA, a substituição da atual frota de longo curso por duas aeronaves...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?!

O Orador: ... com capacidade entre 250 e 300 passageiros.

É este o caminho que queremos seguir. Um caminho de eficiência de aumento da qualidade do serviço prestado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que é que não seguiram até agora?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Mas não ficamos por aqui.

O plano estratégico da SATA prevê também uma revisão do seu modelo corporativo, desde logo pela alteração de estrutura de participações sociais, dotando a SATA SGPS de funções diretas de estratégia e controlo sobre todas as subsidiárias.

Prevê a criação de SATA Serviços, autonomizando a atividade do *handling* e da gestão das lojas SATA.

Prevê a criação da SATA Serviços Partilhados, uma entidade que terá como principal missão a prestação de serviços às outras entidades do grupo SATA.

Prevê o *renamed* e o *rebranding* da SATA Internacional para Azores Airlines, assim como as suas duas subsidiárias nos Estados Unidos e no Canadá como Azores Airlines América e Azores Airlines Canadá.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tanta companhia aérea!

Orador: A SATA tem uma estratégia.

Esta é a estratégia da SATA para vencer os desafios do futuro.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Na política não vale tudo.

Se alguns querem fazer combate político, façam-no comigo, façam-no com o Governo, façam-no com o Grupo Parlamentar do PS ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... mas não usem a SATA como arma de arremesso.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Tenham a responsabilidade de não colocar em causa a companhia

...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quem colocou em causa a companhia foram os senhores!

O Orador: ... a sua sustentabilidade e os seus postos de trabalho.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não contem comigo para usar a SATA como arma de arremesso político.

A companhia, os seus trabalhadores, os seus dirigentes, merecem da parte de todos nós, de todos nós, o respeito e consideração devidos.

O Governo dos Açores acredita no Conselho de Administração da SATA, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eles é que não acreditam no Governo!

O Orador: ... nos trabalhadores da SATA, na sua capacidade para vencerem os novos desafios.

Eles sabem que podem contar connosco e nós sabemos que podemos contar com eles.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Passo a fazer aqui duas pequenas citações, na sequência da apresentação do plano estratégico da SATA.

“Esta apresentação deixou-nos bastante satisfeitos na parte relativa à continuidade da segurança da SATA Internacional, no que concerne aos seus trabalhadores efetivos”. Citei.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Outra citação: “Estamos aqui para colaborar uns com os outros e chegarmos à melhor conclusão. Está bem entregue, é uma empresa viável, com certeza. Vai ser viável e nós vamos fazer tudo para ajudar a viabilizar dentro da razoabilidade.

Tanto nós como a administração estamos dispostos a resolver para bem de todos, da Região, do País, dos trabalhadores e de todos nós”.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: A primeira citação foi do dirigente sindical, Bruno Fialho, do SNPVAC e a segunda citação foi do dirigente sindical Manuel dos Santos Cardoso do SPAC.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olha como ele gosta dos sindicatos! Saltou-lhe agora a paixão pelos sindicatos!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O plano estratégico da SATA existe. O plano estratégico da SATA está em marcha.

O Governo dos Açores enquanto acionista está empenhado na sua concretização.

O Conselho de Administração da SATA que desenhou este plano estratégico, está a implementar este plano estratégico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual deles?

O Orador: Os colaboradores da SATA, como se pode ver pelas declarações dos seus representantes reconhecem os méritos deste plano e estão empenhados para o levar em frente e tornar a SATA uma empresa sustentável que preserve os seus postos de trabalho e que continue a ser um elemento fundamental na dinamização económica da Região.

Deputada Marta Couto e Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Só falta aí a orquestra do Titanic!

O Orador: Estamos unidos, lamentavelmente alguns teimam em não se juntar a nós.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições para a participação no debate.

Dou a palavra em primeiro lugar ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, dirigir uma palavra a todos os açorianos.

Nos últimos anos o grupo SATA foi obrigado a endividar-se para lá das suas capacidades e enfrenta hoje um cenário real de insustentabilidade.

As dívidas acumuladas do governo à companhia e as ingerências políticas que se sobrepuseram a decisões comerciais são as responsáveis por esta situação.

Ou seja, por causa deste comportamento do governo regional a SATA foi obrigada a endividar-se em 179 milhões de euros.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É falso!

O Orador: Este endividamento faz com que os seus trabalhadores vivam na incerteza e que os açorianos tenham ficado a saber que vão ter de fazer alguns sacrifícios para pagar as dívidas do governo à SATA e as dívidas da SATA à banca.

Senhoras e senhores,

Recentemente ficou a conhecer-se a verdadeira dimensão da dívida da SATA e o embuste que o governo regional tentou criar ao Parlamento e aos Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outras palavras, ficou a saber-se que o governo tentou enganar este Parlamento e os Açorianos.

Estranhamente, o governo regional não se apresenta aqui pedindo desculpas por ter escondido informação relevante ou dando explicações para os graves problemas que provocou no grupo SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista que colocou a SATA no fio da navalha apresenta-se aos açorianos de peito feito tentando virar o mundo ao contrário: exige desculpas à oposição porque a oposição e os açorianos descobriram como a SATA tem sido governada pelos socialistas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: O governo regional escondeu dos açorianos – porque esconder do Parlamento é esconder dos açorianos – informação que comprova a forma irresponsável, impreparada e até danosa como a SATA tem sido tutelada pelo governo regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E agora esse governo quer explicações da oposição? É preciso não ter vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O governo regional foi desonesto e incompetente.

Desonesto porque ocultou informação relevante ao Parlamento e aos Açorianos.

Incompetente pelo que essa mesma informação revela da sua gestão.

A SATA está em estado de aflição porque o governo regional anda há cinco anos a gerir e a esconder que está a gerir e a esconder estar a gerir a SATA de forma impreparada e irresponsável.

A SATA tem problemas porque Vasco Cordeiro, Victor Fraga e Sérgio Ávila ...

Deputado Francisco César (PS): Já cá faltava!

O Orador: ... não cumprem a sua obrigação como governantes e não pagam o que têm de pagar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A mentira e irresponsabilidade financeira deste governo de Sérgio Ávila e Vasco Cordeiro, como os portugueses e os açorianos aprenderam com José Sócrates, custa caro. Custa-nos muito caro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A mentira e a irresponsabilidade financeira de Vasco Cordeiro como Secretário Regional da Economia e Presidente do Governo; de Victor Fraga, como administrador da SATA e Secretário dos Transportes; ou de Sérgio Ávila, sempre como Vice-Presidente, esta mentira e esta irresponsabilidade, vai custar caro às açorianas e aos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Compreende-se que este governo regional não queira explicar os números, as opções e as estratégias.

É, por isso, que prefere ruído, teorias da conspiração e tudo o que permita de alguma forma contribuir para desviar as atenções da situação gravíssima em que a SATA se encontra por culpa da governação.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Os números são catastróficos, as opções foram erradas e as estratégias uma ilusão.

Deputado Francisco César (PS): É preciso ter lata!

O Orador: E atenção, não foi por falta de avisos da oposição, como já hoje aqui foi referido.

Quando o deputado do PSD/Açores Jorge Macedo, durante anos, alertou, aqui, por diversas vezes para alguns erros de gestão óbvios, o Partido Socialista riu-se, e afirmava que o PSD/Açores não sabia do que falava e queixava-se de que

a oposição não sabia reconhecer a importância de afirmar a SATA como transportadora europeia de referência.

Deputado Miguel Costa (PS): Sim, sim!

O Orador: Quando outros partidos da oposição aqui alertaram para a opção errada de colocar os açorianos a pagar o transporte de turistas e madeirenses na operação da Madeira, o PS riu-se, desconsiderou as oposições porque não sabiam nada de aviação.

Só o PS e o governo é que sabiam tudo.

Só o PS e o governo são, portanto, responsáveis pela situação a que se chegou.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos sabem hoje que a teimosia e a incompetência à moda de Sócrates têm custos elevadíssimos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vasco Cordeiro e o Partido Socialista não se importaram de utilizar a SATA como um instrumento político quando em 21 de setembro de 2009 anunciaram que a empresa ia reforçar as suas ligações para a Europa e para a América do Norte.

Mas agora Vasco Cordeiro e o PS entendem que a oposição está a usar a SATA como um instrumento político quando perguntamos porque é que a SATA perdeu milhões de euros com essas operações anunciadas por Vasco Cordeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vasco Cordeiro e Partido Socialista não hesitaram em utilizar a SATA como instrumento político quando em janeiro de 2010 anunciaram que a

SATA e o governo iam lançar uma grande campanha promocional no mercado escandinavo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas agora, Vasco Cordeiro e o Partido Socialista entendem que a oposição está a usar a SATA como um instrumento político por questionarmos os resultados dessa estratégia que tinha sido anunciada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vasco Cordeiro e Victor Fraga, no verão de 2013, não se importaram de utilizar a SATA como instrumento político para anunciar novos tarifários nas ligações com os Estados Unidos e Canadá e o reforço dos voos com esses países.

Mas hoje, Vasco Cordeiro e Victor Fraga consideram que a SATA está a ser utilizada como instrumento de arremesso político porque os açorianos descobriram que essas decisões levaram ao quase colapso operacional e financeiro da SATA.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em suma,

Quando é para mandar a SATA voar e gastar dinheiro sem retorno em campanhas promocionais Vasco Cordeiro e Victor Fraga são os primeiros a correr para a fotografia.

Quando é para responder pelos resultados, escondem-se atrás de desculpas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Percebe-se bem que o governo regional não queira falar do futuro da SATA anunciado em 2009, em 2010 ou em 2013. Esse futuro agora é presente. E ele é muito diferente daquilo que foi prometido no passado.

O presente diz que a SATA se afundou em dívidas, vai abandonar rotas e como se pode verificar pelos números, os turistas escandinavos desapareceram dos Açores depois das grandes campanhas promocionais anunciadas por Vasco Cordeiro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vergonhosas!

O Orador: Pode o governo regional criticar a oposição, rasgar as vestes e fingir o que quiser, porque desta vez não vai ter mais espaço para a mentira e para a demagogia.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos de saber, por exemplo, o que levou a SATA a apostar no mercado da Madeira e com isso perder mais de 20 milhões de euros dos Açorianos.

Temos de saber, por exemplo, quais os motivos que levaram a SATA a voar para o Brasil acumulando défices atrás de défices.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sem aviões!

O Orador: Temos de saber, por exemplo, porque andou a SATA a disfarçar o amorismo das campanhas promocionais quando a sua função é transportar passageiros.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, agora como nunca, se justifica uma comissão de inquérito para averiguar toda a verdade sobre o desastre a que o governo conduziu uma das mais importantes empresas da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O governo regional não está preocupado com o interesse estratégico da SATA. Se estivesse não tinha provocado 77 milhões de euros de dívida e gerado um buraco de 179 milhões de euros na empresa.

O governo regional está é preocupado por saber-se agora que enquanto a oposição alertava e o Partido Socialista ria, os açorianos estavam a perder dos seus impostos, por exemplo, 9 milhões de euros em 2012 e 11 milhões de euros em 2013 só em rotas deficitárias.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes e Turismo.

Um governante não pode ir num dia de novembro de 2014 à Comissão de Economia anunciar uma campanha promocional de 20 mil lugares na SATA para depois vir aqui em janeiro dizer que “à política o que é da política e aos negócios o que é dos negócios”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Para que fique claro, Sr. Secretário, apesar de eu pensar que já não restam muitas dúvidas: eu acho que não há lugar nos governos democráticos para os governantes que escondem informação do parlamento.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É uma regra elementar da democracia. Quem não soube cuidar da administração da SATA quando lá esteve e agora pelos vistos não a sabe tutelar não deve ter lugar no governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Mas isso, Sr. Secretário, só compete à sua consciência ou à decisão do Presidente do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tal como a um governo se exige competência e verdade à oposição exige-se responsabilidade.

Tendo faltado ao governo estas qualidades, aos açorianos não falta, e não pode faltar, uma oposição responsável e competente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, reitero aqui a vontade e a disponibilidade que já apresentei na passada semana: apesar do governo ser o único responsável pela situação da SATA, os açorianos podem contar com o PSD/Açores para ajudar a encontrar uma solução.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Como já referi na passada semana há caminhos que têm que ser trilhados. Esta situação que agora foi apresentada e conhecida, exige um verdadeiro plano de resgate, exige que façamos todos o melhor esforço, daqui

até Bruxelas, para conseguir encontrar uma solução de recapitalização da SATA, porque hoje é evidente que a SATA tem que ser recapitalizada.

Tal como anunciei a semana passada neste sentido, o PSD/Açores já está a trabalhar para contribuir para esta solução para o grupo SATA.

À falta de um bom governo, os açorianos precisam de uma boa oposição.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

O Orador: Quanto a provas de competência, a situação na SATA responde por si.

Os açorianos bem precisam de um novo governo que possa acabar com toda esta irresponsabilidade.

Disse!

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vá lá, defenda o Pico, a sua terra!

(*) Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nunca é de mais reforçar nesta Casa que a SATA é uma empresa estratégica para os Açores. Foi, é e continuará a sê-lo no futuro. Disso não temos qualquer dúvida!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso garantir que esta empresa estratégica esteja preparada, adequada e competitiva para fazer face aos novos desafios do futuro. Disso também não haverá qualquer dúvida!

Precisamos de ter a garantia de continuar com uma empresa regional para servir os açorianos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: ... como tem feito até hoje com relevante desempenho social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não apoiado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Essa parte correu mal!

O Orador: As linhas de orientação para esse fim estão traçadas. Existe uma estratégia!

É preciso saber se é finalmente hoje que vamos ter a opinião do PSD sobre o plano estratégico da SATA...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque o seu líder mais uma vez, daquela tribuna, mais não fez do que perder-se num chorrilho de críticas e de má língua...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e acabou muito bem, disse que é realmente preciso ter uma melhor oposição nos Açores, aquilo que os senhores até hoje nunca conseguiram.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não foi bem isso que ele disse!

O Orador: A SATA já conta com vários parceiros alinhados nesta missão planificada que por acaso são só os melhores parceiros possíveis: são os trabalhadores da empresa...

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... em que os seus representantes chegaram a considerar um excelente plano, que é uma empresa claramente viável e que está bem entregue. Os senhores deviam aprender também com eles!

Portanto, os trabalhadores já se associaram à missão conjunta de preparar a SATA para os novos desafios...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pelo menos diz isso com cara de quem acredita no que está a dizer!

O Orador: ... numa demonstração clara de que a estratégia foi construída com eles e não contra eles.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O que realmente interessa é o futuro da empresa que parece ser aquilo que menos interessa ao PSD. Parece que é aquilo que o PSD não quer discutir, sabe-se lá porquê.

Mais uma vez constatámos, pela boca do seu líder, não têm opinião, nem têm soluções alternativas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Até hoje, nem uma palavra do PSD se ouviu sobre os trabalhadores da SATA. Nem uma palavra!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi a primeira palavra! Tem a consciência pesada!

O Orador: Aliás, o PS foi o único que manifestou essa preocupação em sede da Comissão de Economia quando foi apresentado um plano estratégico para a SATA. Essa é que é a verdade, Srs. Deputados!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Até hoje, nem uma palavra do PSD, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Para quê?

O Orador: ... sobre a estratégia definida para a SATA operar no novo modelo, aliás ao encontro de uma das quatro linhas que os senhores têm de estratégia para os transportes nos Açores no vosso site oficial. Quatro linhas!

Deputado Luís Garcia (PSD): Outra vez?

Deputado Rogério Veiros (PS): É verdade!

Deputado Luís Garcia (PSD): É! Vamos lá apagar fotografias!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apagaram as fotografias de quem? Do Sócrates?

O Orador: Srs. Deputados, não é tempo de discutir o número de páginas, nem de fazer número para a primeira página de jornal.

É sim tempo de discutir o futuro e o instrumento essencial da nossa autonomia.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso, no mínimo, expetável, que o maior partido da oposição tenha uma posição sobre esta matéria, que tenha soluções diferentes, até. Que tenha verdadeiros contributos.

Ficamos por isso à espera que contribuam para a missão que é regional e não meramente partidária como os senhores querem fazer crer.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor levantou-se para dizer isso?

O Orador: Ao invés, se não gostam da SATA, se não se preocupam com os trabalhadores, se não têm contributos para o futuro da SATA, que o assumam nesta Casa.

Agora, usar a SATA como senhores usaram apenas para trica político-partidária ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é trica política! São 179 milhões! Um buraco!

O Orador: ... é absolutamente lamentável, Srs. Deputados! É um lastimoso serviço que os senhores prestam aos Açores e aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Concentremo-nos naquilo que interessa, que é no futuro da SATA! É para isso que cá estamos, Srs. Deputados!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vocês criaram um buraco de 179 milhões e a gente é que não se preocupa com a SATA?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar propriamente a intervenção, apenas aqui um reparo ao Deputado Miguel Costa, que está certamente desmemoriado quando refere a exclusividade do PS relativamente à exclusividade da preocupação com os trabalhadores do grupo SATA, mas isto ficará para mais daqui a pouco.

Eu quero começar aqui com uma espécie de declaração de princípio.

Primeiro: a Representação Parlamentar do PCP-Açores, não se revê na generalidade das análises que foram feitas até agora, quer pelos líderes do PSD, quer do CDS-PP.

Desde logo, porque temos uma posição diferente relativamente ao papel que a SATA deve ter como ferramenta estratégica para o desenvolvimento regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual delas?

O Orador: Aliás, como tenho vindo a enunciar, por várias vezes, ao longo dos últimos anos, aquilo que é o pensamento estratégico para o grupo SATA do PCP-Açores, é substantivamente diferente daquilo que pensa o PSD, que é nada ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale da Europa!

O Orador: ... e daquilo que pensa o CDS que é diferente daquilo que eu penso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a diferença?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores quando pensam aumentam a dívida da SATA!

O Orador: Portanto, demarcar-me daquilo que já foi dito aqui pelo líder do PSD e do CDS-PP, porque de facto temos um pensamento diferente.

Depois, há aqui uma questão que eu não posso deixar de referir porque me chocou, porque me preocupou.

A divulgação pública de um documento que com certeza tem alguma informação que poderia ter sido fornecida e deveria ter sido fornecida aos Deputados, mas que contém informação confidencial sobre a estratégia comercial do grupo SATA, não é aceitável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aceno positivo do Deputado Duarte Freitas)

Deputado Rogério Veiros (PS): E ele diz que sim!

O Orador: Mais, acho que se devia estabelecer uma prioridade de procurar identificar os responsáveis pela divulgação pública daquele documento, porque a divulgação pública daquele documento tem uma intenção deliberada de prejudicar o grupo SATA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tem essa intenção! É fundamental que se faça isso.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Mais, eu julgo que a divulgação de informação comercial de qualquer empresa constitui ou é passível de ação judicial.

Deputado Rogério Veiros (PS): Façam uma comissão de inquérito!

O Orador: Há aqui nesta sala eminentes juristas que podem ou não confirmar esta afirmação que eu estou a fazer.

Aliás, eu perguntaria ao Deputado João Bruto da Costa, apenas por isto, no seu percurso profissional foi Delegado do Ministério Público, se efetivamente a divulgação pública de um documento daquela natureza é ou não é passível de uma ação judicial?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não posso responder!

O Orador: Não pode ser! Aquilo que aconteceu com a divulgação daquele documento não deveria ter acontecido, ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... não deveria ter acontecido, e é preciso apurar essas responsabilidades e é preciso penalizar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, para já fico por aqui.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que não me dirija, primeiramente, às Sras. e Srs. Deputados.

Permitam-me que em nome do Grupo Parlamentar do PS, dirija-me diretamente aos açorianos, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O Sr. Deputado Miguel Costa já não fez isso?

O Orador: ... afirmando a vontade do PS, a nossa enorme vontade de continuarmos a manter o grupo SATA, a SATA e os seus trabalhadores como um ativo insubstituível e fundamental para o desenvolvimento dos Açores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Podem estar certos que a mesma vontade e mesma força que o PS e o seu Governo tiveram para criar a SATA Internacional, é exatamente a mesma força que nós continuaremos a ter para reformar a SATA Internacional.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é a nossa vontade e este é um desígnio que nós estabelecemos, ter a SATA como um pilar fundamental de desenvolvimento para os Açores.

Em segundo lugar permitam-me que me dirija aos trabalhadores da SATA.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vai dirigir-se porque tem a consciência pesada!

O Orador: Os trabalhadores da SATA, nesta altura, com certeza têm preocupação em relação ao seu futuro. Sabem que em alturas de reestruturação, muitos governos e muitas administrações têm tendência de olhar para os trabalhadores como um mal que deve ser cortado.

Nós podemos dar esta garantia, o PS dá aqui esta garantia que os trabalhadores do grupo SATA serão vistos como um ativo nesta reforma e não como algo a descartar para melhorar a SATA.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esta é uma garantia que nós damos a todos os trabalhadores.

Vimos aqui, sim, vimos aqui de peito aberto para discutir o futuro da SATA e é isso que propomos a toda a oposição: vamos discutir qual a estratégia do grupo SATA.

Vamos discutir, e é isso que nós queremos ouvir da oposição, qual é o caminho? Os senhores propõem despedimentos da companhia aérea para a viabilizar? Qual é o caminho que os senhores propõem? Os senhores propõem a privatização da companhia para a viabilizar? Qual é o caminho que propõem? É o fim da SATA Internacional, como muitos dos Srs. Deputados, podem vir a defender?

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores têm que explicar o passado da SATA, o que a fez chegar até aqui!

O Orador: Nós sabemos o que queremos para a SATA.

A SATA cumpriu o seu papel nas acessibilidades inter-ilhas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Governo é que não cumpriu o seu!

O Orador: Cumpre e cumprirá.

A SATA cumpriu o seu papel quando foi criada para promover as acessibilidades ao nosso continente de referência ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O problema não é a SATA, é o Governo!

O Orador: ... e finalmente proporcionar aos açorianos uma descida de preços que eles tanto esperavam.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores é que não têm ajudado nada!

O Orador: A SATA continuará a ser uma companhia de referência e de serviço público para os açorianos.

A SATA foi criada para servir também os açorianos que estão na nossa diáspora.

A SATA continuará a servir os açorianos que estão na diáspora. Continuará a servir os açorianos cada vez melhor, com mais frequências, com mais ligações, com melhor serviço.

Este é um compromisso que nós estabelecemos aqui.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E antes não era assim?

O Orador: Mas o que é que os senhores dizem sobre isto?

O que é que eu ouço o Partido Social Democrata falar sobre isso?

Nada! Nada! Zero!

O senhor não deveria sair deste debate sem dizer o que é que pretende para o futuro da SATA Internacional.

Deputado Luís Maurício (PSD): Meta a mão na consciência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós sabemos que os tempos são difíceis. Nós sabemos que a nossa companhia aérea atravessa algumas dificuldades e cá estamos nós para assumir o nosso papel e resolver estes problemas.

Deputado Paulo Estevão (PPM): É a vossa responsabilidade!

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando as decisões políticas ultrapassam as decisões comerciais!

O Orador: Mas nós vamos resolver o problema da SATA Internacional. Fazemo-lo com base no plano de negócios que o Governo apresentou a esta Assembleia, porque são essas as referências que nós temos que ter. Não podemos ter outras.

O Sr. Deputado apresentou aqui ontem um documento, um documento interno da companhia, com informação confidencial, com informação que pode prejudicar o futuro da companhia aérea e o senhor não teve qualquer tipo de pudor de apresentá-lo a todos os deputados e fazer divulgação de algo que pode prejudicar a nossa companhia aérea.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem! É verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Essa falta de escrúpulos, essa falta de escrúpulos que é apresentada pelo maior partido da oposição, pelo líder do maior partido da oposição, só é comparável com a irresponsabilidade quando toca o futuro da SATA.

Deputado Luís Garcia (PSD): A irresponsabilidade é dos senhores quando escondem documentos à Assembleia, e o senhor como Presidente da Comissão de Economia! Escondem documentos aos açorianos!

O Orador: Quando nada apresenta sobre o futuro da companhia faz o que fez em outros temas.

O senhor quando vê um problema não diz como é que se resolve, faz como fez na saúde: há um problema na saúde, peça-se um resgaste a Lisboa; há um problema na SATA peça-se um resgaste à União Europeia.

Não, Sr. Deputado!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós propusemo-nos a resolver o problema da saúde e estamos a resolver. Equilibramos o problema das contas, estamos com uma saúde cada vez mais equilibrada e proporcionalmente a servir os açorianos.

No caso desta companhia aérea, no da SATA que é fundamental para a estratégia do Governo, posso dar-lhe uma garantia: da mesma maneira que resolvemos o problema da saúde, estamos a resolver o problema do emprego, vamos com certeza resolver o problema da SATA Air Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para uma interpelação?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 30 minutos.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 51 minutos.

Está inscrita a Sra. Deputada Zuraida Soares, a quem dou a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O BE já disse e repete: o plano estratégico da SATA 2015-2020 é um plano de emergência. É um plano de emergência, tem de ser um plano de emergência porque está concebido ao arpejo dos planos iniciais do Governo Regional.

Todos e todas nós nos lembramos da convicção com que o Sr. Presidente do Governo Regional afirmava que os Açores não são a Madeira e enquanto fosse Presidente do Governo Regional a liberalização total dos transportes aéreos nunca seria total porque seria prejudicial para os açorianos e açorianas, aquilo com que nós concordamos.

Resultado das negociações: 77% da população dos Açores ficou sujeita à liberalização total.

Quem impôs, o Sr. Dr. Sérgio Monteiro, o mesmo que negociou os *swaps* ruinosos com o Governo de José Sócrates, em conluio com as *low cost*, já depois das negociações acabadas, vieram dizer: “afinal a Terceira, logo se vê!”: É evidente que esta fórmula permite ao Sr. Presidente do Governo Regional dizer que manteve a sua palavra, isto é, nos Açores não houve uma liberalização total.

Deputado André Bradford (PS): E não houve!

A Oradora: Mas isto é o tipo de demagogia de que os senhores permanentemente acusam o BE.

Este plano de emergência surge afinal em resultado desta situação e não em consequência de um verdadeiro plano estratégico para a SATA, porque reafirmo o que disse há dois dias atrás: se o negócio é rentável nada obrigará as *low cost* a permanecerem na nossa Região.

Também é verdade que a insustentabilidade atual da SATA, conforme é assumido nos documentos independentemente do número de páginas que tenham, deriva de uma política expansionista feita em cima do joelho.

É patente, só para dar um exemplo, que a compra de quatro Q400 foi exagerada, até porque mesmo no pico da atividade ficava sempre um Q400 sem destino.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esta lógica de desnorte está bem patente, até prova em contrário, porque ainda não está clarificado e dificilmente estará nos transportes marítimos, queira qualquer santo que nós não estejamos brevemente nesta Casa a debater a insustentabilidade da Atlânticoline.

Toda esta política errada é descarregada indiretamente nos açorianos e nas açorianas que estão a pagá-la do seu bolso.

A partir de agora também será descarregada diretamente sobre os trabalhadores da SATA, desde logo na suspensão do acordo de empresa.

Vejamos a contradição: Um PS nacional com o apoio entusiástico do PS-Açores, que diz que uma das medidas emblemáticas da sua futura governação será o respeito e a reposição dos contratos coletivos, na Região Autónoma dos Açores, onde é governo, deita mão à suspensão da contratação coletiva, como forma essencial de garantir a sustentabilidade de uma empresa.

No plano de emergência um dos pilares, o terceiro da sustentabilidade da SATA, é a redução de pessoal.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

A Oradora: Quer o Governo fazer-nos acreditar que um dos pilares fundamentais da sustentabilidade da SATA, que representa no máximo, de acordo com as afirmações do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, nesta Casa, há dois dias atrás, a dispensa de 50 trabalhadores, numa empresa onde existem 1800 trabalhadores, pode ser um dos pilares da sustentabilidade.

Sras. e Srs. Deputados, não há pilares. Isto é um pilarete!

No plano de emergência e de acordo mais uma vez com aquilo que o Sr. Secretário Regional disse, estamos a falar de trabalhadores a termo no número de 199. De trabalhadores entre o PNC e o PNT estamos a falar de 53 trabalhadores. Se considerarmos que os custos fixos e de estrutura na SATA Airlines, há um corte de 15%, na SATA Air Açores há um corte de 10% e na SATA Serviços há um corte de 10%, estamos a falar, Sras. e Srs. Deputados de 350 trabalhadores para a rua, no mínimo.

Aliás, é curioso que os custos dos trabalhadores do grupo SATA, anualmente é muito claro: em 2013, está escrito no *brand*, são 27 milhões de euros que custam.

Ora, a partir desta formulação clara e quantificada em 2013, nunca mais aparecem projeções quantificadas, a partir de 2015.

Passa a falar-se de percentagens, de setores, etc.. Para quê? Para que as pessoas não percebam aquilo de que se está a falar, nem consigam fazer contas.

É qualquer coisa parecida com o *headcount* para dizer despedimentos.

Mantemos aquilo que dissemos há dois dias atrás.

É recorrente em todo o documento que o caminho para a privatização é orientação de fundo.

Um dos objetivos para 2016 é a reorganização da estrutura societária e um dos maiores objetivos para 2017 é a diversificação de capital. O que é interessante é que este léxico é precisamente igual ao léxico do Governo do Sr. Engenheiro Guterres ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Pensei que era Sócrates!

A Oradora: ... que foi exatamente o Governo que mais privatizou neste País antes do Governo de Passos Coelho.

Só levantando uma ponta do véu está escrito no documento e cito: “términus, correio e carga, em 2015”. Repito: “términus, correio e carga, em 2015”.

O BE pergunta: quem vai fazer o transporte correio e carga? Como é que vai fazer? E será esta a primeira área da privatização anunciada.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): A senhora ainda vai apoiar António Guterres!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar esta minha intervenção por saudar o CDS-PP por ter trazido este debate à Assembleia, porque respondeu com a devida coragem que é necessária ao desafio que o PS e o Governo do PS colocaram, discutir a SATA.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Governo dos Açores!

O Orador: Ao contrário de outros o CDS não fugiu ao debate e está aqui para debater a SATA.

O senhor fez uma intervenção com algumas partes que nós até concordamos, mas há outras que obviamente discordamos e é para isso que existe o debate, é para isso que nós estamos aqui, para debater o futuro da SATA e aquilo que realmente importa aos açorianos.

O Sr. Deputado mais uma vez insurge-se contra a escolha dos DASH Q400.

Deputado Jorge Macedo (PSD): São confortáveis, não são?

O Orador: Sr. Deputado, eis uma matéria em que nós não concordamos com V.^a Ex.^a.

Nós não concordamos com V.^a Ex.^a, e eu em particular viajo nos DASH Q400, como muitos açorianos, falo com muitos açorianos, falo com as tripulações, falo com muita gente e o único açoriano que não gosta dos DASH Q400, é o Sr. Deputado Artur Lima. É único que eu conheço que não gosta dos DASH Q400.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, enfim, são opções.

O Sr. Deputado também na sua intervenção fazia um apelo a que a SATA definisse qual é o modelo de avião e o avião em concreto que vai adquirir.

Sr. Deputado, aí está outra matéria que nós discordamos. Isso é matéria de reserva da estratégia comercial da SATA, dos negócios da SATA e nós não devemos transformar pública essa informação porque não estamos a contribuir para o sucesso das boas negociações que a SATA e a administração da SATA têm que ter em relação a esta matéria.

Por isso, como há matéria que é de relevante interesse e que deve estar cingida àquilo que são os responsáveis da SATA e à administração da SATA (mas sobre isso falarei mais à frente) acho que realmente nós não podemos vir aqui discutir pormenores de estratégia comercial e outros pormenores que são de relevante interesse para a SATA.

Srs. Deputados, nós estamos aqui a discutir um plano para a SATA.

Nós passámos aqui um tempo em que não discutiríamos esses assuntos. Há um ano atrás, há dois anos atrás o que se discutia nesta Assembleia eram as questões do desemprego, da crise económica ocasionada por uma crise financeira que agudizou-se na Europa e que prejudicou as nossas famílias, as nossas empresas.

Isso era o que nós discutíamos aqui há um ano, há dois anos, fosse qual fosse a bancada, a preocupação era o emprego, o crescimento económico.

É óbvio que o setor do turismo também estava a passar pelas suas dificuldades, pela diminuição de turistas vindos do continente português, e a manutenção da indústria do turismo é fundamental para a manutenção de emprego.

Nesse período a SATA prestou aos açorianos e às açorianas um relevante trabalho de interesse daquilo que são os interesses das empresas açorianas, do setor hoteleiro e de muitas pessoas que vivem hoje do setor do turismo.

Por isso os Açores, as açorianas e os açorianos têm obviamente na SATA um grande instrumento, uma grande reserva na sua política, nas políticas que são para defender os interesses da economia açoriana e nós temos todos uma grande dívida para com a SATA, para com os trabalhadores da SATA que no momento difícil da nossa economia em que estamos a atravessar uma crise, trabalharam para o futuro dos Açores e para a sustentação da atividade económica nos Açores.

Por isso, meus caros amigos, quando nós falamos de SATA, temos que ter a responsabilidade do que é que estamos a falar, de uma companhia aérea que nos ligou ao continente, que nos ligou ao mundo e que nos permitiu atingir grandes objetivos naquilo que se chama o desenvolvimento da nossa política de turismo e de acessibilidades das açorianas e dos açorianos.

Mas um novo tempo se avizinha. Novos desafios com as novas Obrigações de Serviço Público que eu gostaria aqui de dizer que, ao contrário daquilo que é dito por alguns partidos, que nós temos Obrigações de Serviço Público

totalmente liberalizadas, Srs. Deputados eu não concordo com isso. O que nós tínhamos era do lado da República um Governo neoliberal que queria tudo liberalizar, mas do lado da Região tivemos um Governo PS que travou alguma liberalização e defendeu verdadeiramente os interesses das açorianas e dos açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, Srs. Deputados, este novo tempo que se avizinha é um tempo de grandes desafios, de grandes desafios para a hotelaria açoriana, de grandes desafios para quem trabalha na indústria do turismo e de grandes desafios para as açorianas e açorianos com a nova liberalização da rota Ponta Delgada/Lisboa e com aquilo que se avizinha da nova concorrência.

Mas é sobretudo um grande desafio para a SATA. Um grande desafio para a SATA porque irá ter na ligação entre Ponta Delgada/Lisboa e na ligação entre Ponta Delgada/Porto e também com a Ilha Terceira, novas companhias que irão concorrer.

Nós não sabemos qual é a estratégia comercial da Ryanair. Nós não sabemos qual é a estratégia comercial da EasyJet.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário sabe!

O Orador: Nós nem sabemos o que é que vai acontecer nos próximos tempos à TAP, hoje parece que vai a Conselho de Ministros uma nova discussão para a privatização, com outros modos de privatização da TAP. Temos um Governo da República que ainda não sabe o que vai fazer com a TAP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe! Sabe!

O Orador: O que nós temos é a certeza que temos um novo e grande desafio para a SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que os senhores queriam fazer para a SATA, mas não conseguiram!

O Orador: Esse desafio faz-se definindo a estratégia do futuro para a SATA e em boa hora o Governo Regional deu instruções à administração da SATA para que apresentasse este plano que agora nós estamos aqui a discutir para o futuro da SATA.

Esse plano é fundamental para o futuro da SATA, mas também é fundamental que saibamos que qualquer companhia tem matéria que é de interesse estratégico e que é de segredo da sua estratégia comercial, económica e financeira.

Quando nós não sabemos qual é a estratégia das outras companhias e temos, infelizmente na Região, quem de uma forma completamente irresponsável coloca um documento confidencial começa a abanar com ele e a mostrar toda a informação que é confidencial desta empresa, que é uma empresa das açorianas e dos açorianos, essas pessoas não estão a defender a SATA. Essas pessoas não estão a defender os trabalhadores da SATA. Essas pessoas não estão a colaborar com a administração da SATA. Essas pessoas estão a trair a confiança da SATA e trair a confiança da SATA é trair a confiança das açorianas e dos açorianos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a este debate e pelo que foi possível observar ao longo desta semana e também hoje precisamente em relação aos discursos que os responsáveis do

PS estão aqui a realizar, tudo isto traz-me uma imagem, é como se o PS fosse uma espécie de D. Sebastião, que levou o exército português para Alcácer Quibir, onde sofreu uma derrota tremenda às mãos de um exército que era superior e devido a uma estratégia errada. Isso significou não só a derrota, como também um conjunto de prejuízos que tinha a ver com o pagamento dos resgates que se tiveram que fazer a grande parte, como se sabe durante essa batalha, da nobreza portuguesa que ficou cativa em Marrocos.

A imagem eu penso que se assemelha a este PS que introduziu uma estratégia errada, nomeadamente mantendo ao longo de anos rotas deficitárias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque não se pode dizer que era algo inesperado, porque se aquilo acontecia num ano, no ano seguinte, no outro, no outro, ao longo de um conjunto de anos em que se acumulam graves prejuízos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E alguém dizia aqui!

O Orador: ... em que se demonstra que aquela rota é deficitária, que até do ponto de vista daquilo que era um objetivo estratégico também da Região, que era a sustentabilidade e fazer crescer o setor do turismo, demonstrava-se que era uma estratégia sem qualquer tipo de visibilidade ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e sem qualquer tipo de projeção para o futuro porque não era minimamente sustentável, só era sustentável no prejuízo de manter uma operação deficitária.

Portanto, a este PS que liderou a SATA para um Alcácer Quibir, uma derrota de enormes dimensões, a este PS que agora se apresenta novamente às tropas, pronto a chefiar o General que conduziu a empresa para derrotas fantásticas, agora diz: “Confie em mim, tenho uma nova estratégia, estou pronto para comandar este exército, apesar dos resultados e do passivo, dos resultados desastrosos que eu provoquei à Região e à empresa!”.

E diz-me o Sr. Deputado Miguel Costa, enfaticamente: “O que é que acham deste plano? O que é que acham deste plano?”.

É que este plano é a negação e significa a contradição total e também a aceitação da parte das vossas responsabilidades em relação à gestão do passado, porque este plano é um plano do senso comum, dadas as circunstâncias em que fomos colocados.

Dizem-me, sim: “Aproveitar o mercado da América do Norte e colocá-lo como uma das prioridades estratégicas”. Isto é o senso comum.

Em relação às ligações prioritárias entre o território continental e os Açores. Isto é do senso comum também.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

O Orador: A mesma coisa em relação a uma oportunidade de negócio na Macaronésia. Também é do senso comum.

O que não foi, foi o que os senhores fizeram ao longo de anos, acumulando prejuízos em rotas que se demonstravam que eram absolutamente deficitárias e que do ponto de vista turístico não traziam sustentação para o setor.

Deputados Jorge Macedo (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Mas isto é um plano!

O Orador: Isso é que é o vosso erro tremendo.

O senhor pergunta: “E agora?”.

Agora, os senhores foram confrontados com uma situação de calamidade, que não sou eu que o digo, os próprios jornais que analisaram os dados dizem que estamos numa situação de pré bancarrota para a empresa e os senhores agora dizem: “Bom, mas agora nós temos aqui um planozinho melhor!”.

Pois têm, dadas as circunstâncias em que os senhores se encontram.

Portanto, os senhores agora têm que racionalizar e têm que fazer uma gestão racional e deixarem-se de jogos e de números que andaram a fazer ao longo destes anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha o tempo!

O Orador: Portanto, o que eu considero é que é fundamental (eu vou já terminar esta primeira intervenção, para ter oportunidade de falar uma segunda vez) e para terminar, dizer-vos que a vossa postura é absolutamente insustentável e tem que ser aqui denunciada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Portanto, os senhores são os responsáveis pela situação calamitosa em que a empresa se encontra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem dito, Sr. Deputado! Bem dito!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de intervir neste debate e partilhar com a câmara alguns aspetos que me parecem relevantes e que derivam destas intervenções.

Em primeiro lugar uma questão de termos. Quem ouvisse a intervenção do líder do PSD, diria que há aqui um problema qualquer de uma obsessão pessoal com o Vasco Cordeiro.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não! Desengane-se!

O Orador: O que eu gostaria de lhe dizer é que a política não é isto, mas se quer seguir esse caminho, para a frente! Vai muito bem!

Em segundo lugar dizer que este debate quanto à situação da SATA não pode ser dissociado da alteração de conjuntura que norteia ou que envolve a atuação da companhia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E ao buraco!

Deputado Luís Garcia (PSD): E ao buraco que os senhores fizeram!

O Orador: O plano que foi apresentado a esta câmara não é um plano definido em função do passado, é um plano para responder aos desafios do futuro.

E é esse aspeto que me parece estar ausente da reflexão que tem sido feita nesta Casa em relação ao plano estratégico da SATA.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É sempre para a frente desculpando-se do passado!

Aqui faz-se com memória e com responsabilidade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A SATA e a ausência da consciência de que os tempos mudaram é exatamente este debate – se me permitem a franqueza – é exatamente este debate. A SATA não está já numa situação de relativo monopólio, a SATA está e estará cada vez mais numa situação de concorrência aberta com outras companhias ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por isso é que chegou a este estado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Por isso é que vai gerar *cash flow*!

O Orador: ... e isso não pode deixar a minha opinião de ser tido em conta pelos responsáveis políticos desta Região, sejam eles executivo ou legislativo.

Um terceiro aspeto e passando à questão do plano.

Há um plano, há dois planos, há 251 páginas, há 300.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito sinceramente não me interessa.

A única coisa que me interessa é o plano que foi apresentado a estes Deputados.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É relativamente a este plano que o Governo se considera vinculado...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e é relativamente a este plano que o Governo considera ser sua obrigação fazer com que a administração da SATA o cumpra.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se há 200...

Eu até acredito que possam existir não é 200, é 500, 1000 de trabalhos preparatórios, de propostas de antepostas, de milhentas coisas a dizer um caminho e o seu contrário e também já agora, se querem que eu vos diga, acho muito bem que tenha sido feito dessa maneira, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque isso só prova que a empresa trabalhou, explorou todas as possibilidades e definiu um caminho...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e é esse caminho que vincula este Governo, é o caminho que foi apresentado às Sras. e aos Srs. Deputados. Vincula este Governo e este Governo considera ser sua obrigação fazer tudo para que o Conselho de Administração da SATA o cumpra.

Portanto, não há dois planos. Há um plano: o plano que foi apresentado ao Parlamento dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Há um grande e um pequenino!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É o plano bom e o plano mau!

O Orador: Uma questão que também tem a ver com substância e que tem a ver com as ingerências, as ingerências ...

Mas então é o avião A, é o avião B ...

Eu vou dizer-vos uma coisa: eu recuso-me, e comigo todo o Governo, a dizer à SATA: “Os senhores escolham o A, os senhores escolham o B, os senhores escolham o C!”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A gente acredita!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é irresponsabilidade!

O Orador: Não faço isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é irresponsabilidade!

O Orador: Não faço isso. Aquilo que eu espero que a SATA faça, isso sim, é que me diga assim: “Nós temos aqui uma análise técnica, financeira e comercial de várias aeronaves e a solução, resultado desta análise, que é adequada para a SATA, é esta”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então já não devia estar definido?

O Orador: Isto é que é um comportamento que eu acho que deve ser seguido nesta matéria.

Já agora, às açorianas e aos açorianos que nos ouvem, eu gostava de dizer o seguinte: os mesmos que hoje dizem que o Governo devia escolher o avião A ou o avião B, se o Governo, porventura, escolhesse o avião A ou o avião B, seriam os mesmos que nesta Casa estariam a acusar o Governo de ingerência política, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... de se meter onde não era chamado, de fazer aquilo que não era a sua função.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sejam claros e sejam sérios!

Outra questão tem a ver com rotas.

As Sras. e os Srs. Deputados que estiveram presentes noutras legislaturas, e que porventura poderão ter estado presentes noutras circunstâncias, nunca me ouviram dizer como Secretário da Economia, julgo que o terei dito inclusive nesta Casa, só há uma circunstância em que eu admito rotas no vermelho, de/e para os Açores.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então...

O Orador: Então, exatamente!

Oh, Sr. Deputado Artur Lima até vou mais longe. Se continuasse a conjuntura igual àquela que existia, acho que é isso que se devia fazer enquanto isso fosse relevante para o turismo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na altura em que foi, foi relevante para o turismo dos Açores. Basta ver o número de passageiros transportados ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Basta, basta!

O Orador: ... o número de dormidas e o número de empregos que também dependeram dessa decisão.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Hoje a conjuntura permite esse tipo de abordagem? O facto de haver um ambiente concorrencial? Não e o plano dá conta disso, em que a SATA, obviamente, em relação a rotas europeias onde terá concorrência de outras companhias, naturalmente se tem condições para ter rotas lucrativas, operará, se não tem, sairá.

Deputado Luís Garcia (PSD): Quando é que o senhor paga o que deve à SATA?

O Orador: Mas que não reste qualquer dúvida: “nós não poderemos querer o sol na eira e a chuva no nabal”.

Os senhores não podem ter andado durante este tempo todo a clamar pelo turismo dos Açores ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ó Serginho paga o que deves!!!

O Orador: ... e agora criticar uma decisão que teve a ver com garantir dormidas no turismo dos Açores, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E resultados?

O Orador: ... que teve a ver com garantir empregos no turismo dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas ainda em relação à questão de substância.

Sra. Deputada Zuraída Soares, a questão da liberalização total ou não total, eu não a vejo da forma como a senhora vê.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também achava que a dívida era para gerir e não consegue!

O Orador: Não é pelo facto de haver *Gateways* que não têm liberalização, ou que continuam sujeitas a Obrigações de Serviço Público, que eu acho que aquilo que foi feito nos Açores, não é uma liberalização total.

Eu vou explicar-lhe: eu acho que não é uma liberalização total, porque ao contrário de um madeirense que paga 600 e 700 euros para ir da sua terra a Lisboa, um açoriano tem a garantia de que não pagará mais do que 134€ e que será reembolsado daquilo que for o preço a mais do bilhete.

Deputado Miguel Costa (PS): Aí é que está!

O Orador: Essa é que é a diferença entre uma liberalização total e não liberalização total.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso é que tenha bilhete!

O Orador: Não tem nada a ver com haver Gateways que têm rotas em OSP, ou não. Tem a ver com isto. E sabe por que é que isto se conseguiu? Porque o Governo dos Açores, este Governo dos Açores fez finca-pé nessa parte.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Fez finca-pé nessa parte e entendeu que era sua obrigação defender os residentes e estudantes dos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Num debate para falar sobre transportes aéreos, se não me falha a memória, e sobre a estratégia da SATA nós já tivemos de tudo. Já tivemos acusações, já tivemos insultos, já tivemos enredos...

Deputado Joaquim Machado (PS): E temos uma grande dívida!

Deputado Luís Garcia (PSD): E um grande buraco!

O Orador: ... e também já tivemos o exercício daquilo que achamos ser o político pombo correio. O que é um político pombo correio? A função do político pombo correio é, há um problema, vai falar com outros. Vai falar com Lisboa por causa do serviço regional de saúde; ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... vai falar com Bruxelas por causa dos transportes ...

Deputado Bruno Belo (PSD): E vai falar com Bruxelas por causa das quotas!

Deputado Luís Garcia (PSD): E as quotas? Vai falar com Bruxelas para fazer aquilo que o senhor não conseguiu fazer! Essa correu mal!

O Orador: Então, e governar? E exercer os poderes e as responsabilidades dos órgãos de governo próprio dos Açores? Não é? Não.

(Apartes inaudíveis).

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço ...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

E ainda aparece esse partido, sob o manto diáfano da inocência a dizer: “Nós estamos disponíveis para dar uma ajudinha!”. Ajudinha?! Qual ajudinha?

Deputado António Marinho (PSD): Vacas felizes!

Deputado Luís Garcia (PSD): Vacas felizes e políticos infelizes!

O Orador: Igual àquela de votar contra os 35 milhões de solidariedade para com os Açores. É essa a ajudinha que este partido, não é o partido de lá de fora, é este que está aqui sentado. É essa a ajudinha?

Deputado Luís Maurício (PSD): Vamos recentrar o debate!

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, isto tem a ver com a SATA!

O Orador: Ou então, neste caso concreto, qual é a ajudinha que os senhores querem dar?

Ajudar a divulgar informação confidencial da SATA? É essa a ajudinha?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Uma vergonha!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mas há um aspeto em que este debate parece-me que foi particularmente claro, particularmente nítido.

O Governo e a SATA estão a trabalhar para ajudar a empresa a enfrentar e a vencer o futuro. O PSD está a ajudar a divulgar informação confidencial da empresa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo e SATA trabalham para gerar confiança na nossa companhia. O PSD acha que quanto pior, melhor. Quanto mais confusão, melhor.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo e a SATA estão de olhos postos no futuro, o PSD e arrastando toda a oposição ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não arrasta, não!

O Orador: ... estão de olhos postos no passado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para um protesto.

Presidente: Em relação a?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em relação às afirmações do Sr. Presidente do Governo, em relação à divulgação do documento que pelos visto não existe, e existe.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado para um protesto.

Três minutos.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia 31 de dezembro o *site NewsAvia* tinha as informações que constam do documento de 251 páginas.

Deputado Bruno Belo (PSD): É verdade!

O Orador: O *site NewsAvia* tinha as informações que constam do documento de 251 páginas, no dia 31 de dezembro.

No dia 9 de janeiro o jornal Diário Insular, trazia as informações do documento de 251 de páginas e dizia mais, e cito: “De acordo com o documento a que o DI teve acesso em Lisboa...”, esta abordagem depois continua com as informações. Portanto, Sr. Presidente do Governo, isso que o senhor insinuou não é verdade. A verdade é que este documento circulava, eu fui talvez dos últimos a recebê-lo, tive acesso a ele na segunda-feira. Há Deputados nesta Casa que já o tinham desde quinta-feira.

Deputado André Bradford (PS): Quem eram?

O Orador: Há jornalistas que já o tinham há muito tempo.

Deputado André Bradford (PS): Quem eram?

O Orador: Há Deputados que afirmaram ainda há pouco tempo ...

Deputado André Bradford (PS): Mas quem são os Deputados?

O Orador: ... perante testemunhas que já tinham o documento há mais tempo. Mas não precisa sequer isto, Sr. Presidente. Vá ao *site* da *NewsAvia*, veja o Diário Insular de sexta-feira passada. Era um segredo polichinelo. Era um segredo polichinelo. Os senhores não queriam que se soubesse mas a vossa incompetência trouxe esse documento para a rua, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... infelizmente trazendo algumas informações que deviam ter sido dadas aos Deputados, não foram e os Deputados acabaram por ser os últimos a saber.

Deputado Bruno Belo (PSD): O esforço que se faz para ser incompetente!

O Orador: A SATA fez, e bem, hoje o anúncio que vai investigar.

Tendo a SATA feito este anúncio de que vai para o Ministério público eu depreendo que o documento não saiu da SATA. Portanto, Sr. Presidente, procure no gabinete do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, o responsável por isto, se não queria que este documento tivesse saído.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Diga o nome! Se sabe, diga lá!

O Orador: Digo-lhe mais: no momento em que se discute em toda a Europa e em todo o mundo a liberdade de imprensa, havendo esta liberdade nos Açores, os jornais tendo trazido o que trouxeram, não queriam que se falasse neste Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, a paciência tem limites!

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso não é a defesa da honra!

O Orador: No momento em que se fala de Charlie na Europa, os senhores queriam fazer aqui uma “charlatanice” e queriam que o parlamento estivesse calado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo para um contraprotesto tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu não quero parecer paternalista, não tenho, em relação a V.^a Ex.^a a idade sequer para fazer isso...

(Risos de alguns Deputados do PS)

O Orador: ... e não está na minha maneira de ser, mas o senhor não é um *site* noticioso. O senhor não é um *site* noticioso!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah! Então a gente fecha-se aqui e deixa correr lá fora!

O Orador: O senhor não é um jornal. O senhor tem responsabilidades políticas nesta Região.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ah, pois tenho!

O Orador: O senhor tem responsabilidades políticas nesta Casa.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... e o que resultou daqui foi que o senhor, de forma leviana e irresponsável, agitou um documento que era confidencial ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Que toda a gente já conhecia! A incompetência é vossa porque não sabem guardar um documento!

O Orador: ... que o senhor sabia que era confidencial e que os Srs. Deputados do PSD colocaram no *facebook*.

Portanto, em relação a isto estamos conversados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, a bem de podermos continuar o nosso debate, apelo a toda a câmara alguma serenidade para que nos possamos ouvir.

Sr. Deputado Duarte Freitas, pediu a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para me inscrever.

Presidente: Para se inscrever então.

Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, estava inscrito.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

O Orador: Vamos deixar a câmara acalmar.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, apelo novamente e pela segunda vez, a todos, para que possamos concluir o nosso debate.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

O Orador: Obrigado Sra. Presidente.

Sr. Presidente, não vou entrar na polémica de quem pôs, de quem divulgou, quem pôs, quem tirou.

Agora, há uma coisa que é certa. Isto tudo tem uma origem e tem origem na "*mise en scène*", que se fez na Comissão de Economia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: A "*mise en scène*", feita na Comissão de Economia deu origem a isto tudo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... porque ao que parece quando foi apresentado este *abstract* que se chama plano estratégico da SATA, que o Governo aceita, portanto o resumo, aquele plano estratégico, houve logo na altura quem dissesse que na sala havia quem tivesse o plano no seu poder.

Portanto, se há investigação ela vai ter que começar por aí.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Exatamente!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exatamente! Comece pelo Gabinete do Sr. Secretário. Ele sabe a quem é que deu o plano!

O Orador: Por aí! Ela vai começar nesse dia, nessa sala e por quem tinha o plano no colo. Vai começar por aí e depois vai chegar aqui. E para chegar aqui ...

O Sr. Presidente falou em ingerência e substância e vou deter-me nestas duas palavras.

Sr. Presidente, quando num documento, não sei se tem 250, se tem 300, mas enfim, se diz, ou se escreve, melhor dito (no documento que foi entregue aos Deputados) diz, está escrito: “a detioração do desequilíbrio financeiro da SATA Air Açores”. Ponto, aliás tem três pontos, eu vou ler os três.

Em 2013, pág. 6 (slide 6 como assim se chama), diz assim: “a deterioração da SATA Internacional com a deterioração significativa da rentabilidade nas rotas da Europa e redução de procura nas rotas de ligação ao continente;

Os custos não recorrentes associados à reposição dos cortes salariais de 2012;

A deterioração do desequilíbrio financeiro da SATA Air Açores”.

Pronto, isto são as três frases que estão aqui.

Vamos ao documento, supostamente das 251 páginas, o slide não é o mesmo, aqui é o slide 8 e diz assim, no mesmo quadro, exatamente do mesmo tamanho, tem exatamente os dois pontos, e no ponto que diz assim: “a detioração do desequilíbrio financeiro da SATA Air Açores...”, no primeiro diz: “ pelo agravamento da dívida do Governo Regional”.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Olá!

O Orador: Ora, isto foi retirado de um para o outro. De quem foi a ingerência e onde é que está a substância?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é segredo!

O Orador: Sr. Presidente, eu tenho aqui essas folhas.

Isto já é público e vou dizer-lhe mais, Sr. Presidente.

Em ambos diz: “Grupo SATA, *Business Plan*, 2015/2020”.

O outro também diz: “Grupo SATA, *Business Plan*, 2015/2020”.

Deputado Francisco César (PS): E o que é que diz na capa?

Deputado Berto Messias (PS): Por que é que o Sr. Deputado Jorge Macedo não participa neste debate?

O Orador: Eu não tenho capa, Sr. Deputado.

Portanto há aqui alguma ingerência e alteração.

Mas há mais: a mesma coisa se diz relativamente ao tipo de avião.

Num refere que é especificamente um A302, A330; no outro diz que é um avião entre os 250 e os 300 lugares.

Portanto, há esta questão aqui, que é preciso perceber-se porquê? Quem ingeriu? Quem alterou estas questões?

Depois num slide 25 e num slide 29, exatamente com o mesmo título (estamos a falar de futuro, Sr. Presidente) é também sonogado de um para o outro este parágrafo que eu vou ler: “Caso não seja encontrada alternativa de rentabilização desta aeronave (o tal Q400), a sua alienação (que os senhores diziam que nunca iam vender, aquele senhor é que me disse a mim), caso não seja encontrada alternativa de rentabilização, a sua alienação ocorrerá até ao final do primeiro semestre de 2015.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não percebe que isso é uma versão de trabalho!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó Francisco, poupa-nos!

O Orador: De referir que o eventual ajustamento da frota da SATA Air Açores, terá o conseqüente ajustamento no número de tripulações”.

Oh, Sr. Presidente, com toda a serenidade não fala, omite completamente. Eu acho que é lamentável!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não fala nada?

O Orador: Não. Sobre essa matéria não fala.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Acho que isso não é bem assim!

O Orador: Não. Sobre a redução de pessoal, o reajustamento. Eu acho que isto era informação que este Parlamento devia ter tido.

Relativamente à aquisição da frota, ao tipo de avião, Sr. Presidente, eu aqui, neste Parlamento, neste lugar (o senhor aí, mas noutro lugar, estava ali, não, era agricultura, estava por aí) dei a minha opinião, fundamentei a minha opinião, os senhores discordaram, mas eu fundamentei a minha. Era a minha opinião, era um outro tipo de frota, mais barata, mais eficiente ...

Deputado Francisco César (PS): Com mais rotas!

O Orador: ... e com outra justificação. Os senhores deram uma justificação que era: dizia Gomes de Meneses, que o Q400 era uma “*jet-like-experience*”.

A “*jet-like-experience*” está despenhada; o Q400 está a mais, economicamente; a frota é ociosa para os Açores. É o que diz o futuro, Sr. Presidente. No futuro diz-se que aquela frota é ociosa para os Açores.

Eu fui contra. Assumi o Q400. O Governo da altura defendeu, optou pelo Q400 e não havia outro estudo porque compararam apenas com o ATP.

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor quer mesmo discutir?

O Orador: O ATR, segundo se queixou a companhia, não foi tida, nem achada, nas considerações devidas do Governo porque acharam que deviam ter sido,

porque há pormenores, o senhor tem o documento, como o senhor tem eu mostrei-o aqui na altura. Esse documento é público ao menos.

Das considerações que Gomes de Meneses fazia da “*jet-like-experience*”, do Q400 para fazer o Funchal/Canárias, o Funchal não sei para onde, enfim, aquelas loucuras todas que na altura se fizeram: um minuto ou dois na rota Ponta Delgada/Terceira; dois minutos no Faial/Horta, no Horta/Ponta Delgada, serviu para quê para os açorianos? Com uma outra diferença, é que a frota de ATR custava menos 25 milhões de dólares que a frota dos DASH Q400.

Isso queria dizer que hoje em dia a SATA em vez de dever 50 milhões dessa frota, se calhar devia apenas 30. É o que isso quer dizer tão simplesmente e os Açores estavam bem servidos como estão as Canárias ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E Cabo Verde!

O Orador: ... com uma frota de ATR e como está o arquipélago de Cabo de Verde.

Na minha opinião, já o disse e reitero, foi uma opção errada do Governo Regional, foi ter mais olhos que barriga e foi acreditar numa justificação e não ter ...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está na profissão errada! O senhor devia ser aviador!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o senhor não me provoque.

Deputado Francisco César (PS): É verdade! O senhor percebe tanto de aviões!

O Orador: O senhor não me provoque.

Presidente: Srs. Deputados não entrem em diálogo por favor.

O Orador: Portanto, o que eu considero de erro colossal na SATA Air Açores, foi este erro colossal da escolha do Q400.

Mais grave ainda, é que tão propagada economia da frota de cerca de 37% em relação ao ATP...

Vamos lá ver: a mudança de uma frota de ATP para uma frota de DASH, traduzia uma poupança operacional de 37%, se não me falha a memória.

O que é que aconteceu às tarifas e às passagens inter-ilhas? Mantiveram-se exatamente no mesmo, Sr. Presidente.

Operou-se a rota Ponta Delgada/Funchal, em vez de um 320, que era 40% mais gastador que um Q400. O que é que aconteceu à tarifa Funchal/Ponta Delgada? Ficou exatamente na mesma.

Portanto, conclusão: os açorianos não lucraram nada com isso.

O futuro da SATA é este, é isso que eu estou a discutir aqui, já o discuto há anos Sr. Presidente, venho outra vez discuti-lo aqui, na opção da frota porque não é indiferente ter um 330, ter um 752, ou ter um 767. Não é indiferente.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Um 752!

O Orador: Um 757, 200. Não é indiferente, Sr. Presidente.

Deputado Francisco César (*PS*): E agora até já sabe os preços!

O Orador: Já sabemos que agora a Euroatlantic anuncia uma rota para a América do Norte, dos Açores/América do Norte.

Não é indiferente para a SATA.

Agora, Sr. Presidente, há aqui uma dúvida relativamente ao futuro da SATA que eu também não percebo e que agradecia que me explicasse.

Diz-se, a determinada altura, num dos relatórios que aqueles preços têm que se manter para a sustentabilidade financeira da SATA.

Sr. Presidente, então como é que a SATA vai optar por entrar num mercado liberalizado onde vai ter necessariamente que baixar rotas?

Sr. Secretário, como é que ficamos de tarifas? Como é que ficamos?

Se por um lado se defende que aquela estrutura tarifária é inamovível, por outro vamos entrar na aventura de concorrer com outras companhias como a EasyJet, que o Sr. Secretário teve o gosto de apresentar nos Açores e como a Ryanair. Como é que vamos ficar?

Vai ser o mesmo desastre da rota Lisboa/Funchal?

Vejo, sim senhor, com muita preocupação o futuro da SATA. Vejo sim senhor, foram feitas opções erradas e vejo sim senhor que não haja aqui uma estratégia clara, objetiva, delineada de primeiro servir os Açores, os açorianos, a nossa diáspora.

Quanto às rotas do turismo, de trazer passageiros, já o denunciei aqui e tanto tinha razão, Sr. Presidente, que os senhores vão acabar com elas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Luís Garcia (PSD): Mais um especialista!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Depois digo qual gostei de ouvir mais! Até agora foi do Rogério Veiros!

O Orador: Eu só pedi para intervir neste debate porque eu acho que há história e memória que parece que só começou em 1996 e a SATA é mais antiga.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! Agora é que vai começar!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vamos para o aeroporto de santana! Aerovacas, agora!

O Orador: A SATA começou em 17 de outubro de 1980.

Nessa altura o Governo Regional achou por bem (é para vermos as diferenças entre os que decidem assim e decidem doutra maneira) que era importante a TAP ter 50% da empresa e a Região 50%.

Portanto, houve aqui um caminho que foi feito que a todos orgulha e que a todos deve orgulhar porque ligou os açorianos e há um certo número de expressões que não devem ser lugares comuns, mas que devem ser sentidas na realidade e que fazem parte da história da SATA.

Claro que este Governo e os que o antecederam não deram nomes à SATA, mas o Dr. Mota Amaral achou que a SATA devia ser em 1986, SATA Air Açores. Este Governo e os outros que o precederam têm técnicos a fazer isso e portanto têm outra estratégia, mas a vida é mesmo assim.

Depois a SATA achou que podia dar um passo maior para a América do Norte e depois para o Canadá com a SATA Express e achou também que devia mudar os velhos Avros para ATP'S em 89/90 e que o Dornier em 91 devia substituir a aviocar no Corvo.

Portanto, a SATA tem um percurso que efetivamente, e infelizmente teve em 48 e teve também depois e eu assisti a essa situação, em 11 de dezembro de 99, na Ilha de S. Jorge, um acidente em que pereceram 35 pessoas.

Esta é uma história muito resumida da SATA mas aqui começa a primeira diferença.

O Governo dos Açores, nunca, como seria da sua responsabilidade, invocou em 1999 que uma das causas do acidente do relatório e hoje pode dizer-se, era a falta de GPS nesses aviões.

Não fazia sentido. Isso nunca veio para a praça pública, isso nunca foi utilizado como argumento nem arma de arremesso. Isso nunca foi uma situação, nem deveria sê-lo.

E *mutatis mutandis* nós achamos também que é, não só de mau gosto mas de grande irresponsabilidade, discutir politicamente situações que são de transição, trazendo para a praça pública situações que não ajudam um projeto de interesse coletivo e não contribuem para aquilo que todos defendem que é uma boa imagem da SATA.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso esses assuntos que são sensíveis devem ser tidos por todos com responsabilidade.

Não me parece, neste momento, que seja útil para os açorianos esta discussão mesmo dentro do Plenário, de quantos documentos é que existem; qual foi a fuga; de quem é a fuga, se nós estamos a tratar de assunto que todos entendem que no futuro é importante para que tenha sucesso.

Mas aqui há também situações que é preciso, na minha opinião, ter em conta.

Quando se vem falar, e já que estamos a falar de história, em transparência de documentos eu devo dizer, com pena para a história, que aqueles que falam em muita transparência, são os mesmos que, por exemplo, já numa primeira fase da autonomia, foram acusados nesta Casa de nem sequer o programa do Governo ter sido aqui apresentado, como seria das mais elementares regras democráticas. O PSD tem essa história. O PSD tem, aliás, várias histórias que de algum modo penalizam qualquer atirar de pedras para situações muito mais simples.

Mas também queria dizer outra coisa, já que estamos a falar de história, isso é importante.

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga, diga! Diga tudo o que lhe vai na alma!

O Orador: Não, não é na alma, é nos papéis.

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas depois diga o que lhe vai na alma!

O Orador: Vou dizer-lhe o que é que está nos papéis em relação à situação económico-financeira ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Em relação à SPRHI é o que o senhor devia dizer!

O Orador: ... das empresas públicas, só em relação à SATA e vou dizer-lhe quem é que escreveu, para não se mistificar a questão das contas da SATA, vou dizer-lhe e registre, são três os casos a necessitar de tratamento em relação às empresas públicas açorianas.

O caso da SATA é mais complicado. Li já o documento “Breves considerações” editado pela Secretaria tal, datado do mês corrente. Desde logo estranhei que

não viesse assinado pelo seu autor ou autores, que julgo serem os membros do grupo do trabalho, cuja constituição recomendei.

“Por outro lado, parece-me que se fixa muito em questões de tipo contabilístico e o que me parece é que a empresa está descapitalizada e necessita que se descubra um processo de se lhe injetar capital fresco.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é de 1800 e?

O Orador: A sugestão de medidas drásticas quanto a pessoal, é inútil enquanto persistir o presente estado de coisas quanto à TAP.

Ponta Delgada, 28 de março de 1991, João Bosco Mota Amaral, orientação 17/91”.

Deputado Bruno Belo (PSD): Depois também temos algumas coisas que lhe ler!

O Orador: Por isso meus senhores não é tempo de se “afogarem com mosquitos” depois da vossa história ter sido uma história de “engolir elefantes” e de em 1996 nós termos encontrado estas e muitas outras empresas, efetivamente na falência e não como projeto para o futuro e para dar melhores condições aos açorianos. Essa é que é a verdade.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Devia falar de 96! O senhor não está a ser politicamente sério!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Sras. e Srs. Deputados...

Pela última vez chamo-vos a atenção.

Isto já não são apartes, isto é barulho e com barulho não nos entendemos.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Penso que todos estamos convictos hoje em dia na política, duas coisas os cidadãos exigem, cada vez mais, se calhar em primazia:

Uma, resultados;

Outra, transparência.

Resultados, resultados, resultados ...

Transparência, transparência, transparência ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje, e cada vez mais, isso são as exigências dos cidadãos e da nossa sociedade.

Em relação a esta situação estamos aqui a discutir, nem resultados, nem transparência.

Aliás os resultados são trágicos.

Não pode o Governo ou o Sr. Presidente do Governo, vir falar do futuro sem saber o que é que é o presente. Só podemos analisar e preparar o futuro de qualquer organização se soubermos o que é o seu passado, o que é o seu presente.

Para isso exige-se transparência e aquilo que o Governo tentou fazer foi tudo menos ser transparente. Tudo menos ser transparente!

Desde logo, parece que não queria que aquilo que se falava nos jornais, uma semana antes, fosse falado na casa da autonomia, na casa da democracia.

Nós temos a responsabilidade enquanto políticos de falar das questões essenciais dos Açores ...

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor passe a palavra ao Jorge Macedo porque ele é que é especialista na SATA!

O Orador: ... e colocar aqui a questão da transparência e dos resultados.

Em relação à transparência, já vimos: o Governo optou por opacidade nesta matéria e optou por tentar iludir os açorianos e o Parlamento dos Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por que é que tentou opacitar e optou pela opacidade em vez da transparência? Porque os resultados eram trágicos da vossa governação. Foi só por isso. Entretanto foi apanhado pela verdade. Este Governo foi atropelado pela verdade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: A verdade que vem sempre ao de cima revela bem o que foi a incapacidade, a impreparação e até de alguma forma a gestão política danosa, foi feita a uma das joias da coroa da economia dos Açores, que é a SATA. Quando já na semana passada demonstrei preocupação pelo serviço público que a SATA presta, demonstrei uma enorme preocupação pelos funcionários da SATA ...

Deputado Miguel Costa (PS): Qual é a solução?

O Orador: ... aquilo que eu quis dizer é que os senhores que agora se querem apresentar como salvadores, os senhores são os verdadeiros carrascos da SATA. Essa é que é a verdade.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E agora que foram atropelados por esta verdade, nua e crua, tentam falar do futuro das oposições de tudo, menos daquilo que é importante, o

resultado da vossa governação que é trágica para os Açores e em concreto para esta companhia.

As oposições aqui querem a verdade e só a verdade e estão disponíveis, como sempre estiveram, para apresentar soluções e para colaborar, mesmo que V.^a Ex.^a, como outros membros do Governo do PS, o que façam é tentar utilizar os nossos contributos para nos atacar.

Mas não é por isso que nós vamos deixar de dá-los, porque nós estamos preocupados com os Açores e não com os ataques que nos fazem.

A seu tempo as açorianas e os açorianos vão perceber quem é que faz da política um mero ato de ataque aos outros e quem é que faz da política um ato de responsabilidade perante o futuro.

Deputado José San-Bento (PS): Já estamos esclarecidos, Sr. Deputado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: E nesse aspeto, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O PS e o Governo que se construiu contra o PSD-Açores, hoje é contra o PSD-Açores, contra as oposições, contra os parceiros sociais, contra tudo e contra todos.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Contra os parceiros sociais?!

O Orador: O PS e o Governo estão acantonados na sua incapacidade, não conseguem sair daqui.

Também lhe devo dizer, Sr. Presidente, e é preciso reconhecer: já vi outros governos do PS com mais capacidade.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem que mudar de cassete!

O Orador: Parece-me que o tempo vai passando e fica cada vez mais evidente a impreparação para governar e aquilo que fez à SATA e já fez à saúde... Atenção quando se fala na saúde e se dá como exemplo a saúde, isto é não ter

mais argumentos. Aquilo que se está a fazer na saúde é prejudicar cada vez mais com piores cuidados de saúde os açorianos e agora os senhores querem fazer na SATA o mesmo que fizeram na saúde. Está tudo dito meus queridos amigos e nesse aspeto os açorianos não podem estar descansados.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que nós aqui temos que continuar a debater, porque é aqui o espaço para o fazer, é com transparência analisar os resultados. É isso que se exige.

Neste caso, e em relação a esta matéria, depois de sabermos tudo, e é por isso que a Comissão de Inquérito vai ser importante, certamente que os açorianos poderão ficar mais tranquilos, certamente que poderemos projetar com outra capacidade o futuro da SATA, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas não é isso que os senhores querem!

O Orador: ... para garantir que ela possa prestar um melhor serviço aos açorianos.

Agora, uma coisa os açorianos precisam saber desde já: quem é o responsável por ter trazido a SATA a esta situação trágica? É o Governo e quem é carrasco não se pode vestir de salvador, se não acontece o que aconteceu são atropelados pela verdade.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Prescindo.

Presidente: Tem então a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

Venho de novo a este debate e quero em primeiro lugar refutar aqui uma acusação genérica que foi feita a todos os partidos da oposição pelo Sr. Presidente do Governo Regional, isto é, de que as oposições, e o Sr. Presidente referiu todas as oposições, estão mais preocupadas com o passado do que com o futuro.

Julgo que ouvi bem, digamos, que não estarei nas melhores condições, mas julgo que ouvi bem.

Portanto, eu quero refutar essa acusação que fez à generalidade dos partidos da oposição, porque Sr. Presidente, a verdade é esta: não há necessidade de fazer um grande esforço para se verificar que nos últimos anos que o PCP tem procurado trazer ao debate as questões da SATA, voltadas para situações muito concretas do presente, mas sempre, sempre com um objetivo de olhar para o futuro e de defender não só os trabalhadores e quando defende os trabalhadores defende o grupo SATA e quando defende o grupo SATA, o sucesso do grupo SATA, defende certamente o interesse regional que é aquele que com certeza nos cabe fazer desde logo e em primeiro lugar.

Eu percebo que o Sr. Presidente estivesse a referir-se à questão da constituição da comissão aqui referida, mas é bom que se clarifique também aqui uma outra questão.

A Comissão de Inquérito e o PCP vai subscrever a Comissão de inquérito, por vários motivos, desde logo um: para não ficar afastado dos trabalhos da comissão de Inquérito, Sr. Presidente.

É que se o PCP não subscrever tem outros motivos, mas se o PCP não subscrever fica afastado da participação dos trabalhos na comissão de inquérito,

Sr. Presidente, e o PCP não deseja isso. O PCP quer acompanhar tudo que sejam os trabalhos.

Há outros motivos, Sr. Presidente, mas este é também um. Isto resulta de quê? Resulta do Regimento e resulta de apenas o PCP ter um único Deputado, não me estou a queixar. Foi esta representatividade que o povo açoriano quis dar ao PCP...

Deputado Luís Garcia (PSD): Peça desculpa!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ó Aníbal, não precisas justificar-te!

O Orador: ... e é esta representatividade que nós aceitamos e procuramos fazer o nosso melhor trabalho.

Relativamente à questão do plano e relativamente a alguma avaliação que se possa fazer do passado, o PCP nas intervenções que tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos sobre estas questões, tem divergido de algumas opções que têm sido feitas pelo Governo da Região.

Assim como já teve oportunidade, esta semana, de apontar algumas divergências, se calhar são mais os aspetos da convergência do que as divergências relativamente às questões do plano estratégico...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Devia dizer isso com um ar mais indignado!

O Orador: ... e vou enunciar.

A minha principal preocupação, a principal preocupação decorre do facto (eu percebo que o contexto é diferente) de haver alguma retração em termos da operação da frota do médio curso, para além do facto de que a adequação que está prevista tem um *timing* que no meu entendimento deveria ser antecipado.

Depois, e relativamente a todas as outras questões o PCP até concorda com elas, agora o que coloca em questão é a forma como ela se vai fazer (isto em termos da estratégia, da afirmação comercial e operacional da SATA).

O que o PCP tem dúvidas é que com os meios alocados, por exemplo, à afirmação do mercado na América do Norte, os meios que lhe são alocados, e

não vou discutir aeronaves, sejam suficientes para conseguir atingir o desiderato que está consagrado no plano.

Há ainda outros aspetos dos quais divergimos e que na passada terça-feira, já tive oportunidade de enunciar.

Não é aceitável para o PCP que seja considerado...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Eu vou já terminar Sra. Presidente.

Não é aceitável para o PCP que no plano esteja considerada a hipótese da suspensão do acordo de empresa.

O acordo de empresa é também um instrumento estratégico para se conseguir que o plano estratégico que o conselho de administração apresentou ao Governo e o Governo apresentou ao Parlamento, possa ser levado a bom termo, Sr. Presidente e isso não é aceitável.

Aliás, subsistem ainda outras dúvidas como por exemplo a questão da diversificação do capital ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu acabo já, Sra. Presidente.

... que pode eventualmente e já levantei aqui esta questão, o Sr. Secretário Regional respondeu, respondeu claramente, vamos aceitar como boa a resposta do Sr. Secretário Regional, que não há nenhuma intenção de privatizar a SATA (vamos aceitar isso como bom) eu tenho aqui algumas dúvidas relativamente aos dados.

Depois, há a questão financeira e a questão financeira...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Eu acabo.

O Deputado Berto Messias interrompeu-me agora e ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade! É um hábito recorrente!

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... e isso levou a que eu tivesse que prolongar o meu ...

Vou já terminar Sra. Presidente.

A Sra. Presidente sabe que eu respeito a Sra. Presidente.

Presidente: Faça favor de terminar então, Deputado.

O Orador: Eu termino, é só mais uma notazinha e que tem a ver com a questão da preocupação financeira da SATA, que na opinião da Representação Parlamentar do PCP, não constitui uma preocupação tão grande se o Governo da Região e o Governo da República, pagarem aquilo que devem à SATA, porque quando essa dívida for saldada à SATA a situação financeira da SATA não tem a gravidade com que se quer fazer crer ou que se quer fazer passar para opinião pública.

O que é fundamental é que essas dívidas do Governo da Região e do Governo da República sejam pagas à SATA.

Sra. Presidente, eu agradeço-lhe muito a tolerância e a latitude que deu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, tem ali uma interpelação à Mesa!

O Orador: Eu estou no uso da palavra?

Presidente: Sim, eu dei-lhe a palavra.

Só tínhamos uma inscrição antes do almoço ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Agora tem duas!

Presidente: ... por isso achei que não ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: São 13 horas e 1 minuto.

Temos uma única inscrição na Mesa.

Não é a primeira vez ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Não. Tem uma única inscrição na Mesa.

Sr. Presidente tem a palavra.

O Orador: Eu estou no uso apenas para dizer o seguinte.

Eu agradeço reconhecido ao Sr. Deputado Duarte Freitas, as palavras amáveis que dirigiu ao Governo quanto à sua capacidade. Acho que elas são desmerecidas mas de qualquer das formas gostava de retribuí-las a si e ao Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É uma retribuição também das suas palavras, que têm também sido muito amáveis!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A verdade e só a verdade.

A verdade e só a verdade diz que quem tomou a iniciativa de apresentar o plano estratégico da SATA a este Parlamento, foi o Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Quem se vinculou politicamente a esse plano foi o Governo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E quem rebentou com a SATA foi o Governo, por isso levou a isto tudo!

O Orador: E quanto a resultados a história daquilo que a SATA contribuiu para a Região fala por si e aquilo que a SATA ainda vai contribuir para a Região também falará por si.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Nós estamos firmes e convictos ao lado da SATA para ajudar a vencer estes desafios do futuro, do futuro. É isso que interessa neste momento na perspetiva do Governo.

Reconheço, obviamente, a outros o entendimento de que o mais importante neste momento é o passado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Eu peço aos Líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos, não sem antes do Sr. Secretário da Mesa informar dos tempos restantes para o debate que continuará da parte da tarde.

Secretário: Governo Regional – 4 minutos e 40 segundos;

PS – 6 minutos e 15 segundos;

CDS-PP – 8 minutos e 30 segundos;

PSD – 6 minutos e 15 segundos;

BE – 4 minutos e 30 segundos;

PCP – já não tem tempo;

PPM – 5 minutos e 40 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos. Peço às Sras. e Srs. Deputados o favor de retomarem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos continuar com o debate de urgência.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Duarte Freitas a quem dou a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem então a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão... Peço desculpa! Percebi que tinha prescindido, por isso...

Então Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está tudo a desistir, mas eu não desisto facilmente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há aqui algumas questões que para o futuro da SATA parecem-me absolutamente pertinentes esclarecer, nomeadamente:

Já ficámos a perceber que o Governo não se pronuncia sobre o tipo de avião que vai comprar. Todos vamos pagar o avião, mas o Governo não tem opinião sobre a matéria;

O Governo não pediu estudos à SATA que fundamentem a escolha deste ou de outro avião.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Eu não disse isso!

O Orador: Portanto, pergunto (a perguntinha já vai a seguir):

Os estudos da SATA que fundamentem os vários tipos de avião para a operação com a diáspora... Quais são esses estudos? Quais foram as opções? Se ainda não está escolhido tem que haver um estudo que diga quais são as opções. Onde é que está esse estudo?

Agradeço que me forneça, como já pedi ao Sr. Secretário ontem ou anteontem, que me forneça o estudo que fundamenta a liberalização da rota de Ponta Delgada e da rota da Terceira.

Sr. Secretário, há dados que são preocupantes.

Foi feito também o estudo do impacto das *low cost* no *business*, na operação da SATA. Qual o impacto em termos da entrada das *low cost* em Ponta Delgada e na Terceira, no volume de tráfego da SATA?

Deputado André Bradford (*PS*): Foi estimado!

O Orador: Qual é a estima que os senhores têm para essa coisa?

Há dados interessantes, já disponíveis noutros Aeroportos e até semelhantes ao nosso, com uma situação semelhante, onde o único operador, era, por exemplo no Funchal, a TAP, e com a entrada das *low cost* no Funchal, a TAP tinha uma quota de mercado de 78% e passou para 44%.

Qual é a estima que possa acontecer à SATA Internacional, Sr. Secretário? Estimativa com certeza!

Deputado Francisco César (*PS*): A TAP é a maior operadora da Madeira!

O Orador: Já agora, o que é que se estima que possa acontecer à SATA?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): E é também a estima?

O Orador: É também a estimativa e é a estima que tenho também por si e por V.^a Ex.^a, Sr. Presidente.

Já agora, Sr. Secretário, também nesta folha que aqui tenho e neste *Business Plan* da SATA, diz o seguinte:

“Para efeito do *Business Plan* 2015/2020, na vertente do transporte aéreo inter-ilhas, assume-se a manutenção de todos os pressupostos operacionais requeridos pelo contrato de concessão 2009/2014”, ou seja, tarifas, frequências, limites do défice de exploração, entre outros, “bem como uma remuneração de capital de 6,5%. Desta forma, a fixação de Obrigações de Serviço Público com enquadramento diferente do que vigorou entre 2009 e 2014, implicará a revisão do *Business Plan*, tendo como pressupostos a manutenção das suas determinações fundamentais”.

Deputado André Bradford (PS): E...

O Orador: Quer dizer que o senhor não vai mexer nas novas Obrigações de Serviço Público, nas tarifas, nas frequências...

Deputado André Bradford (PS): Não quer dizer nada disso!

O Orador: ... nas rotas que existem de 2009/2014. É isso que quer dizer, Sr. Secretário?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não!

O Orador: Se não, explique.

Deputado Rogério Veiros (PS): É isso que está aí escrito?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É, é!

Deputado Rogério Veiros (PS): Não! O senhor é que não percebeu.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo então agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queria dar os parabéns ao Deputado Artur Lima por finalmente ter começado por ser um partido que quis discutir o plano estratégico da SATA.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre quis, desde o princípio!

O Orador: Veio aqui apresentar legítimas dúvidas sobre opções que são tomadas.

Eu compreendo! É assim que se deve fazer!

Podemos não estar de acordo, podemos não ter a mesma interpretação dos documentos, mas pelo menos estamos a discutir o plano estratégico.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, aí eu saúdo o Sr. Deputado.

Permita-me que também refira, em relação àquilo que disse sobre o documento, que parece-me óbvio que o plano de desenvolvimento estratégico da companhia tenha que fazer as suas contas em relação às Obrigações de Serviço Público inter-ilhas com base no modelo que há, porque se não há novas Obrigações de Serviço Público, não poderão utilizar dados que ainda não estão disponíveis.

Obviamente que as novas obrigações terão que ser feitas, ou terão que ser construídas, tendo em conta a situação da SATA, mas sobretudo terão que ser construídas tendo em conta os objetivos de melhorar as acessibilidades e de compatibilizar aquilo que são as Obrigações de Serviço Público para o continente e para a Região Autónoma da Madeira com aquelas que funcionam no inter-ilhas.

Relativamente às questões que foram levantadas pelo Partido Social Democrata.

O Sr. Deputado Duarte Freitas veio aqui referir que nós precisamos de apresentar resultados, que temos que apresentar transparência.

Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista e o Governo dos Açores foram aqueles que disseram que a discussão do plano de desenvolvimento estratégico deveria vir à Assembleia;

Foram aqueles que discutiram as Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, aqui, nesta Assembleia;

Foram aqueles que apresentaram todo um conjunto de planos quer ao nível dos transportes, quer ao nível do emprego, da formação, quer todo um conjunto de áreas na nossa atividade política, que dizem respeito à vida dos açorianos.

Foi sempre o nosso norte, apresentar e gerir propostas que possam dar resposta àquilo que os açorianos mais necessitam.

Aquilo que nós verificamos é que a postura do PSD, neste debate, pouco ou nada disse, da parte do PSD, sobre o que se pensa da SATA; pouco ou nada disse sobre o que pensa dos trabalhadores.

Aquilo que apresentou foi “muito fel” e uma obsessão quase doentia sobre o Presidente do Governo e sobre o Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todas as semanas acham uma obsessão para o PSD!

O Orador: A preocupação do PSD (nós percebemos!) não é com a SATA! Muito menos com os seus trabalhadores!

O problema neste momento do PSD é que não faz a mínima ideia como há de ajudar a resolver o problema da companhia aérea.

O seu vazio estratégico, o vazio estratégico com que o PSD se apresenta a este plano é constrangedor.

Sras. e Srs. Deputados:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Duarte Freitas, eu refiro apenas o seguinte: “grandes mentes discutem ideias; mentes medianas discutem coisas; mentes pequenas discutem pessoas!”.

Não ficou qualquer dúvida...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... na categoria que o PSD apresentou neste debate: procurar atacar única e exclusivamente o Governo dos Açores e o Partido Socialista.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Apenas lhe dizemos o seguinte:

Nós percebemos que o debate político muitas vezes funciona assim. Ataque o PS! Ataque o Governo! Mas por favor deixe a SATA à parte disso!

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, permita-me que comece por si, uma vez que também comentou, digamos, a diferente interpretação que nós damos (o senhor e eu!) ao termo ou ao conceito de *liberalização total* no caso das rotas de Ponta Delgada e da Terceira.

Sabemos que já há uma guerra de número de páginas instalada neste debate. Eu não quero iniciar uma guerra de hermenêutica, nem pouco, mais ou menos.

Mas vamos ficar assim, Sr. Presidente. A vida cá está e a realidade cá está para mais cedo do que tarde mostrar qual é a interpretação mais correta a dar ao termo *liberalização total*...

Deputado Rogério Veiros (PS): Está aqui!

A Oradora: ... das rotas de Ponta Delgada e da Terceira. Esperemos pelo tempo! Não vale a pena agora trocarmos interpretações que obviamente não são coincidentes.

Depois, se eu tiver que concluir que “quem cala consente”, como eu levantei algumas perguntas e fiz algumas afirmações que não foram desmentidas em nenhuma intervenção, nomeadamente da parte do Sr. Secretário Regional que eu até esperava que pudesse comentar ou ter que comentar algumas delas, para

o bem ou para o mal, desmentindo-as ou confirmando-as, então há várias conclusões a tirar daquilo que eu afirmei, perguntei e não tive resposta. Portanto, é porque o que está implícito na pergunta está correto.

Primeira conclusão:

O Partido Socialista assume que a primeira medida deste plano é atacar o direito dos trabalhadores...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Não é!

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

A Oradora: ... desde logo com a suspensão do acordo de empresa.

Eu não represento nenhum sindicato, Sr. Deputado. Eu não falo, nem tenho que falar em nome dos trabalhadores, porque não os represento.

Deputado Miguel Costa (PS): O sindicato é que representa os trabalhadores!

A Oradora: Falo em nome do Bloco de Esquerda e esta é a conclusão que o Bloco de Esquerda retira das páginas todas...

Deputado Francisco César (PS): Ah!... Não é do silêncio do PS!

A Oradora: ... independentemente do número delas, porque a afirmação foi feita e ninguém a desmentiu.

Portanto, a suspensão do acordo de empresa é um ataque aos trabalhadores.

Depois, Sr. Secretário Regional, das duas, uma: ou o Sr. Secretário quer ser protagonista de um novo “milagre das rosas”, e eu não acredito que esteja para aí virado, ou então há qualquer coisa que não bate certo entre aquilo que o senhor diz, entre aquilo que o senhor cala e entre aquilo que claramente está escrito nas tais folhinhas, independentemente do número delas.

No ponto 2.1 do documento estritamente confidencial, o terceiro plano, o terceiro pilar, tem por título o seguinte: “Plano de desenvolvimento e

qualificação de recursos humanos”. É este o título: “Plano de desenvolvimento e qualificação de recursos humanos”.

Qual é a explicação que está ao lado?

“Este plano contribuirá para o redimensionamento da estrutura de recursos humanos operacionais e de estrutura das diversas entidades do Grupo SATA. Efetivamente, será necessário o ajustamento da estrutura dos recursos humanos aos novos desafios e objetivos de competitividade dos diversos negócios do grupo SATA, transporte aéreo e *handling*.”

Isto, num discurso, no vocabulário e numa semântica que todos conhecemos que se chama o ministro da mota, da motinha, o Ministro Mota Soares ...

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

... quer dizer mais uma vez despedimentos, Sr. Secretário. Despedimentos!

Na minha primeira intervenção, feitas as contas, de acordo com o que está aqui, não é de acordo com aquilo que o Sr. Secretário disse há dois dias, é de acordo com o que está nestes documentos, estamos a falar de cerca de 350 trabalhadores.

O senhor não disse nada!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É falso!

A Oradora: Eu afirmei.

O senhor não disse nada.

Deputado André Bradford (PS): Disse!

A Oradora: Portanto, concluiu-se que são 350 trabalhadores ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É falso!

A Oradora: ... contas feitas com o que está aqui escrito nos papelinhos.

Finalmente, insisto em duas coisas:

Reforço e diversificação de capital – slide 7. Já fiz esta pergunta há dois dias ...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: Vou terminar.

... e não tive resposta. Volto a formulá-la:

Reforço e diversificação de capital, no vocabulário do Bloco de Esquerda quer dizer privatização!

O que é que vai ser privatizado? Como? Quem?

Se não quer dizer isso, explique, Sr. Secretário, se faz favor, o que quer dizer.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Já respondi!

A Oradora: Por último, “carga e correio”. Vai ser privatizado. Há um *terminum*. Está escrito aqui: há um *terminum*!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Deputada, leia as Obrigações de Serviço Público!

A Oradora: Quem é que vai fazer? Quem é que vai tratar da carga e do correio? Como?

Estamos ou não estamos a falar de privatização?

O senhor tem que se explicar, Sr. Secretário Regional, se não, eu volto a dizer como o povo: quem cala consente!

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que termine.

A Oradora: E tudo aquilo que eu disse não é desmentível.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Tudo desmentido! Nada disso está certo!

Deputada Zuraida Soares (BE): Está tudo certo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Se já não há mais inscrições para o debate, há um momento de encerramento em que eu dou a palavra ao Sr. Secretário e depois ao Sr. Deputado Artur Lima. Portanto, pergunto se para o debate há ainda inscrições?

(Pausa)

Não havendo então mais inscrições, pergunto ao Sr. Secretário Regional se quer usar da palavra. Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Assistimos aqui a um debate onde houve duas posições claramente antagónicas. Uns pretenderam discutir o futuro da SATA; outros pretenderam-se agarrar ao passado.

Deputado António Marinho (PSD): Aí o senhor tem razão!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Deputado José Contente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É o Sr. Secretário que o está dizendo! O seu passado!

O Orador: Nós queremos desenvolver um trabalho sério que vá levar a SATA à sua sustentabilidade, à preservação dos seus postos de trabalho, que é aquilo que efetivamente consta do plano estratégico para o horizonte 2015-2020, elaborado para a SATA.

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu sei que o senhor sabe que eu sei, quais são as motivações do ataque que o senhor me faz. Mas mais uma vez essas motivações estão agarradas ao passado ...

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Ao seu passado!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... e eu trabalho é para o futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não use a SATA nem os seus trabalhadores para me atacar a mim. Ataque-me de uma forma direta, frontal, porque eu estou disponível para assumir este combate. Agora, não estou disponível para que ponha em causa a SATA, os postos de trabalho na SATA, num combate político, ...

Deputado André Bradford (PS): Mas ele não quer ouvir! Continua ao telemóvel!

O Orador: ... que é uma infâmia, que é aquilo que o senhor tem vindo a fazer ao longo deste tempo.

Também posso dizer-lhe que não corro para a fotografia, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não pode! A máquina está avariada!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem corre para a fotografia é o Sérgio Ávila!

O Orador: ... porque feliz, ou infelizmente, não sou assim tão fotogénico quanto isso.

Mas também lhe posso garantir que não gastaria milhares de euros em fotografias para as pôr em *outdoors* e para ganhar notoriedade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A minha notoriedade ganho-a com trabalho, com esforço, com a dedicação e com o empenho que diariamente coloco em prol dos Açores, das açorianas e dos açorianos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é que é importante para o futuro da SATA!

O Orador: Todos nós sabemos que a SATA foi vítima de um ato que configura em crime, com a divulgação de documentos de trabalho internos.

Deputado Luís Maurício (PSD): O seu gabinete! Dentro do seu gabinete é que tem que procurar!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Da sua responsabilidade. O senhor é que sabe a quem é que deu os papéis!

O Orador: Muitos dos dados apresentados, falsos! Muitos dos dados apresentados, falsos! É informação estritamente confidencial da empresa, informação de trabalho. Mas isso será tratado no âmbito judicial entre a empresa e o sistema de justiça.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Acho que a empresa vai acabar por processar a tutela!

O Orador: Agora, a utilização política ou a utilização pública de informação confidencial da empresa, muito dela falsa como já tive aqui oportunidade de dizer, é inqualificável e a responsabilidade política deve ser claramente assumida por quem o fez.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Na política como na vida não vale tudo.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Eu não procuro usurpar o trabalho dos outros; eu não procuro protagonismo por conta da demagogia, mas cada um é como é e os açorianos sabem com quem podem contar.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a SATA também!

O Orador: Também gostaria de deixar aqui uma mensagem, uma mensagem muito clara em relação àquilo que foi dito: o plano estratégico da SATA não contempla despedimentos, nem individuais, nem coletivos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A redução de pessoal que está assumida provém da renovação da nova frota e cinge-se a reformas antecipadas e fim de contratos de trabalho a termo certo.

Quero aqui também manifestar a confiança a todos os intervenientes...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sabe quantos empregados vão ser despedidos?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vão para o desemprego na mesma!

O Orador: ... na elaboração e concretização do plano estratégico da SATA.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é a nova empresa!

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Já termino.

Deputado Joaquim Machado (PSD): São desempregados na mesma!

O Orador: Ao Conselho de Administração, aos trabalhadores, aos sindicatos, o Governo dos Açores está e estará dentro daquilo que são as regras, sempre ao lado da SATA, dos seus dirigentes, dos seus trabalhadores, para ajudar a ultrapassar todos os desafios com que a empresa se deparará no futuro.

Este é um trabalho que assumimos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há dois anos atrasado!

O Orador: É uma linha de orientação que assumimos. É este o caminho que queremos trilhar. Com o Conselho de Administração, com os trabalhadores, com os sindicatos, com todos aqueles que se queiram juntar a nós, queremos ir em frente em prol do desenvolvimento e do sucesso da companhia, para que contribua ativamente para a economia regional e para o desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quantos de vocês acreditaram naquilo que o Secretário disse?

(Neste momento a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pelo Deputado Rogério Veiros)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Agora para encerrar este debate de urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,
...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Eu provooco sempre este burburinho na sala. O que é que eu hei de fazer?

... Sr. Secretário Regional:

Se a SATA no passado (não há futuro sem percebermos o passado!) não tivesse insistido em megalomanias, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... (primeira megalomania) rotas altamente deficitárias, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... e mais grave do que isso, insistir e persistir no erro durante, pelo menos, cinco anos, em rotas a dar prejuízo, se não tivesse acontecido isto, a SATA não estava no ponto em que está (primeira conclusão reconhecida pelos senhores).

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem!

O Orador: Rotas no vermelho, como foi aqui dito pelo Sr. Presidente do Governo, finalmente acabaram com elas e que prejudicaram os açorianos.

Segundo ponto: frota excedentária da SATA AIR AÇORES.

Se tivessem ido por outro tipo de frota a SATA não estaria no ponto em que está.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Vou citar um dos principais desafios para 2015/2020 do *Business Plan* da SATA. Diz o seguinte:

“Reestruturação e requalificação de recursos humanos (transporte aéreo) e reavaliação da frota excedentária face às necessidades para cumprimento dos mínimos associados das obrigações do contrato de serviço na Região Autónoma dos Açores”. Dois erros, Sr. Secretário.

Terceiro erro para o futuro, que os senhores não previram e que, aí sim, não sei se é defender a SATA, nem os senhores, nem quem defende a liberalização selvagem e neste caso também está o Partido Social Democrata:

Os senhores trouxeram *low cost* a todo o custo, ao custo mais elevado para os Açores, sem perceberem o impacto que isto vai ter na SATA Internacional. O impacto vai ser uma diminuição substancial no número de passageiros transportados pela SATA Internacional, Sr. Secretário, porque não vai ter capacidade para concorrer com a EasyJet e com a TAP.

Outro erro que aqui chamamos a atenção, Sr. Secretário, e que não deixa de ser caricato, não deixa de ser até ridículo, não deixa de ser até insultuoso, é que para uma tarifa social como é a tarifa de residente e a tarifa de estudante, a SATA andou a aplicar durante anos, anos e anos, e a explorar os açorianos, com uma taxa de combustível para encarecer as passagens.

Mas agora que vai entrar no mercado concorrencial, a SATA, nas simulações que fiz e foram dezenas delas, não há uma que cobre uma taxa de combustível em concorrência com a Ryanair e com a EasyJet.

É um erro de futuro, Sr. Secretário, e é um erro de futuro que explica bem que a SATA se andou a subsidiar indecorosamente à custa dos impostos dos açorianos. Porque se tivesse abolido a taxa de combustível, como alguém dizia

aqui (o Sr. Deputado André Bradford quando estava sentado onde está a Sra. Secretária Isabel), isso dava um prejuízo de cerca de 5 milhões de euros à SATA.

Afinal de contas já não dá prejuízo! Afinal de contas a SATA que vai concorrer com as *low cost* não anda a combustível, anda a água salgada, Sr. Secretário. É isso que vai acontecer?

Portanto, o que eu prevejo aqui, Sr. Secretário, é que daqui a um ano a SATA, com o vosso plano de futuro, e tenho aqui várias alertas, estará pior do que está hoje, os seus funcionários estarão em situação pior do que estão hoje e os açorianos estarão pior servidos do que estão hoje.

Oxalá que desta vez eu não tenha razão, Sr. Secretário, mas parece-me bem que a vossa irresponsabilidade vai ser nesse sentido.

Ainda fica por esclarecer a negociata entre o Governo da República, o Sr. Secretário Sérgio Monteiro e V.^a Ex.^a, sobre o pagamento de turistas para virem para os Açores, aquilo a que os senhores chamam de encaminhamento.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos assim este nosso ponto de Agenda.

Vamos continuar os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 12: **Petição n.º 26/X – “Pela recuperação da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria”**, apresentada por Carlos Afonso Simões Braga Oliveira, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do relatório, tem a palavra o Sr. Relator da Comissão de Política Geral, o Sr. Deputado Cláudio Lopes. Tem a palavra.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO SOBRE A PETIÇÃO PÚBLICA “PELA RECUPERAÇÃO

DA ZONA HABITACIONAL DO AEROPORTO DE SANTA MARIA”

Horta, 14 de outubro de 2014

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu no dia 14 de outubro, para apreciação e relato sobre a Petição Pública “Pela recuperação da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria”.

A Petição, reunindo 399 assinaturas e tendo como primeiro subscritor o Senhor Carlos Afonso Simões Braga Oliveira, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 28 de julho de 2014 e foi remetida para a Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do

Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na alínea ii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, a matéria objeto da iniciativa é da competência da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Política Geral, em reunião realizada a 4 de setembro, deliberou, por unanimidade, admiti-la por estarem verificados todos os requisitos legais e regimentais.

B) Objeto da Petição

Os peticionários defendem a “recuperação da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria”, apoiando-se nos seguintes considerandos:

- **“...o estado lastimável e de degradação em que se encontram muitas das casas da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria,...”**
- **“...o direito de exigir que as entidades regionais e municipais se entendam e olhem para este espaço e se consciencializem de que as habitações se degradam ano após ano, o mato vai envolvendo casas e a saúde pública começa a correr riscos afetando os habitantes”**
- **“ ... esta zona deveria ser vista como um postal ilustrado para quem visita Santa Maria e como um espaço a renovar para proporcionar**

habitação condigna a jovens marienses que procuram a primeira habitação e a famílias mais carenciadas”

- **“Uma recuperação desta zona proporcionaria a alguns Marienses um dos direitos consagrados na Constituição portuguesa, que é o direito a habitação condigna, e ao mesmo tempo contribuiria para dinamizar a economia local ao encarregar empresas marienses, que nestes tempos de grave crise económica atravessam dificuldades, das respetivas obras de recuperação e as mesmas iriam criar postos de trabalho”.**

C) Diligências efetuadas

Admitida a Petição, a Comissão deliberou por unanimidade, efetuar as seguintes diligências:

- 1. Audição dos peticionários na pessoa do primeiro subscritor;**
- 2. Audição do membro do Governo competente na matéria (Vice-Presidente do Governo);**
- 3. Audição do Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto.**

Foi ainda deliberado, por maioria, solicitar parecer escrito ao Conselho de Ilha de Santa Maria.

As audições ao Presidente de Câmara de Vila do Porto e ao primeiro subscritor da Petição realizaram-se no dia 7 de outubro e a audição ao Vice-Presidente do Governo Regional no dia 14 de outubro.

O Parecer escrito recebido do Conselho de Ilha de Santa Maria está anexo ao presente Relatório e dele faz parte integrante.

CAPÍTULO III

AUDIÇÕES

AUDIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO PORTO

O Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto começou por afirmar que, relativamente à Petição, o parecer da edilidade é muito coincidente com o parecer do Conselho de Ilha de Santa Maria, explicitando, no entanto, que não concorda com a parte do texto da petição que refere as entidades estarem de costas voltadas. Afirmou que isso não é verdade, acrescentando que tem havido esforços conjuntos. O problema, disse, é que as expetativas criadas para o parque habitacional do Aeroporto é que foram demasiado elevadas, face à realidade.

Afirmou que a ANA entendeu dedicar-se exclusivamente à sua função essencial que é gerir Aeroportos e abandonou as áreas envolventes. E essa atitude refletiu-se também na Câmara: até há algum tempo atrás, a Câmara Municipal era cliente da ANA, em termos de fornecimento de água. A este propósito havia uma dívida que transitou de anteriores mandatos, pois a Câmara Municipal nunca pagou essa dívida. E a ANA chegou mesmo a cortar a água à Câmara Municipal. Foram então feitas diligências junto de entidades da República, tendo-se chegado a um entendimento pelo qual a Câmara Municipal passou a ser a gestora da água e ficou também com a responsabilidade do saneamento básico.

Durante muitos anos, a zona envolvente ao Aeroporto era “terra de ninguém”. Toda a gente construía sem os terrenos estarem legalizados.

Acrescentou que há muitas casas naquela zona que não têm condições mínimas de habitabilidade e que existem também muitas casas fechadas que foram abandonadas por pessoas que nem residem em Santa Maria, mas que aguardam a possibilidade de poder comprar a casa. Fala-se, inclusive, que algumas dessas

casas são alugadas no Verão.

O Presidente da Câmara referiu que, neste momento, a Sociedade “Ilhas de Valor” está a fazer um trabalho difícil e moroso, na identificação e registo dos artigos destes terrenos.

Estão também a dar entrada na Câmara pedidos de loteamento e a Câmara está a recolher os pareceres obrigatórios junto das diferentes entidades.

Acrescentou que a rede de águas tem de ser totalmente substituída, e que isso é outra preocupação pois em alguns locais não se sabe onde passa a rede e noutros sabe-se que há edificações construídas em cima da mesma.

Referiu que nenhuma daquelas casas tem qualquer registo, por isso nunca pagaram, até hoje, qualquer imposto.

Disse ainda que a Câmara defendia que deveria ser feito um Plano de Pormenor para a zona do Aeroporto; no entanto, não foi essa a visão inicial das “ilhas de Valor”.

A concluir referiu que Câmara Municipal se identifica com o anseio e com as preocupações dos cidadãos peticionários; apenas não se revê na acusação feita de que as entidades não se entendem.

A Deputada Bárbara Chaves referiu que o Partido Socialista considera que o que é sublinhado na petição é importante: “requalificar a zona do parque habitacional”. Acrescentou que também defendiam a requalificação dessa zona, mas tinham consciência de que este é um processo complexo, burocrático e moroso.

Referiu que em maio de 2011 houve um Protocolo de desafetação de bens imobiliários, mas esse Protocolo carecia de um Decreto-Lei que apenas surgiu em maio de 2013; com ele é que se passou efetivamente para a Região todo este património. E isso tudo foi transferido num “bloco único”, mas não legalizado.

Em junho de 2013, informou que se iniciaram os registos nas Finanças. Esse trabalho tem obrigado a levantamentos topográficos, a muito trabalho técnico

de caracterização de todos os terrenos e edifícios.

Em junho de 2014, obtiveram-se os primeiros registos de titularidade. Em julho e agosto iniciaram-se os primeiros loteamentos.

Em 2013 foram feitos trabalhos de limpeza dos terrenos e higienização das casas, tendo sido acauteladas as casas mais degradadas.

Informou que o Plano de Ordenamento para a zona do Aeroporto de Santa Maria está a ser elaborado e que já está feito o Regulamento de atribuição de moradias, que só se aplicará quando os processos de loteamento estiverem aprovados.

A concluir, frisou que entendem os anseios dos peticionários, mas não podem é concordar com a afirmação de que “nada foi feito”.

A Deputada Zuraída Soares interveio para fazer uma clarificação. Segundo ela, os peticionários não dizem propriamente que as entidades andam de costas voltadas; o que afirmam é que se entendem.

Acrescentou que, quando os cidadãos questionam as “Ilhas de Valor”, a resposta que recebem desta é que não sabe quando isto termina.

Questionou, de seguida, o Presidente da Câmara procurando saber o que resultou das reuniões havidas entre a autarquia e o Governo Regional.

Questionou também que tipo de monitorização é que as “Ilhas de Valor” faz junto das pessoas que ali vivem no sentido de as manter informadas. As pessoas pagam rendas ao Governo Regional. Os acessos a algumas casas, no Inverno, são péssimos. Por isso, perguntou: quando é que essas pessoas terão direito a uma Habitação minimamente condigna?

Retomando a afirmação do Senhor Presidente da Câmara de que as expetativas foram colocadas muito altas e que agora há uma certa frustração, questionou-o sobre quem tinha elevado as expetativas? E quem havia falado de um Plano de Desenvolvimento para aquela área? E quem falou em critérios de atribuição das casas? É que as pessoas não sabem de nada, acrescentou.

Concluiu, considerando que esta petição representa, no mínimo, um apelo a que as “Ilhas de Valor” façam alguma coisa. Ao fim, e ao cabo, o Governo Regional é o “senhorio” destas casas.

O Presidente da Câmara respondeu que em abril ou maio deste ano houve uma reunião entre a Câmara Municipal e a Sociedade “Ilhas de Valor”, onde foi apresentada uma Planta de Reordenamento da zona.

A Câmara Municipal alertou que neste momento o que interessava às pessoas que ali vivem é resolver o seu problema e não estar a fazer-se planos de ordenamento.

Foi nessa sequência que as “Ilhas de Valor” e os seus Técnicos passaram a dar prioridade a esses trabalhos de loteamento.

Reconheceu, de seguida, que o acesso às moradias é, na verdade, um grande problema.

As “Ilhas de Valor” e a Câmara Municipal têm feito as limpezas possíveis.

Acrescentou que o Aeroporto tem sido, desde há muito, tema de campanha eleitoral. E isso gerou nas pessoas algumas expetativas.

Precisou que há ali famílias com problemas muito complicados. Há situações dentro de algumas casas que deveriam constituir “vergonha pública”, concluindo que há ali muito trabalho a fazer, mesmo em termos de acompanhamento e de políticas sociais.

Por isso, na sua opinião, deveria ser alargada a equipa técnica de acompanhamento.

Em relação às rendas, informou que o Conselho de Ilha, em fevereiro ou março deste ano, enviou uma carta ao Governo Regional a pedir a suspensão das rendas para as famílias de menos recursos, considerando que há ali gente reformada, viúvas e pessoas a viver sozinhas e outros que foram para ali viver e que não têm condições.

A Deputada Zuraida Soares questionou se a carta do Conselho de Ilha já teria

recebido resposta do Governo, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que não.

De seguida, a Deputada Bárbara Chaves referiu que o período em que se esteve a trabalhar no Plano de Ordenamento correspondeu a um tempo em que ainda não era possível intervir nas casas. Isso aconteceu entre 2011 e 2013.

Em junho de 2013, após o Protocolo de maio de 2013, as pessoas foram contactadas pelas “Ilhas de Valor” e informadas de que o processo de legalização estava a decorrer.

O Regulamento de atribuição dessas moradias foi feito. Mas não vale a pena publicá-lo já, sem ele ter condições de ser aplicado na realidade.

Acrescentou que existem no Aeroporto pessoas carenciadas, que essas pessoas não serão desalojadas e que terão a oportunidade de poder comprar essas casas.

Informou que a Direção Regional da Habitação tem já essas pessoas referenciadas e que desde maio de 2013 está a decorrer um processo gradual de resolução dos problemas.

Concluiu, referindo que, quanto aos acessos, estão previstos serem requalificados.

O Presidente da Câmara voltou a intervir para relembrar que em 2009 foi anunciado um Plano estratégico, que nunca foi estratégico. Agora em maio do corrente ano é que foi alterada a orientação e deu-se então prioridade à questão das casas.

Concluiu referindo que o que foi dito às pessoas em 2009 é que as casas seriam quase oferecidas.

O Deputado Duarte Moreira interveio para clarificar que em relação às expectativas que foram criadas às pessoas, isso teve a ver com a explicação que foi dada às mesmas sobre os direitos que lhe seriam atribuídos.

Numa determinada fase as pessoas não pagavam eletricidade, nem renda, nem água e, ao longo dos anos, estes benefícios foram desaparecendo.

Quando este património passou para o Governo Regional criou-se, naturalmente, a expectativa de que esta transferência para a Região traria de regresso alguns dos benefícios perdidos.

E, desde que os terrenos passaram para a Região, estamos a falar de 16 meses de trabalho efetivo, num processo moroso e complexo.

Confirmou que já se efetuaram trabalhos de limpeza e arranjo de acessos por empresas locais.

Concluiu, afirmando que a prioridade sempre foi a resolução do problema das casas; simplesmente houve um período em que não se podia intervir nas casas, por isso se avançou na anteproposta de Plano de Ordenamento.

A Deputada Zuraida Soares lembrou de novo a carta do Conselho de Ilha e o pedido que nela era feito de suspensão das rendas. Perguntou se esse pedido era apenas para as pessoas com carências financeiras, ou se era para todos.

O Senhor Presidente da Câmara clarificou que o que havia dito sobre as “ilhas de Valor” foi que esta aceitou dar prioridade às casas. Quanto ao teor da carta do Conselho de Ilha, entregou aos deputados cópia da mesma em que se solicitava a suspensão das rendas às pessoas com carências financeiras.

O Deputado Paulo Parece interveio para afirmar que o PSD percebe e entende as aspirações dos peticionários, acrescentando que o Aeroporto de Santa Maria tem servido para muitas “guerras” e argumentações nas alturas politicamente mais convenientes, tendo-se, inclusivamente, em 2009, criado a expectativa de se vender casas a cinco euros.

Depois, em 2012, criou-se a expectativa de que se iria avançar com a resolução do problema. Apresentou-se o Plano de Ordenamento daquela zona, mesmo sem o Governo Regional ter a posse efetiva dos referidos terrenos. Foram assim criadas mais expectativas às pessoas.

O Decreto-Lei aqui falado só apareceu em 2013. Em 2007, numa Assembleia Municipal, já se afirmava que o Governo Regional tinha a expectativa que os

terrenos passariam para a sua alçada. E foi afirmado pelo Senhor Vice-Presidente do Governo que reconhecia que os registos dos terrenos e das casas seria um processo moroso.

Afirmar que o Regulamento já está pronto, mas que não vale a pena ser publicado, não passa de mais uma expectativa criada. Se o Regulamento está pronto deveria ser divulgado para as pessoas começarem a organizar as suas vidas.

Acrescentou que há que ter em atenção a posição assumida por todos os Presidentes de Junta de Freguesia no que se refere à política de habitação na ilha, sobretudo nas situações de realojamento de famílias nas moradias do Aeroporto em detrimento da recuperação de habitações nessas mesmas freguesias, contribuindo dessa forma para a sua desertificação. Há casos de loteamentos disponíveis há vários anos que nunca avançaram porque se aguarda pela resolução dos terrenos do Aeroporto. Por isso, defendeu que as “Ilhas de Valor” deveriam ter uma estratégia mais global para fazer face a este problema.

**AUDIÇÃO DO PRIMEIRO SUBSCRITOR DA PETIÇÃO, SENHOR CARLOS AFONSO
SIMÕES BRAGA OLIVEIRA**

O primeiro subscritor da Petição começou por referir que o movimento criado em torno da petição constitui para ele um dever cívico. Afirmou que é uma realidade lastimável e vergonhosa o que se passa nesta área do Aeroporto e que Santa Maria merece melhor “cartão-de-visita”, para quem chega à ilha.

Acrescentou que, entretanto, esta passou a ser não só uma questão de má imagem para ser também um problema de saúde pública, exemplificando que há ratazanas dentro de algumas daquelas habitações.

Concluiu referindo que o Plano de recuperação deveria ter alguns objetivos de carácter social e envolver as empresas locais, ajudando a combater o desemprego

que existe na ilha.

A Deputada Bárbara Chaves referiu, de seguida, que qualquer petição dos cidadãos é sempre de saudar, esclarecendo que estes terrenos não são do Governo Regional há 30 anos; eles são do Governo Regional apenas desde 2013.

Recordou que em 2011 houve legislação que previa uma desafetação destes terrenos, mas que em maio de 2013 é que esses terrenos foram transferidos para a Região. E em maio de 2014 iniciou-se o processo de registo, regularização administrativa, levantamento de terrenos e imóveis construídos.

Clarificou também que sempre se recorreu a empresas locais para realizar os trabalhos que foram necessários.

Acrescentou que em setembro de 2013 foram iniciados os processos de titularidade; que em maio de 2014 foi feito o levantamento das Habitações e respetivas condições de habitabilidade; que em junho/julho do corrente ano se iniciaram os processos de loteamento e que a partir de agosto de 2013 foram feitos grandes trabalhos de limpeza, recolha de resíduos e de entulhos, precisando que em todos os edifícios devolutos foram feitos trabalhos de higienização.

Por outro lado, informou que antes de se iniciar o processo de legalização das habitações foi elaborada uma anteproposta de reordenamento desta zona e que as “Ilhas de Valor” também trabalharam, em simultâneo, num Regulamento de atribuição das moradias, ainda não divulgado. Este processo está a ser desenvolvido há pouco mais de 1 ano.

Tratando-se de um processo complexo, burocrático e moroso, questionou o primeiro subscritor da petição se ele considera que se poderia ter atalhado em algum destes processos para que tudo fosse mais célere?

O primeiro subscritor respondeu com uma pergunta: sabem os moradores de tudo isso que agora foi explicado? E concluiu afirmando que os moradores não

o sabem. Por isso, questionou se a Senhora Deputada falava de 1 ano em tempo real ou de 1 ano em tempo político?

A Deputada Bárbara Chaves respondeu que se fala de um período de tempo entre maio de 2013 e outubro de 2014, portanto de pouco mais de 1 ano. Acrescentou ainda que muitas pessoas sabem do andamento deste processo.

A Deputada Zuraida Soares interveio para afirmar que sobre o andamento deste processo há muita gente que sabe, mas há muita gente que não sabe.

E questionou a Deputada Bárbara Chaves sobre quantas vezes é que as “Ilhas de Valor” bateram à porta daquelas casas e explicaram as razões porque pagam uma renda? É que 40 euros de renda para muitas daquelas pessoas é caro demais.

O Deputado Cláudio Lopes interveio para questionar o 1.º peticionário procurando saber quantas casas estavam envolvidas nesta situação, ao que foi respondido que eram mais de duzentas casas.

A Deputada Bárbara Chaves acrescentou que nem todas essas casas estão em péssimas condições de habitabilidade, que há umas piores que outras. Informou que as “Ilhas de Valor” fizeram um levantamento caso a caso, caracterizando a tipologia de cada uma e de cada agregado. É por isso injusto afirmar-se que as “Ilhas de Valor” nunca estiveram naquelas habitações. E que caracterizar a situação geral como de precariedade total, também não é correto.

Terminada esta audição, e na continuação dos trabalhos da Comissão, a Deputada Zuraida Soares propôs que a Comissão ouvisse em audição as “Ilhas de Valor”, já que ao longo das duas audições anteriores várias tinham sido as referências feitas às “Ilhas de Valor”.

O Deputado José San-Bento retorquiu que faltava ainda ouvir, tal como decidido pela Comissão, o Senhor Vice-Presidente do Governo e que ele, naturalmente, viria à Comissão com informação detalhada das “Ilhas de Valor”, sobre todo este processo.

Acrescentou que no seu entender tanto a Câmara Municipal como as “Ilhas de Valor” e o Governo Regional, estão todos a trabalhar de boa-fé neste assunto.

A Deputada Zuraida Soares solicitou que ficasse registado em relatório que “por razões absolutamente incompreensíveis, o PS quer no início, quer no final deste processo, recusa-se a ouvir as “Ilhas de Valor”.

Considerou, assim, que as “Ilhas de Valor” é uma espécie de entidade fantasma. Ou então que se esconde atrás do Vice-Presidente.

A Deputada Zuraida Soares informou a Comissão que já por duas vezes pretendeu ser recebida pela responsável das “Ilhas de Valor” e que a mesma se recusou receber o BE. Acrescentou que esta é uma entidade que não quer falar de coisa nenhuma. E concluiu ser incompreensível, por ser uma entidade pública, que o Partido Socialista não queira que a Sociedade “Ilhas de Valor” seja ouvida.

O Deputado Duarte Moreira pediu a palavra para refutar as opiniões da Deputada Zuraida Soares e para lembrar que as “Ilhas de Valor” tem uma tutela.

O Deputado José San-Bento interveio para afirmar que a Deputada Zuraida Soares estava a fazer um juízo precipitado e que pretendia instrumentalizar a Comissão para ouvir as “Ilhas de Valor”. Afirmou que a Comissão tem critérios razoáveis de ouvir as entidades. O critério foi estabelecido para esta iniciativa e é o que está a ser cumprido.

O Deputado Bruno Belo interveio para lembrar que esta proposta de ouvir as “Ilhas de Valor” já havia sido colocada anteriormente na Comissão e que o assunto tinha sido adiado, para mais tarde se avaliar essa necessidade.

O Presidente da Comissão sugeriu que a proposta da Deputada Zuraida fosse votada. Tendo-se procedido de imediato à respetiva votação, a proposta de solicitar audição à Sociedade “Ilhas de Valor” foi rejeitada com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e BE e os votos contra do PS.

AUDIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL

O Vice-Presidente do Governo começou por referir que a transferência dos terrenos para a Região foi feita através de um Decreto-Lei, e, em termos genéricos, como um único prédio rústico, concluindo-se, depois, que não havia qualquer registo.

Ao longo de 60 anos tudo o que ali foi construído pela ANA, nada estava registado. Por isso, neste momento, está-se a recuperar 60 anos de processos de registos. Fez-se o levantamento e está-se a proceder aos registos.

Afirmou que a ANA funcionava em Santa Maria de modo autónomo: construía e não registava.

Sem os registos não há qualquer base legal para atribuir as casas, dentro de um quadro regulamentar que já está feito.

Considerou que foi com uma enorme surpresa que se chegou à conclusão de que ao longo de todo aquele tempo nunca tinha havido qualquer registo, mesmo não sendo conhecida qualquer legislação que isentasse a ANA dos registos e licenciamentos.

Assim, o que a ANA transferiu para a Região foi apenas um terreno rústico, de modo genérico. E a realidade é que nele estão construídos centenas de edifícios que têm agora de ser individualmente registados.

O Vice-Presidente concluiu referindo-se a uma comunicação do Provedor de Justiça que dava inteira razão à Região neste processo.

A Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para solicitar ao Senhor Vice-Presidente para ter acesso ao Despacho da Provedoria de Justiça acabado de referir pelo governante.

Continuou, sublinhando que, pelas palavras do Senhor Vice-Presidente, a Região tinha acabado por receber um presente envenenado, uma vez que não

esperava que todas as habitações estivessem ilegais. Mas o mesmo sucedeu com as pessoas que ali vivem, que também receberam um presente envenenado.

Considerando que o Senhor Vice-Presidente havia dito que até ao final do ano o processo de registo em curso deverá estar concluído, fez questão de lembrar que, enquanto isso, os acessos às moradias estão horríveis e que, para além disso, as pessoas pagam renda para ali habitarem.

E colocou ao Vice-Presidente as seguintes questões:

- 1) O que será feito para minimizar os constrangimentos e a falta de dignidade destas pessoas nas suas casas até final do ano?
- 2) O Conselho de Ilha de Santa Maria enviou ao Presidente do Governo Regional um pedido para que os inquilinos que auferam um rendimento igual ou inferior ao ordenado mínimo nacional fossem isentos do pagamento de renda. Ao que se sabe, até hoje não houve qualquer resposta do Governo. Está o Governo a ponderar qualquer tipo de isenção? Ou tudo irá continuar na mesma até ao final do ano?
- 3) Até ao início de 2015, haverá algum tipo de melhoramento nas acessibilidades?
- 4) Quando é que a Sociedade “Ilhas de Valor” sai dos seus Gabinetes e explica às pessoas o que se vai passar e o que está a acontecer?

O Vice-Presidente voltou a afirmar que esta situação se arrasta há 60 anos e se degrada ano após ano. Tal como é afirmado pela Provedoria de Justiça, o Governo Regional não pode intervir num património que ainda não é da Região. O que é da Região é um terreno e não as casas. Por essa via, a Região Autónoma dos Açores não pode intervir sob pena de cometer um crime de peculato.

Depois de tudo legalizado, o Governo, ao abrigo do Regulamento, procederá à entrega das casas, clarificando que proceder a loteamentos e a registos não se trata de uma matéria de vontade, mas de legalidade.

Quanto à questão das rendas o Vice-Presidente respondeu que não pode estabelecer contratos legais de arrendamento porque os imóveis urbanos ainda não pertencem formalmente à Região.

A Deputada Zuraida Soares solicitou novamente a palavra para questionar se o Governo Regional vai ou não responder favoravelmente ao Conselho de Ilha? É que, acrescentou, estas pessoas pagam renda a alguém. Esse alguém é o Governo Regional. O Governo é uma espécie de “senhorio” destas habitações. Esta renda, embora simbólica em muitos casos, é muito significativa para muitas famílias.

O Vice-Presidente reafirmou que houve um contrato de cedência à Região de um terreno rústico em que foi também cedida a posição contratual da ANA, face a todo esse património.

Não podemos isentar, o que foi transitado num contrato global, portanto não se podem fazer contratos individuais.

Este processo é assim há 60 anos. Porque é que só agora se levanta a questão nestes termos? Reafirmou que, neste momento, não é ainda possível fazerem-se contratos individuais.

Sem base legal não pode o Governo isentar o que quer que seja.

O Deputado Joaquim Machado solicitou a palavra para referir que há uma questão menos clara nas palavras do Senhor Vice-Presidente. Segundo o deputado, a Região recebeu uma situação contratual global. Quem pode o mais, pode o menos. A Região se não pode isentar a renda, também não a pode cobrar, tendo, em resposta, o Vice-Presidente interrogado o Deputado sobre qual é a legislação em que apoia a sua interpretação.

O Deputado Duarte Moreira interveio para afirmar que este é um assunto que diz muito aos Deputados da ilha de Santa Maria, porque eles conhecem este processo há muitos anos.

Do ponto de vista da Região, a responsabilidade tem pouco mais de 1 ano, e

desde então está a ser feito o que é preciso ser feito.

Dirigiu ainda ao Senhor Vice-Presidente a seguinte questão: depois de estar concluída a legalização de todo este património, a prioridade da Região será a venda ou o arrendamento? O que ficar no domínio da Região será feito um Plano de recuperação?

Salientou que, no âmbito desta petição, o Governo Regional poderia não ter feito qualquer acordo de transferência dos terrenos e casas para a Região e tudo continuaria a arrastar-se como antes. Com este acordo há uma nova esperança para estas pessoas, concluiu, e tenha-se a consciência que a recuperação de toda aquela zona levará anos.

O Vice-Presidente informou que a intensidade na recuperação do património só pode acontecer após todo o património passar legalmente para a Região.

Reafirmou que o Governo teve, nesta matéria, total apoio do Provedor de Justiça, lendo o documento emanado da Provedoria de Justiça e distribuindo-o aos deputados. Esse documento fica em anexo a este relatório e dele é parte integrante.

O Vice-Presidente lembrou que os processos de loteamentos e de registos são complexos e morosos e afirmou que dentro de um ano e meio esta tarefa esteja concluída. Até lá não podemos é cometer ilegalidades.

O Deputado Paulo Parece solicitou a palavra para referir que as preocupações da petição, muitas delas estão a ser cumpridas. Todos reconhecemos que num tempo recorde foram feitos os levantamentos e registos. Isso temos de reconhecer.

Precisou que, embora o Senhor Vice-Presidente já tenha referido os 60 anos por várias vezes, a verdade, porém, é que o processo de degradação daquela zona se iniciou há apenas 15 ou 20 anos atrás.

Disse também que há muito tempo que o Senhor Vice-Presidente sabia que os terrenos não estavam legalizados.

Defendeu, depois, que já devia ter sido dado conhecimento do Regulamento às pessoas interessadas para que elas possam gerir as suas expetativas e conheçam as regras que os esperam.

Deixou, depois, as seguintes questões:

- a) Qual o destino a dar a toda a área de terreno rústico não afeto à área habitacional?
- b) A que entidade caberá a reabilitação das infraestruturas na zona habitacional?
- c) Qual o destino a dar às habitações? Alienação? Arrendamento? Com que critérios?

Concluiu, sugerindo que seja fornecida informação aos interessados, do andamento de todo o processo burocrático, evitando-se desta forma especulações.

O Vice-Presidente respondeu que, quanto às áreas não afetadas à Habitação e outros domínios, já está definida, em anteposta de ordenamento daquela zona, a orientação e planeamento das zonas não afetadas à Habitação ou Serviços Públicos.

Quanto à rede de águas e ao saneamento, eles serão da responsabilidade do Município de Vila do Porto.

Quanto ao Regulamento, o princípio da alienação é a avaliação do valor do imóvel. Logo, os critérios são simples, mas o critério essencial será o que esse valor do imóvel indicar.

Concluiu dizendo que isso será feito à medida que essa avaliação for decorrendo, considerando, no entanto, que será possível proceder a uma informação mais fluida e sistemática à população alvo desta ação.

CAPÍTULO IV

CONTRIBUTO DE OUTRAS ENTIDADES

A Comissão solicitou Parecer escrito ao Conselho de ilha de Santa Maria, o qual se junta em anexo a este relatório e dele faz parte integrante.

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Genericamente os Deputados da Comissão revelaram-se solidários com as preocupações apresentadas pelos peticionários, reconhecendo que a situação atual é insustentável e que carece urgentemente de uma intervenção global no sentido de conferir as condições mínimas de habitabilidade a todas as moradias e de dignidade humana às respetivas famílias que as ocupam, resolvendo-se, em simultâneo, os problemas decorrentes do processo de registo e de legalização dos imóveis.

CAPÍTULO VI CONCLUSÕES

Terminadas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 26/X- “Pela recuperação da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria”, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1.** O parque habitacional inserido nos terrenos do Aeroporto de Santa Maria revela, na generalidade, precárias condições de habitabilidade, higiene e salubridade que garantam a mínima dignidade a algumas das famílias que as ocupam.
- 2.** A situação atual daquela zona constitui um exemplo negativo de degradação e é um mau “cartão-de-visita” para quem chega à ilha.
- 3.** Os terrenos em causa e as construções sobre eles erigidas ao longo de

décadas eram propriedade do Estado Português e administradas pela ANA.

4. A transferência dos terrenos para a posse da Região concretizou-se em maio de 2013 e, em termos genéricos, fez-se como um único prédio rústico.
5. Verificou-se que não havia registos nem dos terrenos nem das construções ali edificadas ao longo dos anos.
6. A Sociedade “Ilhas de Valor” vem desenvolvendo o processo de registo dos terrenos e realizando os levantamentos topográficos, a caracterização individualizada das moradias e dando início aos processos de loteamento, no sentido de poder ser obtido o licenciamento de todas as habitações e o seu devido registo.
7. Reconhece-se que este é um processo complexo, burocrático e moroso e que as Entidades regionais e municipais estão em diálogo para que se garanta a sua evolução normal e legal
8. O Governo Regional informou que espera que este processo esteja concluído até final do ano de 2014 e que só após este processo terminado poderá vir a alienar as casas em causa, enquadrando essa medida em Regulamento que, entretanto, afirmou que já está elaborado, embora não esteja ainda divulgado.
9. O Governo Regional informou que a alienação das moradias terá por base o valor do imóvel e do terreno, numa avaliação que decorre em simultâneo com o processo administrativo que está a ser realizado.
10. A Câmara Municipal de Vila do Porto confirmou que já deram entrada na Câmara Municipal alguns pedidos de loteamento para aquela zona.
11. A Câmara Municipal de Vila do Porto confirmou que no âmbito da transferência para a Região de todo este património, ficou à sua responsabilidade a rede de águas e de saneamento.
12. A Câmara Municipal de Vila do Porto deixou expressa a sua preocupação com o trabalho muito profundo e oneroso a realizar, já que toda a rede de

águas terá de ser substituída, e que parte dela passa por debaixo de algumas moradias, o que dificulta ainda mais a intervenção.

13. Recomenda-se que a Sociedade “Ilhas de Valor” desenvolva procedimentos de transmissão de informação mais fluídos e sistemáticos junto da população alvo.

14. Considerando que a Petição foi subscrita por 399 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 192.º do respetivo Regimento.

Horta, 14 de outubro de 2014

O Relator, Cláudio Lopes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Jorge Costa Pereira

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de saudar os subscritores desta petição por este exercício de cidadania.

Santa Maria tem um cartaz de visita que não agrada quem lá vive e certamente não agradará quem a visita.

Até porque houve um tempo em que Santa Maria era considerada a pequena América dos Açores, uma época dourada onde Santa Maria foi o centro das atenções num período importante da história Mundial, a II Guerra Mundial. O acordo entre os Estados Unidos e Portugal trouxe consigo um desenvolvimento

rápido na pequena ilha de Santa Maria, a eletricidade, novas infraestruturas e oportunidades.

Findo o período militar, o Aeroporto de Santa Maria manteve ainda durante muito tempo a sua importância como escala nas travessias do Atlântico.

Com a certificação do Aeroporto para o tráfego aéreo civil, Santa Maria foi escolhida para sediar o centro de controlo do tráfego aéreo na região do Atlântico Norte sob a responsabilidade de Portugal, isto no primeiro semestre de 1946. Nesse período, no campo das telecomunicações, pela ausência de cabo coaxial ligando os Estados Unidos à Europa, Santa Maria tornou-se um importante centro internacional de comunicações.

Entre 1940 e 1970, foi a época alta de Santa Maria, quer seja nas ligações aéreas pelo papel central que desempenhou, quer pela prestação dos serviços ligados ao seu funcionamento e ao centro de controlo do tráfego aéreo no nordeste do Atlântico. Santa Maria foi durante essa época a única porta de saída por via aérea dos Açores.

Serviu de destino, escala de trânsito e técnica para voos intercontinentais de e para a Europa, Américas do Norte, Centro e Sul, bem como para as Caraíbas, para as principais companhias de aviação da época.

Toda esta dinâmica trouxe a Santa Maria estrangeiros que aí se fixaram e abriram os horizontes para os habitantes de Santa Maria.

A partir de 1978 começa o princípio do fim.

Isto apenas para fazer um pequeno contexto histórico do que foi Santa Maria e da sua importância na época. E também para entender a indignação da sua população perante uma zona que já foi tão próspera e cheia de vida em contraste com o atual aspeto desolador e de abandono que é visível a todos quanto possam por ali passar.

Os peticionários querem uma solução para o estado lastimável em que se encontra a zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria.

Criaram-se expetativas na população quanto àqueles terrenos e neste momento essa mesma população exige que lhe sejam dadas informações quanto à forma como irá ser solucionada esta situação.

Se é certo que durante muito tempo aquela zona foi “zona de ninguém”, como foi referido o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, neste momento esses terrenos têm dono e o dono é o Governo Regional.

E embora se possa entender que existe um trabalho que está a ser feito, que está em progresso e que é moroso, não se pode compreender que esta população continue na ignorância quanto ao seu futuro e que se protele esta indefinição.

Compreendendo a falta de informação que tem rodeado este processo, considerando que é legítima esta preocupação da população de Santa Maria, tendo em conta que o estado em que se encontra a zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria, que não oferece condições dignas para quem lá habita, cabe ao Governo Regional acelerar este processo para que não se arraste por muito mais tempo.

Este é mais um momento em que a população exige mais atenção, mais cuidado, mais informação e sobretudo dignidade e respeito na resolução de um problema que já se arrasta há tempo demais.

O CDS não aceita mais atrasos; o CDS não aceita que se continue a criar falsas expetativas na população de Santa Maria; o CDS não aceita mais desleixo que mancha a boa reputação ambiental e paisagística que caracteriza os Açores; o CDS está ao lado dos Marienses na exigência de uma rápida resolução deste triste problema.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar queremos saudar os peticionários e mostrar a nossa solidariedade pela preocupação que demonstraram na “recuperação da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria”.

Efetivamente, a zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria insere-se numa parcela territorial correspondente a cerca de 10% da ilha, ocupada desde a década de 40 do séc. XX, com a finalidade de instalar uma pista de aviação, inicialmente militar, com recurso à expropriação de terrenos e, mais tarde, passando a Aeroporto civil sob administração do Estado Português. A área habitacional, maioritariamente constituída por instalações pré-fabricadas provisórias em “metal”, “nasce” a partir da década de 50 com o intuito de proporcionar habitação às muitas centenas de funcionários que se encontravam deslocados em regime de comissão de serviço.

Ao longo das décadas seguintes, os diversos serviços sedeados no Aeroporto de Santa Maria e que prestavam apoio técnico e logístico à aviação, procederam a alguns melhoramentos nas habitações, nomeadamente promovendo a construção de casas em alvenaria, tendo o contributo de alguns dos mais famosos arquitetos de então, como é o caso de Francisco Keil do Amaral, e procedendo ao ordenamento espacial e urbanístico de toda aquela zona, dotando-a ao mesmo tempo de uma série de equipamentos coletivos e amplos espaços públicos, que constituíam e ainda hoje são considerados, um exemplo perfeito de urbanismo,

A situação habitacional do Aeroporto de Santa Maria manteve-se desta forma sob a responsabilidade da então Direção Geral da Aeronáutica Civil até ao início dos anos 80, aquando da constituição da empresa ANA, EP, que passou a

ser a entidade exploradora de toda a infraestrutura aeroportuária e toda a área adjacente, não afeta à atividade comercial da aviação.

A partir do final da mesma década, assistiu-se a um paulatino desinvestimento por aquela empresa no que diz respeito ao parque habitacional sob a sua responsabilidade. Numa primeira fase, a parte mais visível do contínuo abandono, verificou-se nos espaços públicos e equipamentos coletivos, rapidamente estendendo-se também às habitações. Nos últimos 20 anos a degradação foi tal que aquela que outrora era uma zona apetecível para viver, passou a constituir uma área totalmente degradada muitas vezes comparável a um verdadeiro “bairro de lata”, dadas as características construtivas da maioria das construções.

A área habitacional inicialmente destinada para uso exclusivo dos funcionários aeroportuários e dos serviços conexos, por vicissitudes várias, passou a pouco e pouco, ainda sob o domínio da ANA-SA, a ser ocupada por pessoas sem qualquer vínculo laboral à mesma, mediante protocolos estabelecidos com empresas locais para ocupação de funcionários das mesmas. Para agravar a situação, nos últimos anos procedeu-se também à ocupação por motivo de realojamentos de cariz social, alguns deles nas chamadas “casas de chapa” que, embora em número pouco expressivo, ainda existem.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a petição agora em apreciação, um conjunto de cidadãos, usando deste importante instrumento de cidadania, preocupados com o atual estado de degradação em que se encontra a zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria e com o parque habitacional que o constitui, colocaram na agenda o sentimento que traduz o pensar de todos os marienses.

É nosso entendimento que muitas das preocupações plasmadas nesta petição estão em andamento e em vias de serem resolvidas, nomeadamente o facto das

entidades regionais e municipais estarem desde 2013 a desenvolver no terreno ações de limpeza e recuperação de espaços públicos degradados.

Na sequência do Protocolo assinado em maio de 2011 entre o Governo da República, o Governo dos Açores e a autarquia mariense, em maio de 2013 foi finalmente publicado o Decreto-Lei que transfere para a posse do Governo dos Açores as áreas não afetadas à atividade aeronáutica, o chamado “lado terra”. Desde aí, tem-se desenvolvido um conjunto de ações com vista ao registo das diversas parcelas correspondentes às habitações, que incluem: levantamentos topográficos e todo o trabalho técnico que permita caracterizar os terrenos e os edifícios que o constituem.

É um trabalho complexo, moroso e burocrático, mas que reconhecemos que se tem desenvolvido de forma célere, permitindo que se efetuasse em junho de 2014 os primeiros registos de titularidade e em julho os primeiros pedidos de licenciamento de loteamentos.

Por se tratar de um assunto de grande importância para Santa Maria, pela área geográfica que envolve, e pelo alcance social que encerra, as audições efetuadas em sede de comissão de Política Geral, constituiu uma oportunidade para se debaterem e, ao mesmo tempo se esclarecerem, muitas dúvidas que persistem sobre o assunto.

Infelizmente, poderíamos ter ido um pouco mais longe.

Desde logo, ouvindo as “Ilhas de Valor”, que lidera todo o processo burocrático, mas que infelizmente foi impedido pela maioria socialista com a alegação de que ouvindo o responsável pela tutela, os assuntos seriam cabalmente esclarecidos. Na verdade, a proximidade e a envolvimento daquela empresa pública, teria permitido o esclarecimento de algumas dúvidas que permaneceram, mesmo depois de ouvido o Sr. Vice-Presidente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Fruto de uma diversidade de situações habitacionais existentes no Aeroporto, a necessidade de se proceder a um regulamento é imperativo, cabendo àquela empresa a responsabilidade de o elaborar. Ao que sabemos, o regulamento existe, mas nem a comissão nem os moradores têm dele qualquer conhecimento, promovendo assim a ansiedade e aumentando a expectativa quanto ao futuro, no que respeita aos moldes em que serão atribuídas as habitações ou mesmo as regras para a sua alienação.

Os marienses desconhecem por completo o desenvolvimento de todo o processo, que a ser conhecido, evitaria especulações sobre um assunto tão importante. Ao Sr. Vice-Presidente foi sugerido que os referidos moradores fossem informados de forma sistemática e periódica acerca do andamento dos trabalhos. A ideia foi bem acolhida, mas o certo é que até hoje, continuam os marienses e os moradores em particular, sem qualquer informação.

Ao pedido de intervenção em algumas habitações que dela necessitam urgentemente, foi respondido que neste momento seria impossível por não serem, ainda, património efetivo da Região. No entanto é do conhecimento público, de que em algumas casas têm sido feitas intervenções promovidas por entidades regionais, para alojamentos na área social...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Torna-se, assim, urgente a divulgação do regulamento de atribuição e alienação das habitações, que esperamos seja justo e abrangente, de forma a contemplar todas as situações e realidades sociais que entretanto foram criadas naquela zona.

Sugerimos também, a criação de mecanismos específicos para atribuição de lotes, a criar nos espaços devolutos pelas habitações demolidas, de forma a promover a habitação destinada a casais jovens.

É igualmente urgente que as significativas áreas públicas e de lazer existentes sejam reabilitadas e mantidas de forma regular, melhorando, significativamente, a imagem da principal “porta” de entrada da ilha.

De igual modo, que haja sensibilidade e atenção na definição das políticas de habitação previstas para Santa Maria, salvaguardando e atendendo à preocupação manifestada pelos diversos presidentes de juntas de freguesia rurais, de não substituir a promoção da requalificação habitacional nas mesmas pela promoção na zona habitacional do Aeroporto, contribuindo desta forma para agravar a sua desertificação.

Estamos convictos de que quanto mais depressa forem atribuídas e alienadas as moradias do Aeroporto, mais rápido terá início a recuperação de todo o parque habitacional, com o significativo impacto económico que potenciará, através das empresas locais de construção civil, e do comércio local, que atravessam neste momento grandes dificuldades.

O Aeroporto de Santa Maria, e particularmente a reabilitação e requalificação do seu parque habitacional, terá que ser uma efetiva preocupação deste Governo e não servir apenas como arma de arremesso político, como sempre aconteceu, nos momentos politicamente mais convenientes.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Bloco de Esquerda começa por saudar vivamente os petiçãoários e as petiçãoárias desta petição pública que apela à recuperação da zona habitacional do Aeroporto de Santa Maria. Faço também na pessoa do seu primeiro petiçãoário, o Prof. Carlos Afonso Simões Braga Oliveira, que

classificou esta petição como um verdadeiro ato de cidadania e, de facto é. Felicito-o a ele e todos e todas as outras peticionárias pelo facto de terem feito esta denúncia, esta chamada de atenção e terem colocado, no fundo, na agenda política deste Parlamento uma situação que é absolutamente vergonhosa para esta Região.

Gostaria de me concentrar, para não repetir aquilo que já de fundamental aqui foi dito, na síntese das posições dos Deputados, que vem expressa na página 16 do relatório da Comissão de Política Geral.

Diz exatamente (foi já lido na tribuna por parte do Sr. Relator, mas faço questão de repetir) que:

“Genericamente os Deputados da Comissão revelaram-se solidários com as preocupações apresentadas pelos peticionários, reconhecendo que a situação atual é insustentável e que carece urgentemente de uma intervenção global no sentido de conferir as condições mínimas de habitabilidade a todas as moradias e de dignidade humana às respetivas famílias que as ocupam, resolvendo-se, em simultâneo, os problemas decorrentes do processo de registo e de legalização dos imóveis.”

A prova da justeza, da oportunidade e da responsabilidade destas centenas de peticionários e peticionárias é exatamente a síntese que foi alcançada na comissão política. Portanto, não diria a unanimidade, mas o consenso generalizado com ênfase e com intensidades diferentes de que estas conclusões são verdadeiras e que é urgente pôr-lhes termo.

Todos sabemos que é um processo complexo, é burocrático e moroso. Os peticionários também sabem. Mas tudo na vida tem um limite e “quem espera desespera”, Sras. e Srs. Deputados.

Quem espera a viver dentro de uma casa durante anos e anos, onde chove dentro no inverno, onde os acessos são verdadeiros caminhos para vacas e não para pessoas, onde doentes dentro daquelas casas não têm o mínimo de

condições, nem água quente, onde todas as situações referidas pelos peticionários são verdadeiras, não é possível dizer-lhe apenas que o complexo é moroso, burocrático e demorado.

Para mostrar às Sras. e aos Srs. Deputados que nunca tiveram oportunidade de ir a Santa Maria e de perceber bem do que é que estes peticionários, do que é que estas pessoas estão a falar (há aqui Sras. e Srs. Deputados que nunca lá foram e que já me questionaram se aquilo é um bairro, um bairro com umas casinhas... Não sei! Umas vivendas talvez!) e porque há muitos açorianos e açorianas que também não sabem do que é que estes peticionários estão a falar, eu trouxe quatro fotografias para mostrar aquilo que nós estamos a falar.

Isto é a grande, a esmagadora maioria dos caminhos,...

(Neste momento a Sra. Deputada mostra uma fotografia à câmara dos caminhos referenciados na intervenção)

... das ruelas, dos arruamentos que aquelas pessoas atravessam todos os dias no inverno e no verão.

Este é o aspeto exterior das casas,...

(Neste momento a Sra. Deputada mostra uma fotografia à câmara das casas referenciadas)

... da maioria das mais de 200 casas de que nós estamos a falar, dentro das quais as pessoas, muitas delas assinaram esta petição, vivem.

Este é um aspeto do interior duma dessas casas...

(Neste momento a Sra. Deputada mostra uma fotografia do interior de uma casa à câmara)

... ondem vivem pessoas, onde vivem idosos, onde vivem crianças, onde vivem doentes.

Finalmente mais uma vista agradabilíssima do interior de uma casa onde vive gente, Sras. e Srs. Deputados.

(Neste momento a Sra. Deputada mostra outra fotografia do interior de uma casa à câmara)

Isto não é só o problema de não ser o postal de apresentação, porque de facto poderia ser o postal, porque fica mesmo à entrada do Aeroporto, por isso também se chama bairro do Aeroporto.

O problema não é só não ser um bilhete-postal aconselhável. O problema é que o Governo Regional é o senhorio destas casas e cobra rendas.

Esta é que é verdadeiramente a vergonha, para o Bloco de Esquerda, desta situação.

O Governo Regional cobra rendas às pessoas sobre estas casas.

Deputado Duarte Moreira (PS): Há pouco tempo!

A Oradora: Posso acabar?

Questionado em sede de Comissão o Sr. Vice-Presidente, por vários Deputados, incluindo por mim própria, como é que é possível que o Governo cobrasse rendas as estas casas, a resposta que nós recebemos do Sr. Vice-Presidente é que começa por não haver uma base legal do Governo para isentar o que quer que seja a estas pessoas.

Reparem bem! Isto não é hermenêutica, Sras. e Srs. Deputados! Isto é a verdadeira demagogia! Não há uma base legal para isentar estas pessoas da renda, coisa que lhes foi pedido pelo Conselho de Ilha, conforme está nos

documentos apensos ao relatório, em fevereiro de 2014 e que até hoje, tanto quanto sei, estão à espera de resposta do Governo Regional.

Mas Sras. e Srs. Deputados, não há base legal para isentar as pessoas que recebem pensões de miséria abaixo do salário mínimo nacional; não há base legal para isentar as pessoas que recebem o rendimento social de inserção, mas há base legal para cobrar rendas a estas casas.

Sras. e Srs. Deputados, os marienses e estes peticionários têm toda a razão. E têm, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, uma razão suplementar: o comportamento do Governo Regional. Já não estou a falar em casos complexos, burocráticos, morosos, de terrenos na ANA, de terrenos para um lado, primeiro em campanhas eleitorais que se dão, que se alugam casas a 5 euros...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é alugam! Vendem-se!

A Oradora: ... depois já não é a 5, depois há um regulamento.

O regulamento está feito. Ninguém o conhece! Está à espera de uma boa oportunidade. Esqueçamos isso tudo.

O Governo Regional é senhorio disto que aqui está, desta indignidade, cobra rendas às pessoas e diz que não tem base legal para isentar as pessoas dessas rendas.

Palavras, para quê?

Muito obrigada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se não há base legal para isentar, também não há para cobrar!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que inicie a minha intervenção, saudando, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o grupo de cidadãos que subscreveram a

petição que estamos agora a analisar. Independentemente da motivação ou interesse, é sempre importante e de relevar a receção, nesta Casa, de uma iniciativa de cidadãos que demonstre as suas preocupações, os seus anseios e as suas dúvidas.

A Petição em apreciação aborda a questão dos terrenos da zona envolvente ao Aeroporto de Santa Maria, apelando à necessidade de recuperação da respetiva zona habitacional.

Ora, esta não é uma questão nova. Esta não é a primeira vez que se fala do parque habitacional do Aeroporto aqui nesta Assembleia. Esta não é a primeira vez que se aborda a necessidade de se recuperar e reconverter o uso do solo dos terrenos do Aeroporto de Santa Maria. Mas esta é efetivamente a primeira vez que aqui se discute esta temática, após a publicação, em maio de 2013, do Decreto-Lei que transferiu os terrenos do Aeroporto não afetos à atividade aeroportuária para propriedade da Região Autónoma dos Açores.

Atendendo a que esta é uma história longa, que não pode, nem deve ser esquecida, permitam-se que relembre aqui apenas alguns aspetos que considera, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, importantes ter em conta em todo este processo.

Em maio de 2011 foi celebrado um Protocolo entre o Governo dos Açores, o município de Vila do Porto e o então Governo da República do PS, que definia os termos e as condições em que seria realizada a desafetação de bens imóveis do domínio público aeroportuário, nomeadamente terrenos, parque habitacional e infraestruturas não operacionais, para o domínio privado da Região.

Este foi um protocolo conseguido, diga-se em abono da verdade, pelo empenho do Governo Regional dos Açores, liderado pelo então Presidente do Governo Regional Carlos César, e que correspondia a uma aspiração antiga dos marienses.

Refira-se, que estamos a falar de cerca de 200 habitações, onde moram mais ou menos 900 pessoas que, em muitos casos, pretendem ter a oportunidade de adquirirem a sua moradia e criarem melhores condições de habitabilidade.

Importa dizer que muito do parque habitacional (e não todo o parque habitacional; muitas casas do bairro habitacional, especialmente as casas de chapa, as casas metálicas) se encontra com problemas ao nível da sua manutenção devido ao total desinvestimento que a empresa ANA, SA dotou todo o património imóvel do Aeroporto...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... que, desde 1978, foi responsável por gerir.

Note-se que esse desinvestimento se refletiu não só no parque habitacional, mas também nas vias de acesso, nas infraestruturas de saneamento básico, na manutenção e higienização de terrenos, o que levou à criação de inúmeros depósitos ilegais de resíduos, cuja remoção e tratamento foi assumida, desde 2003, pelos serviços operacionais do Governo Regional, em Santa Maria.

Sras. e Srs. Deputados:

Celebrado assim o Protocolo de cooperação em 2011, os marienses tiveram que esperar dois anos para que o Governo da República do PSD e do CDS-PP, se dignasse a fazer publicar um Decreto-Lei que promulgasse o protocolo que havia sido celebrado entre as partes, tal como referi anteriormente. Durante esse dois anos, foram criadas expectativas elevadas nos marienses!

Durante esses dois anos os moradores foram questionando o Governo Regional sobre o andamento do processo, sobre a data de aquisição das suas moradias. Durante dois anos os marienses, após esclarecidos, sentiram-se enganados pelo atual Governo da República.

Durante dois anos, o Governo Regional dos Açores, através da Vice-Presidência, desenvolveu inúmeras diligências para sensibilizar o Governo da República para a necessidade premente de promulgar o Protocolo de

Cooperação, enviando ofícios, estabelecendo contactos telefónicos, incluindo uma reunião realizada em julho de 2012 entre o então Presidente do Governo Regional Carlos César com o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, onde o assunto foi abordado, tendo sido assegurado pelo atual Primeiro-Ministro que a situação seria resolvida em breve. Isto, relembro, em julho de 2012.

Deputado André Bradford (PS): Não há telefones aí? Deviam agora telefonar a ele!

A Oradora: Para além dessas diligências, também o Conselho de Ilha de Santa Maria fez deslocar, a Lisboa, em finais de 2012, alguns membros desse órgão, para uma reunião com o Governo da República e com o Conselho de Administração da empresa ANA,SA como forma de pressão.

Apesar de eu ter já referido esta situação nesta Casa, permitam-me que vos relembre o facto de, eu própria, ter, nessa reunião, questionado diretamente o Sr. Secretário de Estado Sérgio Monteiro, sobre a matéria, solicitando que me esclarecesse sobre a razão do atraso na publicação do Decreto-Lei em questão e sobre o *timing* previsto para a resolução do problema, tendo a resposta obtida sido breve, mas clara:

- Que a questão ainda não estava resolvida porque a sua resolução poderia interferir com as eleições regionais de 2012!

Ou seja, os marienses não tinham o seu problema resolvido porque o Governo da República PSD/CDS-PP queriam prejudicar o Partido Socialista nas eleições Regionais. Situação lamentável, mas infelizmente expectável!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Passados 2 anos após a celebração do Protocolo de cooperação, foi finalmente publicado por parte do Governo da República, o Decreto-Lei n.º 66/2013, de 17 de maio, que procedeu à desafetação do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa

Maria, transferindo assim os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores.

Por indicação do Governo Regional, a empresa “Ilhas de Valor” ficou encarregue de assegurar a gestão local de toda a área transferida, que incluiu os terrenos e o parque habitacional. As vias de acesso, as estradas e saneamento básico ficaram sob a responsabilidade do município de Vila do Porto, nos termos do Protocolo.

No entanto, porque todo esse património carecia de um registo que não existia efetivamente, foram solicitadas junto da Repartição de Finanças e Conservatória de Registo Predial de Vila do Porto, cadernetas matriciais e emissão das certidões dos prédios, correspondentes às parcelas identificadas como transferidas, com vista à preparação da documentação necessária e essencial ao Registo, Regularização Administrativa e Licenciamento de todos os terrenos, habitações e demais equipamentos existentes na vasta área da zona envolvente ao Aeroporto de Santa Maria.

Para se conseguirem atingir esse objetivos, foram necessários levantamentos topográficos de toda essa extensa área, que a “Ilhas de Valor” adjudicou, e muito bem, a empresas locais e que se iniciaram em julho de 2013, iniciando-se em setembro, o processo de registo de titularidade do património. Paralelamente foram desenvolvidos os trabalhos de inventariação e caracterização de todo o parque habitacional.

Os primeiros Registos de Titularidade em nome da Região foram obtidos em maio de 2014 (ou seja, um ano após a passagem efetiva dos terrenos para posse da Região), tendo sido iniciada a avaliação de todas as moradias através da Direção Regional de Habitação.

Relativamente aos processos de Loteamento, os primeiros processos foram entregues na Câmara Municipal de Vila do Porto em julho de 2014, de forma a legalizar-se todo edificado e, assim, adquirir-se condições para a alienação das

habitações a favor dos moradores. Ou seja, só após a aprovação dos processos de loteamento é que se poderá proceder à atribuição das habitações.

Refira-se que, até ao dia de hoje, encontram-se concluídos sete processos de loteamento, nomeadamente do Bairro dos Anjos, Bairro da Bela Vista, Bairro Infante D. Henrique, Bairro de Santo Espírito, Bairro de São Pedro, Bairro Operário e Bairro de Almagreira. Em fase final de elaboração, apenas os processos de loteamento dos bairros que incluem construções metálicas ou mistas.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sra. Deputada. Agradeço que abrevie.

A Oradora: Obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Graças a Deus!

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não!

Deputado Berto Messias (PS): Não precisa fazer essa cara de zangado!

A Oradora: Considera, este Grupo Parlamentar, importante referir que desde agosto de 2013, logo após a publicação do Decreto-Lei supramencionado, a empresa “Ilhas de Valor”, tem realizado trabalhos e serviços de limpeza e manutenção nos diversos Bairros, nomeadamente junto a edifícios devoluto e em zonas públicas, de modo a salvaguardar as questões de salubridade e preservação desses espaços, recorrendo a empresas locais e a parcerias com serviços operacionais do Governo Regional.

Já agora, tenho uma fotografia dessas ações de limpeza e dessas zonas já limpas, que antigamente, se calhar estavam ao pé daquelas casas que a Sra. Deputada ali demonstrou.

(Neste momento a Sra. Deputado mostra a referida fotografia à câmara)

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! Também trouxe fotografias!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Onde é que está a planificação das Ilhas de Valor para os bairros? Existe! Já lá vamos!

A Oradora: Sra. Presidente, peço que desconte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um aparte!

A Oradora: Relativamente ao estudo de requalificação dos terrenos do Aeroporto, cuja anteproposta foi elaborada entre a celebração do Protocolo e a publicação do dito Decreto-Lei, este sofreu já algumas alterações de modo a uniformizá-lo com as recentes decisões de investimento que o Governo Regional pretendeu para aquela área, nomeadamente a requalificação do Cinema do Aeroporto ou a conceção do Núcleo Museológico de Aeronáutica a instalar na Antiga Torre de Controlo Aéreo.

Gostaria de reiterar o facto de que considera o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que este processo, burocrático e complexo, mas necessário, está a decorrer com uma celeridade bastante significativa, cujos procedimentos decorrem há pouco mais de um ano (mais concretamente, há 20 meses),...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Terminou já.

... em que todos os terrenos rústicos estão já registados, em que os processos de loteamento estão praticamente concluídos e entregues na autarquia para recolha de parecer, em que as áreas sem habitação estão a ter a manutenção adequada através da remoção de vegetação, remoção de resíduos e acauteladas as situações de salubridade do local.

Não podemos exigir, Sra. Deputada Zuraída Soares, ao Governo dos Açores que em 20 meses faça tudo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah, podemos, podemos!

A Oradora: ... o que em 40 anos não foi feito pelos diversos Governos da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Esse é, também, aliás o entendimento transmitido pelo Senhor Provedor de Justiça, que consta do documento que tivemos todos acesso na Comissão.

Este é um trabalho complexo, mas que o Governo Regional, através da empresa “Ilhas de Valor”, tem desenvolvido com rigor e celeridade.

Para terminar...

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sra. Deputada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Tem uma tolerância grande. O facto de ser Mesa traz alguns benefícios!

A Oradora: ... a petição que estamos agora a analisar transmite uma preocupação real: a necessidade de requalificar o Aeroporto de Santa Maria.

Mas transmite mais:

Transmite a necessidade de o Governo Regional, através da empresa “Ilhas de Valor”, promover uma maior divulgação dos procedimentos que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos, e muito bem, quer ao nível das muitas ações de limpeza e requalificação das terrenos e zonas envolventes às habitações, bem como ao que se refere ao trabalho complexo de registo de titularidade dos terrenos em nome da Região, dos levantamentos topográficos, dos processos de loteamento, dos estudos de avaliação das habitações, bem como a coordenação realizada entre vários intervenientes naquele território, nomeadamente com a Camara Municipal e os serviços operacionais do Governo.

Transmite ainda, por último, Sra. Presidente, que, nós, marienses, estamos ansiosos para termos o nosso Aeroporto de volta! Saibamos nós rentabiliza-lo e fruí-lo da melhor forma!

Obrigada e obrigada pela tolerância, Sra. Presidente.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS):
Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada, pela sua intervenção.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não tendo estado na Comissão de Política Geral que analisou esta petição, petição cujos peticionários, cujos signatários quero cumprimentar por este exercício de cidadania que, no fundo, até se trata de uma questão bastante simples e, digamos, uma questão que é colocada... É simples, é simples. É elementar.

Trata-se de um direito à habitação, um direito consagrado constitucionalmente. Portanto, é uma coisa que não é muito complexa.

Isto para dizer que subscrevo a posição que foi tomada pelos Deputados na Comissão de Política Geral e que a Sra. Deputada Zuraída Soares muito bem aqui enfatizou.

Quero também agradecer à Deputada Bárbara Chaves ter-nos trazido à memória ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é um elogio!

O Orador: Com certeza, Sr. Deputado.

... a história recente e que tem a ver com os terrenos a que nos estamos a referir, da zona envolvente do aeroporto.

Diz bem, e eu depois poderei pormenorizar, mas a Sra. Deputada Bárbara Chaves disse-o e disse com datas, com os *timings* que fazem parte desta história recente, designadamente maio de 2011. A Sra. Deputada não referiu o local, mas o local onde se celebrou esse Protocolo foi na Ilha das Flores, protocolou-se esse e também o dos Cabos Submarinos, nesse mesmo dia.

Lembre-nos que em 2011 houve eleições para a República e quem estava no poder era o Partido Socialista.

Deputado André Bradford (PS): E perdemos!

O Orador: E perderam!

Deputado André Bradford (PS): Mas vamos ganhar outra vez!

O Orador: Por que é que a intervenção da Deputada Bárbara Chaves é importante?

É importante porque nos traz à memória o seguinte:

Só em 2011. Mas os terrenos estavam vetados ao abandono há muitos mais anos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah!

O Orador: Isto quer dizer que o Estado não zelou pelos terrenos que eram seus e foi abandonando quem ali estava. O Estado que tem sido representado pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata.

Entretanto houve a demora da transição para a posse da Região, que também foi registada pela Deputada Bárbara Chaves, responsabilidade certamente do Governo da República, neste caso aqui já do PSD.

Entretanto, desde que os terrenos estão na posse do Governo Regional, também já se passou algum tempo para que se soubesse o que é que vai ser feito, como é que vai ser feito, que envolvimento é que vão ter as populações naquele processo.

Mas antes de irmos a essa questão dizer uma coisa muito simples aos marienses: os marienses têm dado o seu voto exatamente aos dois partidos (têm dado o seu voto aos dois partidos!)...

Deputado Francisco César (PS): Queria chegar aí, não era Sr. Deputado?!

O Orador: ... que são responsáveis pela situação de abandono a que está vetada Santa Maria...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade! Devem ao Governo do Partido Socialista!

O Orador: E ao PCP!

... não só relativamente aos terrenos do aeroporto, mas também a tudo aquilo que envolve outros aspetos, designadamente o próprio aeroporto e o contínuo desinvestimento que aconteceu no Aeroporto de Santa Maria e que lhe retirou, e retira, capacidade operacional.

A responsabilidade do esquecimento a que tem sido vetado Santa Maria é do PSD na República, é no PS na República e é do PS na Região.

Deputada Zuraida Soares (BE): E do CDS?

O Orador: Não existe! Isso não tem nenhum significado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já devia ter!

Presidente: Tem que continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Vou continuar, Sra. Presidente.

É que isto dá-me tempo suficiente para gerir as pausas, Sra. Presidente. Noutros momentos não, mas neste dá-me.

Relativamente àquilo que já foi dito é bom que os marienses que nos estão a ouvir interiorizem aquilo que eu acabei de dizer.

Relativamente à questão dos terrenos, importa saber:

Primeiro: o que é que foi feito?

O que foi feito foi muito pouco e sobretudo foi feito sem que a população soubesse aquilo que se está a fazer. Isto é, não há nenhum envolvimento da população, assim como não há um trabalho articulado com o município de Vila do Porto, aliás, é uma das questões que os peticionários aqui colocam, é que Governo e autarquia trabalhem.

Eu não estou a dizer de quem é a responsabilidade. Apenas isso.

É preciso envolver os marienses na discussão do que é que vai ser feito e como é que vai ser feita a cooperação e a requalificação dos terrenos do aeroporto e as suas habitações, porque há situações muito diversas. Há as casas que a Deputada Zuraida Soares aqui referiu, mas também há casas de valor patrimonial e cultural com interesse e que é preciso preservar.

Mais. Na nossa opinião, aquela zona é a zona natural de expansão urbana de Vila do Porto.

Mais. Aquela zona deve ser também uma zona para preservar a memória histórica de Santa Maria relacionada ao aeroporto e à aviação civil e comercial.

Portanto, tudo isto tem de ser discutido com os marienses e não pode ser feito a esmo como está a ser feito, nomeadamente as ações de limpeza que têm sido feitas pela Sociedade “Ilhas de Valor”, que agora parece que para além da coesão também se dedica à limpeza de matas.

A verdade é que ninguém sabe o que é que se está a passar e o que tem estado a ser feito, tem estado a ser feito sem critério, sem nenhum rigor e de forma discricionária.

Mais. Existem alguns problemas dentro dos terrenos e em algumas casas como as que já foram aqui identificadas, em que era necessário realojar os habitantes, os residentes nessas casas, coisa que ainda não foi feita, havendo na mesma zona casas que com um pequeno investimento serviriam para que essas pessoas fossem realojadas enquanto não se resolvesse o problema das casas de chapa.

Portanto, há aqui um conjunto de questões muito vastas, legítimas, que os peticionários colocaram, mas também há aqui uma questão que é fundamental, que é envolver os marienses na discussão pública sobre os destinos a dar àqueles terrenos e o que fazer relativamente à questão das habitações que ali estão, bem assim como da preservação da memória histórica de Santa Maria no que concerne à atividade da aeronáutica civil. É isto que o Governo Regional não quer fazer (e é isto que o Governo Regional não quer fazer) porque quer continuar a atuar de forma discricionária, atribuindo terrenos a quem muito bem quer...

Deputada Bárbara Chaves (PS): Não é verdade!

O Orador: ... atribuindo casas a quem muito bem quer. Isso não pode acontecer. E isso, eu espero que os marienses não deixem que venha a acontecer.

Lembrar outra vez que a responsabilidade desta situação é do PSD e é do PS, por via do exercício do poder na República...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... e por via do exercício do poder na Região.

Termino já, Sra. Presidente.

É bom que os marienses se recordem disto:

O PSD e o PS, partidos onde os marienses votam maioritariamente, são os grandes responsáveis pelo abandono, pela desertificação de Santa Maria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Por último tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Por último, mas não menos importante...

Presidente: Sr. Deputado, claro que não!

O Orador: ... a intervenção do Partido Popular Monárquico.

Em primeiro lugar, saudar os peticionários. Penso que colocam a questão de uma forma absolutamente construtiva.

Depois dizer que através da análise do relatório e também das conclusões (desde já quero felicitar a Comissão pelas conclusões e também somar-me a este consenso em relação às posições que foram tomadas pelos diversos partidos no âmbito da Comissão) penso que foi feito um excelente trabalho, é dado aqui um bom contributo e fundamentalmente uma boa resposta em relação às preocupações dos peticionários.

Quero destacar algo que me chamou a atenção. Foi no âmbito da audição do Vice-Presidente do Governo Regional em relação à situação como ela é caracterizada por parte do Vice-Presidente, por exemplo, mas também pelo Presidente da Câmara (escolhi fazer esta referência) quando:

“Afirmou que a ANA funcionava em Santa Maria de modo autónomo: construía e não registava.”

Deputado Aníbal Pires (PCP): É o ovo e a galinha!

O Orador: “Sem os registos não há qualquer base legal para atribuir as casas, dentro de um quadro regulamentar que já está feito.

Considerou que foi com uma enorme surpresa que se chegou à conclusão de que ao longo de todo aquele tempo nunca tinha havido qualquer registo, mesmo não sendo conhecida qualquer legislação que isentasse a ANA dos registos e licenciamentos.

Assim, o que a ANA transferiu para a Região foi apenas um terreno rústico, de modo genérico. E a realidade é que nele estão construídos centenas de edifícios que têm agora de ser individualmente registados.”

Esta situação foi confirmada pelas diversas pessoas que foram ouvidas no âmbito da Comissão e as diversas entidades.

Demonstra que estamos aqui perante uma situação de autêntico faroeste ao longo de dezenas e dezenas de anos. Portanto, uma situação de total ilegalidade e da responsabilidade dos diversos Governos da República, de diversas orientações partidárias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do Governo da República!

Deputado André Bradford (PS): E da ANA!

O Orador: Há que realizar aqui um trabalho de registo e também, pelo que pude observar, o Governo já se comprometeu a aprovar critérios de regulamentação da alienação das habitações situadas na zona do Aeroporto de Santa Maria.

O que os peticionários dizem é que este processo está demasiado lento, que não estão a ser realizadas as operações de manutenção de limpeza entretanto, enquanto decorre o processo, e que fundamentalmente também se sentem pouco informados.

Penso que no âmbito das conclusões da Comissão de Política Geral, quero aqui referenciar duas delas que considero importantes, porque de alguma forma respondem a esta situação. Por exemplo a 13.^a, que diz o seguinte:

“Recomenda-se que a Sociedade “Ilhas de Valor” desenvolva procedimentos de transmissão de informação mais fluídos e sistemáticos junto da população alvo.”

Há aqui, evidentemente, uma crítica à atuação da Sociedade “Ilhas de Valor” e considera-se que ela de futuro deve passar a transmitir a informação de forma mais sistemática à população afetada.

Penso que isto é importante. É uma tomada de posição do Parlamento que deve ser apoiada, e é. No caso do PPM estamos absolutamente de acordo.

Também se considera que o Governo Regional deverá fazer uma alienação das moradias tendo “por base o valor do imóvel e do terreno, numa avaliação que decorre em simultâneo com o processo administrativo que está a ser realizado”.

Também considero importante que isto se faça com a maior transparência e isenção.

A avaliação que o PPM faz é que este trabalho feito pela Comissão, este conjunto de recomendações, responde à questão e às preocupações levantadas pelos peticionários. Se este conjunto de recomendações for observado por parte do Governo Regional eu considero que é um importante contributo para as pessoas.

Faço votos para que este processo decorra com a máxima isenção, decorra com a máxima celeridade e também com algo que considero importante, que pude verificar ao longo da descrição que aqui temos no relatório: as situações menos

claras, essas, é evidente que devem ser destrinçadas de outro tipo de situações que têm uma situação perfeitamente verificável e que está perfeitamente identificada e é documentável.

Há situações que aqui são referenciadas, nomeadamente pelo Presidente da Câmara, que considero preocupantes, como ocupações selvagens, que entretanto já foram feitas posteriormente e tudo isso.

Portanto, a ser verdade, eu penso que essas situações não devem ser acauteladas no âmbito do processo que está a ser desenvolvido por parte do Governo.

Em conclusão:

Da parte do PPM apoiamos estas recomendações elaboradas pela Comissão e, em segundo lugar, fazemos votos para que o processo decorra a partir de agora com maior informação junto da população e com a maior celeridade no sentido de resolver esta questão: requalificar a zona e contribuir assim para que esta zona seja novamente uma zona importante para o crescimento da Ilha de Santa Maria e para a melhoria das condições de vida das populações que lá vivem.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Concluimos assim este ponto de Agenda. Avançamos para o ponto 13: **Projeto de Resolução n.º 104/X – “Recomenda à Comissão Permanente de Economia, que acompanhe o fim do regime de quotas leiteiras nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Independentemente do sector, quando uma região exporta 85% daquilo que produz, criando uma conjuntura económico-social à sua volta, é preocupante qualquer alteração.

Mesmo que as oportunidades superem as ameaças, nunca será demais prepararmo-nos para o que se desconhece, como também estar atento àquilo

que se vai passando.

O fim do regime de quotas leiteiras não é só um problema da lavoura, é um problema da Região, é o maior setor exportador e empregador de forma direta e indireta de muitos açorianos, onde temos que ser responsáveis por todo o investimento realizado e o seu retorno.

Acreditamos na capacidade de adaptação de todo este setor, mas há que estar ciente de um período onde reinam dúvidas e incertezas, onde o entendimento entre a produção, indústria e comercialização terá de ser incentivado e com o apoio desta Assembleia, gerando discussão concertada sobre este assunto no caminho das melhores decisões para a Região.

Este é um sector vital para a economia dos Açores, onde a indústria instalada, tanto na obtenção de alimentos e meios mecanizados, como na laboração de produtos lácteos, passando por toda uma malha de serviços públicos e privados, quando sujeitos a um mercado global e agressivo, poderá haver implicações negativas que possam ser sinónimo de aumento do desemprego na nossa Região.

A implementação do regime de quotas leiteiras trouxe dúvidas aos produtores açorianos, onde o medo de ultrapassar as quotas não era compatível com a oportunidade de novos mercados, que embora distantes, os produtores e industriais da Região souberam conquistar e adaptar-se a exigências de qualidade e quantidade, então não praticadas.

Houve vontade e trabalho para se chegar aonde se chegou. Até que se percebeu que um regime de quotas seria protetor de uma região ultraperiférica como a nossa. Não foram os produtores que pediram as quotas, nem foram os produtores que as tiraram, mas são os que mais sofrem com as decisões políticas, agora a um nível global.

Embora o POSEI possa minimizar estes impactos, lembramos que não está previsto qualquer reforço deste envelope financeiro e, nem no que está em

vigor, se deve canalizar verbas de uns setores para outros, prejudicando uns e beneficiando outros. Há que impor na União Europeia a sua responsabilidade na regulação dos mercados, evitando que as regiões mais periféricas percam a sua independência económico-financeira.

Há que estar preparados, e preparar o caminho, onde num mercado desregulado, a circulação de informação é vital, onde se espera uma correta interpretação do que cá chega, assim como uma correta divulgação daquilo que cá se faz.

Não negamos o investimento feito neste setor a todos os níveis, mas há que compreender que perante a sua dimensão e importância, espera-se sempre mais. Para além dos caminhos, água, luz e infraestruturas, este setor precisa de uma linha condutora, onde se analise tendências de consumo, os mercados, a distribuição, indústria e produção.

Este Projeto de Resolução vem no sentido de que a Comissão de Economia crie um grupo de trabalho que, conjuntamente com outros intervenientes do setor, possa enfrentar este novo regime do fim de quotas leiteiras.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira tem a palavra.

Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos a pouco mais de dois meses do fim de um regime de quotas leiteiras que vigora na Europa desde 1984.

Este sistema foi criado para fazer face à acumulação de excedentes de produtos lácteos e ao efeito orçamental que essa situação tinha no orçamento comunitário, atendendo aos *stocks* e apoios ao escoamento.

Um dos objetivos da criação deste sistema, através da limitação da produção, visava evitar a queda de preços que poderia advir de uma produção superior à procura.

O sistema de quotas tem permitido a manutenção da produção e o seu desenvolvimento sustentado na EU e em territórios mais afastados como os Açores, permitindo a manutenção de rendimento dos seus produtores e à sustentabilidade de uma economia frágil e aberta ao exterior e a adequação da oferta à procura.

O setor dos lacticínios dos Açores, assente num sistema de quotas leiteiras, cresceu em quantidade, em qualidade, em oferta de produtos com cada vez maior qualidade e diferenciação.

Mas esse aumento da produção, esse aumento da qualidade, o aumento da importância económica da fileira do leite nos Açores, que é uma constatação unanimemente aceite, não se fez por obra do acaso ou por intervenção divina.

O trabalho levado a cabo na Região, os investimentos aplicados, quer públicos quer privados, que conduziram à reestruturação das explorações, ao aumento de produção, à melhoria da qualidade, à melhoria das condições de trabalho, o aumento das competências e conhecimentos dos agricultores, à modernização das indústrias, a uma atuação mais eficaz nos mercados, à dignificação da atividade, têm sem dúvida alguma, uma aposta clara que os Governos dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, desde sempre atribuíram ao sector agropecuário regional e em particular ao sector leiteiro.

Todo o trabalho e investimento realizado ao longo dos anos, teve também como objetivo de ir preparando o setor para o anunciado fim do regime de quotas.

Mas é claro que ninguém pode assegurar que o fim deste regime não terá impactos nos Açores, em Portugal e em todo o espaço da União Europeia. Aliás é nossa convicção, e não só nossa, mas de muitos sectores e organizações de vários países, que haverá impactos e que os mesmos podem colocar em causa a produção em regiões cuja produção de leite seja menos competitiva.

Mas temos também a forte convicção, que a Região conseguirá ultrapassar com sucesso este enorme desafio, convicção que se alicerça no trabalho efetuado, mas também no reforço da nossa capacidade de organização, no reforço e canalização dos investimentos públicos, na melhoria da eficiência produtiva e da qualidade das explorações, na diversificação da oferta e na notoriedade dos produtos açorianos alicerçados na Marca Açores, mas essencialmente também na tenacidade e capacidade empreendedora dos nossos produtores e das nossas indústrias.

Temos, contudo, também a certeza que há que continuar a lutar e a trabalhar junto de toda a fileira, para que se ultrapasse com sucesso esta nova etapa.

Desde logo, e conforme o referido pelo Sr. Presidente do Governo há poucos dias, é necessário uma cada vez maior ligação e conformação dos objetivos e das estratégias, qual “pacto de regime” entre a produção, a transformação e a comercialização, que se baseie na transparência e honestidade, de forma a se tirar partido de um produto de qualidade superior única no espaço europeu, como é o leite dos Açores.

Mas há também que continuar a demonstrar junto das estâncias europeias, parlamento europeu, conselho europeu e comissão europeia, da importância do setor para a Região, por sinal uma Região Ultraperiférica, e da reivindicação da justa compensação pelos impactos negativos pelo fim do regime de quotas leiteiras, através do reforço do envelope financeiro do POSEI e criação de mecanismos de regulação do mercado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema “quotas leiteiras” tem sido um tema que tem subido a este plenário por inúmeras vezes.

Este é um dos assuntos que tem merecido por parte desta Assembleia, na sua grande maioria das vezes, uma posição unânime de todos os partidos, como deve de ser, na defesa dos superiores interesses da Região.

O Projeto de Resolução aqui em discussão, que pretende criar um grupo de trabalho no âmbito da Comissão Permanente de Economia, que acompanhe ao longo dos próximos dois anos, os impactos do fim do regime de quotas leiteiras, é pois mais um momento e uma forma de contribuir para esse superior interesse dos Açores, como sempre o tem feito o Partido Socialista.

Muito obrigado!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(A Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Colegas de Governo:

Apenas uma referência rápida a este assunto e àquilo que é a essência da proposta do PSD que, no fundo, é encarregar a Comissão de Economia de fazer um trabalho de acompanhamento próximo daquilo que se irá desenrolar nos Açores nos próximos tempos relativamente a esta matéria.

Dizer que o Governo naturalmente aplaude a iniciativa. Entende que ela é útil e colaborará em tudo o que necessário for para dotar o grupo de trabalho que for indigitado para desenvolver estes esforços com todas as informações que tem à sua disponibilidade.

Há um percurso recente na Região, conforme o Sr. Deputado Duarte Moreira referiu com algum detalhe, relativamente àquilo que é a evolução do setor leiteiro nos Açores. Por isso, é nesse caminho de sucesso que temos trilhado até aqui, de adaptação às diferentes contingências com que os lavradores dos Açores se têm defrontado ao longo do tempo e felizmente têm conseguido ultrapassar, que naturalmente estamos confiantes de que todos juntos, associações agrícolas, produtores, agroindústria e Governo, conseguiremos encontrar os caminhos para, em conjunto, podermos conseguir ter sucesso neste novo percurso.

A produção tem-se posicionado relativamente a estas questões. Basta olharmos para os números e vemos que a modernização das explorações agrícolas é um facto e o seu redimensionamento é também um facto.

A modernização da agroindústria, no que tem a ver com o setor leiteiro, está aí. Existem ainda algumas dificuldades, naturalmente, que é necessário ultrapassar, mas há bons indícios de que, nas diferentes ilhas onde a produção leiteira tem diferentes expressões, estaremos em condições de poder ultrapassar este desafio.

É isso que o Governo espera; é isso que o Governo naturalmente está disponível para ajudar e para encontrar os caminhos necessários ao sucesso.

Portanto, a proposta que agora está aqui em debate da Assembleia Regional, através da Comissão de Economia, poder também dar um contributo importante relativamente a esta matéria, é naturalmente de saudar.

Portanto, o Governo manifesta aqui a sua disponibilidade para ajudar naquilo que necessário for relativamente a este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado do PPM tem que ser especialista em tudo.

Nesta questão não é preciso ser especialista no setor agrícola para ter consciência de que a agricultura açoriana vai enfrentar um cenário completamente diferente e temos a obrigação de verificar como é que a nossa agricultura e a nossa produção de leite, vai enfrentar esta situação, que consequências e que medidas devemos implementar de acordo com os acontecimentos.

Obviamente que também ao longo de todo este tempo eu acredito que quer os produtores, quer o Governo, quer os diferentes agentes económicos que estão ligados ao setor, já começaram a preparar a resposta para enfrentar as novas circunstâncias.

Seja como for, eu considero que o acompanhamento de perto de um setor tão importante para a economia dos Açores é importante que se faça de forma a acautelar estas situações. É a forma de termos uma informação permanente e a possibilidade de agir em relação às novas circunstâncias e ao novo contexto.

Por isso o PPM apoia esta iniciativa e irá realizar o esforço também de acompanhar este assunto junto da Comissão de Economia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer agora o nosso intervalo.

Regressamos às 17H20.

Eram 16 horas e 50 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 28 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, foi entregue a todos uma proposta de substituição integral ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X** e ao **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/X**.

O 25/X era apresentado pelo Bloco de Esquerda e o 26/X pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apesar do que está determinado pelo n.º 4 e pelo n.º 5 do artigo 136.º do Regimento, considerando que os proponentes são igualmente subscritores desta proposta de substituição integral, eu coloco à consideração da câmara a possibilidade de apenas debatermos e depois ser votada a proposta de substituição integral.

Julgo não haver oposição.

Sendo assim pergunto, para apresentar esta proposta de substituição integral, se vai haver apresentação?

Sra. Deputado Zuraída Soares, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Eu concordo que seja apresentada a última versão, a substituição integral, mas parece-me que ela tem uma história e tem uma história que deve ser contada nesta Casa, até para que os açorianos percebam o que é que aconteceu às duas propostas anteriores, uma do Bloco de Esquerda e a outra do PSD.

Alguém tem que contar essa história para que a conclusão tenha lógica senão parece-me um pouco estranho que apareça essa proposta sem nenhum...

Presidente: Considerando que, como disse o Sr. Deputado e Presidente da Comissão, durante o debate pode haver essa explicação, eu então abriria já as inscrições para que pudéssemos intervir sobre esta proposta de substituição integral que será depois votada também.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Conselho de Ilha criado há mais de 32 anos pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/82/A, com natureza de órgão consultivo, inicialmente apenas previsto para as ilhas com mais de um município, há muito tempo que pertence à arquitetura do sistema político autonómico. É, pois, peça importante desse sistema político.

Passadas que são cerca de quatro décadas sobre a implementação do regime autonómico e do sistema político que o suporta, e atendendo ao quanto este regime contribuiu para a enorme evolução neste período verificada na nossa Região, hoje, a sociedade açoriana está de novo confrontada com novos desafios e novos problemas, os quais requerem respostas diferentes e por isso um modelo político porventura mais atualizado e mais ajustado a esse novo enquadramento socioeconómico, cultural e político.

O PSD entende assim que faz todo o sentido e começa a ser urgente refletir, avaliar e reformar o atual sistema político autonómico para que melhor possa servir a nossa autonomia e assim responder com outra eficiência e outra eficácia aos anseios dos açorianos e açorianas que vivem e trabalham em todas as nossas ilhas, bem como daqueles que, embora o desejando, não tenham ainda, até hoje, encontrado as condições mais adequadas a nelas se fixarem.

O PSD já está a fazer essa reflexão, auscultando diversas entidades e personalidades da sociedade açoriana.

Neste contexto, o PSD entende que os Conselhos de Ilha têm de ser mais valorizados e mais determinantes na decisão política e na escolha das políticas públicas.

Por isso, a seu tempo, e no âmbito mais global das propostas que apresentará para a reforma do sistema político e autonómico regional, concretizará o que considera dever ser o papel dos Conselhos de Ilha.

Mas por ter a consciência de que esse trabalho de reflexão levará algum tempo, e porque se revela pertinente proceder de momento a uma alteração cirúrgica ao quadro legal que rege os Conselhos de Ilha, nomeadamente alterando a sua composição, por forma a conferir-lhes não só uma representatividade mais adequada, mais alargada e mais plural, mas também mais consentânea com a importância social e económica que alguns setores, como o das pescas, o do ambiente e o da solidariedade social foram adquirindo ao longo dos tempos e são hoje de grande relevância na sociedade açoriana.

A iniciativa legislativa que o PSD apresentou nesta Casa visa, por um lado, através dos Conselhos de Ilha, que os interesses reais e gerais da ilha sejam refletidos e veiculados a quem de direito, por mais e diversos interlocutores da sociedade civil que, embora fora da esfera política, representam legitimamente organizações sociais e económicas na sociedade açoriana, constituindo-se assim

porta-vozes fidedignos dos interesses coletivos das populações das diferentes ilhas e de toda a Região.

Por outro lado, entendemos que esse alargamento deve ser prudente e razoável sob pena de poder vir a dificultar o funcionamento de alguns Conselhos de Ilha. Propusemos assim, nesta fase, a inclusão de dois representantes de cada um dos seguintes setores: pescas, ambiente e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O PSD-Açores, antes da entrada formal de qualquer iniciativa nesta Casa sobre a matéria ora em apreço, já tinha dado nota pública da sua intenção em propor a presença dos representantes destes três setores, em declarações públicas proferidas pelo seu líder, Duarte Freitas, em 30 de janeiro de 2014.

Quero aqui realçar o trabalho feito pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, nomeadamente pelo seu Presidente, Deputado Francisco Coelho, no sentido de que a proposta do PSD pudesse ser melhorada e sobretudo conformada com legislação mais recente, em particular a Lei Eleitoral 2006 e a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que ocorreu em 2009.

Da parte do PSD também foi revelada a maior abertura para acolher sugestões de outros partidos e para se consensualizar esta importante matéria com relevância institucional e estatutária.

O amplo e positivo consenso criado na CAPAT resultando das iniciativas legislativas do PSD e do Bloco de Esquerda, em devido tempo apresentadas nesta Casa, às quais se juntaram as propostas de alteração do PS e do CDS-PP, teve como desfecho uma proposta conjunta desta Comissão, que agora formaliza uma alteração ao atual Regime Jurídico dos Conselhos de Ilha, quer quanto à sua composição, alargando-a e dando-lhe maior representatividade, procedendo também a alterações cirúrgicas ao seu funcionamento.

Por parte do PSD consideramos como positiva a entrada para a composição dos Conselhos de Ilha dos novos representantes dos setores propostos pelo PSD, nomeadamente das pescas, do ambiente e da solidariedade social.

Lamentamos, no entanto, que o número de representantes fique apenas de um, para cada um dos setores, quando o PSD propunha dois.

O PSD entende que os Conselhos de Ilha devem dar mais oportunidade de intervenção política à sociedade civil; o PS entende que é importante que nos Conselhos de Ilha se mantenha o equilíbrio entre o poder político e a representação da sociedade civil.

O PSD congratula-se que neste processo de conciliação e de consensualização ocorrido sobre esta matéria na CAPAT, a proposta do PS de, através da norma revogatória que retirava por completo ao Governo as responsabilidades de custear o funcionamento dos Conselhos de Ilha, acabasse na solução de permitir que os custos de funcionamento dos Conselhos de Ilha continuem a ser assumidos pelo Governo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD acredita na importância dos Conselhos de Ilha e pretende valorizar ainda mais o seu papel enquanto órgão representativo dos interesses da ilha.

A atuação séria, responsável e comprometida dos Conselhos de Ilha, só enriquece e potencia o nosso sistema político autonómico, enquanto este se assume como a melhor via para servir os interesses de todas as nossas ilhas e de todos os açorianos que nelas vivem e trabalham.

E se é importante que os Conselhos de Ilha não caiam na tentação de servir como plataformas de contrapoder ou de palco para protagonismos que em nada servem o interesse público, é igualmente importante que os Conselhos de Ilha sejam ouvidos com respeito e consideração e não sejam desvalorizados pelos poderes instituídos como muitas vezes acontece.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Se nas visitas estatutárias às nossas ilhas o Governo Regional escolhe como interlocutor privilegiado o Conselho de Ilha para, através deste órgão, colher informação atualizada e fidedigna dos anseios e preocupações mais prementes daquela ilha e daquela população, não pode, à saída daquele encontro ou daquela ilha, esquecer tudo quanto ouviu e lhe foi transmitido sem deixar respostas concretas e consequentes.

Quase sempre o Governo explica-se argumentando que tem um plano para cumprir, que é o seu projeto político, mas se esse projeto e esse plano não correspondem, em cada momento, aos anseios e às preocupações de determinada ilha, o Governo não está seguramente a servir como devia essa ilha em concreto.

Por isso o Governo não pode ser autista em relação aos Conselhos de Ilha.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ó senhor, já não se usa autista!

O Orador: Há, portanto, a meu ver, necessidade de melhorar e aprofundar a postura de relacionamento institucional entre os poderes instituídos, nomeadamente os Governos com os Conselhos de Ilha, os quais importa também serem cada vez mais representativos dos interesses gerais da ilha e, a nosso ver também, mais despolitizados.

Importa que seja um relacionamento saudável, eficaz e consequente; que sirva efetivamente para resolver os problemas das populações e das nossas ilhas; que sirva para enriquecer e consolidar a nossa autonomia e que promova a unidade regional.

A realidade ilha tem nos Açores especificidades próprias que não se compadecem com modelos institucionais de intervenção uniforme para o todo regional.

Cada ilha é uma realidade muito específica.

O reconhecimento político das especificidades de cada ilha é o primeiro passo e porventura o mais decisivo para a intervenção mais adequada dos órgãos de Governo próprio em cada uma delas, visando sempre compatibilizar a satisfação dos interesses próprios das diferentes ilhas com os interesses gerais de toda a Região.

O Conselho de Ilha pode, e deve assim, contribuir para uma maior e mais legítima sensibilização da realidade de ilha, como pressuposto indispensável à tão necessária preservação da unidade regional a qual lamentavelmente tem estado de novo sob alguma preocupação em resultado de inadvertidos pronunciamentos públicos por parte de alguns responsáveis de organismos regionais.

A nossa autonomia foi difícil de conquistar, é um bem supremo da nossa região, tem sido exigente a sua construção e consolidação, porque sempre se baseou no espírito da unidade regional e do desenvolvimento harmónico das ilhas.

Nestes quase 40 anos de autonomia regional, embora com alguns erros e omissões, na matriz do pensamento político regional e também da governação, sempre reinou a ideia de desenvolver os Açores num espírito de coesão social, económica e territorial.

Porque esta foi até agora a chave do sucesso da nossa autonomia, importa que no presente façamos tudo o que está ao nosso alcance para assegurar um futuro igualmente de sucesso aos Açores e a todos os açorianos que a autonomia solidária e subsidiária nos poderá continuar a proporcionar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu insisto em contar a história porque me parece que a verdade parlamentar, a verdade e a cronologia parlamentar, são também um elemento político de análise.

Contar a história é começá-la desde o princípio.

Todos sabemos e nos recordamos que na anterior legislatura existiu uma Comissão Parlamentar Eventual, chamada de Operacionalização ou para a Operacionalização do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, durante o trabalho da qual o Bloco de Esquerda apresentou um Projeto de Decreto Legislativo Regional que fazia exatamente uma proposta de alteração ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha, e que não era muito diferente daquela que depois viemos a apresentar. Isto foi na última legislatura.

O certo é que a legislatura terminou, terminou com ela a comissão parlamentar eventual e a proposta, a iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, nunca chegou (porque o tempo é assim mesmo) a ser nem discutida, nem votada.

Acontece que no dia 7 de fevereiro de 2014, o Bloco de Esquerda entregou no Parlamento dos Açores um Projeto de Decreto Legislativo Regional de alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, que exatamente estipula o Regime Jurídico do Conselho de Ilha.

Importa também dizer que exatamente 10 dias depois, ou seja, no dia 17 de fevereiro, o PSD entrega uma proposta com o mesmo objetivo diferente da do Bloco de Esquerda.

Esta é a história, porque às vezes contada de maneira diferente acaba por ser prosseguida por quem nos está a acompanhar de uma maneira diferente.

As alterações propostas pelo Bloco de Esquerda são, na realidade, de natureza cirúrgica e estão longe de ter a pretensão de serem uma verdadeira reforma do

Estatuto, da função e até do funcionamento dos Conselhos de Ilha, que o Bloco de Esquerda pensa que a curto prazo deverá ser feita.

Sabemos que não estamos sozinhos quando pensamos isso, pela relevância que todos nós atribuímos aos Conselhos de Ilha, pela relevância que reconhecemos no seu papel primeiro, de conhecimento, de levantamento e de denúncia das situações mais relevantes sobre diversas áreas da cultura ao ambiente, passando pela lavoura, as pescas, a igualdade de género e todas as outras áreas em que os Srs. e as Sras. Deputadas queiram pensar.

Portanto, na realidade nós temos a função, diria mesmo a obrigação, de repensarmos no sentido de complementarmos e alargarmos ainda mais o Estatuto, o funcionamento e a composição destes Conselhos de Ilha. Mas dizia eu que as alterações propostas pelo Bloco de Esquerda eram cirúrgicas e que, enfim, partimos sempre do princípio, apesar disso, que o caminho se faz caminhando.

O caminho faz-se caminhando e às vezes podemos dar passadas largas, outras vezes temos que encurtar o passo.

Neste caso concreto o caminho fazia-se caminhando e nós demos o nosso contributo primeiro.

Acontece que às vezes não há outro remédio senão ser pioneiro e estar sozinho, mas há momentos de graças em que se é pioneiro e acaba-se acompanhado e foi isso exatamente que aconteceu com a iniciativa legislativa do Bloco de Esquerda, porque depois do Bloco de Esquerda apresentar esta iniciativa, o PSD, 10 dias depois, apresentou a sua e em sede de Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, recebeu durante o longo caminho percorrido, desde fevereiro até hoje, (estamos em janeiro de 2015) o contributo do Partido Socialista e o contributo do CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ao contrário!

A Oradora: Não há contrário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há, há!

A Oradora: É assim, Sr. Deputado.

A proposta final, que é esta proposta que aqui está de substituição integral, a proposta final, é mais completa, é mais abrangente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito mais!

A Oradora: ... e responde de uma forma muito mais consentânea àquilo que nós pretendemos que é reconhecer o valor inestimável do trabalho dos Conselhos de Ilha.

Na nossa proposta de 7 de fevereiro, o Bloco de Esquerda acrescentava aos elementos do Conselho de Ilha, já estipulados no Decreto Legislativo Regional 21/99, mais representantes das Associações de Pesca, mais representantes das Associações Ambientais, mais representantes de Associações Culturais e também representantes da Comissão Regional para a Igualdade no Trabalho e no Emprego dos Açores, sendo que nos três primeiros setores propúnhamos dois elementos e no último, a Comissão para a Igualdade no Trabalho, propúnhamos um.

Outra alteração, no caso ao artigo 3.º, era permitir que os Deputados eleitos pelo Círculo de Compensação Regional, uma vez que a nova Lei Eleitoral é bem posterior ao ano de 99, ano que institui o Regime Jurídico dos Conselhos de Ilha (porque não aceitamos e penso que ninguém aceitará nesta Casa que haja Deputados de primeira e de segunda), deveriam ter direito a participar nos Conselhos de Ilha na sua ilha de residência, sem direito a voto como todos os outros.

O resto das propostas de alteração decorre, do ponto de vista formal, destas duas essenciais: alargamento da composição do Conselho de Ilha e a possibilidade dos Deputados eleitos pelo Círculo Regional de Compensação participarem também nestes mesmos conselhos.

Como disse há pouco, acontece que no decorrer dos trabalhos de Comissão, parte dos quais eu não acompanhei, mas antes o meu colega Paulo Mendes, na sua condição de Deputado desta Casa, chegaram a bom porto com o contributo de todos os partidos e daí eu dizer que quando se é pioneiro solitário e se acaba acompanhado é uma graça, porque ganham sobretudo aqueles que devem ganhar alguma coisa, que é exatamente o povo açoriano e, neste caso, a representação dos seus problemas por ilha dentro deste conselho, uma vez que a sua composição foi substancialmente mais alargada e muito ultrapassada relativamente quer à proposta do Bloco de Esquerda (primeira) quer à proposta do PSD (que entrou em segundo lugar), acabou muito mais reforçada e muito mais completa do que a nossa e do que a do PSD.

Quanto à proposta de substituição integral, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda subscreveu-a integralmente. Portanto, defende-a tal como ela está apresentada.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

(Neste momento o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que hoje é um dia feliz para este Parlamento e também, já agora faço questão de dizer, para o Bloco de Esquerda que se pode considerar, pelo menos hoje, bem acompanhado.

Eu gostava de lembrar que, segundo notícia que me chegou há pouco, a Assembleia da República acabou de aprovar a introdução do princípio da

paridade a 33% na Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Também recordo que partiu nesta Casa, e neste caso em concreto, de uma iniciativa do Bloco de Esquerda, que foi sufragada quase unanimemente.

Portanto, é bem verdade também, Sra. Deputada Zuraida Soares (e tenho a certeza, aliás pelo que disse, que concorda comigo), eu estou recordando que também a introdução do princípio da paridade na nossa Lei Eleitoral...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não foi votada! Foi debatida!

O Orador: Eu recebi uma informação recente que teria sido.

Deputada Zuraida Soares (BE): É amanhã!

O Orador: Mas vamos partir do pressuposto que tudo vai correr bem e que também foi, neste caso concreto, uma iniciativa do BE que acabou bem acompanhada e que foi quase sufragada por unanimidade.

É bem verdade, Sra. Deputada, como aliás também acabou por lembrar, que as vitórias e os princípios quando são reconhecidos (e que nos deixam com certeza, aos seus defensores e principal e justamente aos seus históricos e primevos defensores) têm essa ironia, acabam por ser de algum modo coletivizados. Isso é que é verdadeiramente o seu sucesso, é a sua adaptação de forma mais ou menos unânime e consensual por todos.

Também aqui eu gostava de salientar...

A história está feita, é importante. Neste caso é evidente que há muitas histórias. É evidente que na Revisão do Estatuto Político-Administrativo, inclusive, não se fala no nome Conselho de Ilha, fala-se já em algo mais abrangente e mais lato, pensando eventualmente numa futura revisão e aprofundamento desse conselho ou dessa entidade supramunicipal e de ilha na Região Autónoma dos Açores. Mas é evidente que aquilo que aqui nos traz de forma mais imediata começou por ser uma proposta do BE, seguida, em termos

cronológicos de perto, e também em termos materiais, de algum modo, por uma proposta apresentada pelo Partido Social Democrata.

Eram propostas que basicamente tinham a ver com uma intenção louvável de alargar a representatividade através da composição do Conselho de Ilha, tinham algumas diferenças.

Penso que o essencial dessas propostas foi conseguido, aliás, também em nome daquilo que é essencial, por isso mesmo é que estamos aqui. Ou seja, superámos em nome do consenso e da salvaguarda dos princípios essenciais, das intenções dos proponentes e também de quem se lhes juntou como legislador, neste caso, secundário, quer o PP, quer o próprio PS, no sentido disso ser consagrado.

Assim teremos, como já foi dito, um representante das IPSS, das Associações do Ambiente, do setor das Pescas, mas também, nas ilhas onde existam associações desse tipo, um representante das Associações Contra a Discriminação de Género. É uma proposta que o Bloco de Esquerda fez uma grande questão e teve uma particular sensibilidade para isso, e que o Partido Socialista achou, desde sempre (e não só o Partido Socialista face aos resultados) que merecia ser acolhida.

O Sr. Deputado Félix Rodrigues também deu um conjunto de *apports* importantes, quer pessoalmente na Comissão, quer através da proposta escrita que apresentou, e deu também um *apport* importante, naturalmente, ao priorizar o essencial, ao perceber a importância deste consenso e ao dar aqui o contributo da representação da Universidade dos Açores através dos Conselhos de Ilha, ou das ilhas cujos conselhos estão sedeados também, onde há Campus da Universidade dos Açores.

Também há aqui algumas questões de algum pormenor, mas que são importantes na melhoria da democraticidade e pensamos que de funcionamento do próprio órgão: quando se propõe, por exemplo, que a sua mesa possa

funcionar como Comissão Permanente, cujos seus regimentos possam prever o trabalho em comissões setoriais; que o público possa colocar questões e, pelos membros do Conselho de Ilha, essas questões possam ser respondidas; que os Conselhos de Ilha possam, apesar do alargamento da sua abrangência e da sua composição, convidar, face aos temas específicos que vão ser debatidos, determinados especialistas ou representantes de determinados sectores para participarem nesses Conselhos de Ilha.

Também são, com certeza, ao nível da melhoria da democraticidade aspetos importantes que acabaram por ser consagrados.

Gostava de dizer que também concordo, como aqui foi dito, aliás o PSD disse-o também em Comissão, que se calhar todos nós, e até um pouco em homenagem à porta aberta pela última revisão do Estatuto, ainda pensamos, e bem, e queremos de uma forma mais audaciosa, mais ambiciosa, que este órgão, pela sua especificidade, pelo seu carácter simbólico de grande importância político institucional, possa ter ainda um papel mais relevante na nossa autonomia e nas respetivas ilhas.

Mas felizmente também tivemos todos, independentemente disso, a sageza de perceber que às vezes é mais fácil fazer ou ir por pequenos passos. Portanto, essa grande ambição, independentemente de não termos desistido dela, não impediu que desde já façamos as melhorias que foram apresentadas e que, podendo parecer mais modestas, acabam com certeza por ter um enorme significado prático.

Portanto, talvez seja útil (porque sendo certo que da essência dos parlamentos é a pluralidade e da pluralidade a divergência sagrada e democrática,) e justo registar que também por vezes, em questões de grande significado político, institucional e simbólico, os parlamentos, apesar das suas divergências, são capazes de trabalhar construtivamente,...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem! Ouçam, Srs. Deputados!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ouçam não! Ouça o senhor! Na CAPAT é assim!

O Orador: ... são capazes de ceder num ou noutro pormenor e são capazes, como se viu, de chegar a importantes consensos e de fazer importantes questões, políticas e institucionais, avançar e funcionar de forma democrática e consensual.

Nesse aspeto, penso que todos nós, sem exceção, estamos de parabéns.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado! Ouviu, Sr. Deputado José San-Bento! Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pensávamos que não íamos para as questões das camisolas amarelas. Infelizmente fomos, desnecessariamente!

A proposta de 99, este Decreto que está a ser alterado, é uma proposta do CDS-PP e não só. E por ser uma proposta do CDS-PP, a 08-02-2011, no âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual para o estudo e elaboração das propostas legislativas necessárias ao desenvolvimento e operacionalização da 3.^a Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou a seguinte proposta de alteração, entregue ao Sr. Deputado Clélio Meneses:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na proposta de alteração constava ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diz a data!

O Orador: Já disse, Sr. Deputado.

... que o Conselho de Ilha era composto (devia ser acrescentado):

- dois representantes das Associações de Pescadores;
- um representante de cada ordem profissional;...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É bom que o senhor ouça!

O Orador: - os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral na respetiva ilha, que podiam participar nas reuniões sem direito a voto;

- os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de compensação que podem participar nas reuniões do Conselho de Ilha da respetiva ilha permanente, sem direito a voto;

- representantes das Associações de Pescadores (estavam contemplados nas propostas em análise);

- os representantes das ordens profissionais não estavam.

Ora, voltando agora a questão para aquilo que interessa, que é não é a camisola amarela.

O que interessa é efetivamente a democracia e a cidadania.

Nós vemos que nessa alteração desse projeto do Regime Jurídico do Conselho de Ilha, do nosso ponto de vista, é importante a participação cidadã e, por isso, que um Conselho de Ilha represente a realidade da ilha. A realidade da ilha não é só um conjunto de políticos ou de pessoas que têm de facto uma certa ação política na ilha, mas deva ser representativa daquilo que pensam as pessoas, das dificuldades das empresas desta ilha, etc., etc..

As ilhas dos Açores têm uma geometria muito variável e é exatamente por entendermos que há essa geometria muito variável que numa primeira análise e numa primeira proposta feita em sede de Comissão, que o CDS-PP fez, na tentativa de compatibilizar as duas propostas, fê-la de forma não partidária. Entregou um conjunto, como bem se lembram, de propostas sem qualquer

vínculo partidário, na tentativa de chegarmos a um consenso de algo que parecia comum às duas propostas e a todos os membros da Comissão.

Perante uma proposta não partidária, que foi o que foi entregue em Comissão, deparámo-nos com as propostas agendadas para plenário e a serem debatidas. Não fomos informados que havia outra proposta de alteração.

Vendo alguns problemas de votação relativamente a dois documentos que iam ser votados um a seguir ao outro, entendemos que devíamos apresentar uma proposta que compatibilizasse aquilo que os dois documentos tinham. Assim o fizemos e é assim que aparece um contributo partidário do CDS-PP, porque antes tivemos um diálogo aberto, na tentativa de encontrarmos consensos.

E porque a democracia é, por vezes, dolorosa, em termos de camisola amarela, temos que abdicar de algumas propostas, temos que aceitar outras, pensando sempre naquilo que é o interesse da ilha e interesses bastante mais abrangentes. Sempre lutámos por um consenso relativamente às alterações ao Decreto Legislativo Regional 21/99/A.

É exatamente por isso que esta proposta não é uma proposta do CDS-PP. É uma proposta consensualizada em que cedemos, porque se olharmos para o que aqui está, não é exatamente aquilo que defendíamos. Há aqui duas visões nítidas nas várias representações parlamentares e nas várias bancadas, que é uma visão mais partidarizada dos Conselhos de Ilha e uma visão menos partidarizada.

Nós comungamos da primeira e o que está aqui é um consenso que não é efetivamente uma visão equivalente àquela que o CDS-PP defende. Mas isso é a essência da democracia. A essência da democracia é saber ceder em prol daquilo que pensamos ser a maior representatividade, dar maior voz à população e que se aproxime da realidade de cada ilha e a realidade de cada ilha é completamente diferente.

Tivemos que jogar e fazer um esforço com as geometrias. As geometrias são muito diferentes e se olharmos facilmente percebemos que a geometria do

Conselho de Ilha de São Miguel nada tem a ver com a geometria do Conselho de Ilha do Corvo.

E um documento que consiga ter princípios base e representações cidadãs e políticas também, exige um esforço muito grande da nossa parte.

O CDS-PP prende-se exatamente com esses princípios e por isso mesmo subscreve esta proposta conjunta. Fez um esforço grande para entendimento, teve abertura de todos os partidos para que houvesse um entendimento e são contempladas aqui algumas propostas.

Do nosso ponto de vista, é um documento possível, é um documento que revela que quando nós queremos conversar, quando queremos dialogar e quando pomos à frente os princípios democráticos somos capazes de chegar a consensos para benefício de todas as ilhas e de todos os Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por sublinhar a dignidade estatutária do órgão representativo da ilha, denominado Conselho de Ilha, uma vez que se trata efetivamente de um órgão criado pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, instituído depois por Decreto Legislativo Regional, mas que é um órgão específico, eu diria mesmo exclusivo da nossa organização político-administrativa.

Ao criar este órgão o nosso Estatuto e os legisladores que o aprovaram (alguns deles ainda aqui presentes, pelo menos na última versão do nosso Estatuto) reconhecem a relevância da especificidade (o Sr. Deputado Artur Lima também), da realidade de cada ilha ou, como dizia o Sr. Deputado Félix Rodrigues, de cada uma das nossas nove diferentes geografias.

Esta importância que o Conselho de Ilha tem traduz-se naturalmente nas competências que tem enquanto órgão consultivo dos órgãos de Governo próprio, seja do Governo Regional, seja da própria Assembleia Legislativa, mas também numa outra componente muito importante que tem a ver com a colaboração e cooperação entre autarquias locais.

É por isso um órgão que é chamado, seja no plano da ação do Governo, seja no plano de ação da Assembleia Legislativa da Região, a participar, na qualidade de órgão consultivo, na elaboração de instrumentos importantíssimos para a vida da nossa Região, como seja, o Plano de Investimentos ou legislação em matéria de ambiente, de ordenamento do território ou de valorização do património cultural.

Naturalmente que tratando-se de um órgão instituído em 82, reconhece a necessidade de ajustar a sua composição às dinâmicas sociais e àquela que é a nossa realidade hoje.

Mas deve também lembrar-se, julgo eu, que desde a sua constituição, este órgão assegurou sempre, nas diferentes configurações que teve (porque registou, se não me falha a memória, duas alterações legislativas) registou sempre, dizia eu, ou procurou assegurar, um justo equilíbrio entre os eleitos locais e os representantes da sociedade civil, certamente que em nome de princípios de representatividade democrática.

É por isso que o Governo saúda o consenso que foi alcançado.

Permitam-me uma referência pessoal:

Tive o gosto de participar nas primeiras reuniões da CAPAT em que ambas as iniciativas foram discutidas e, em nome do Governo, saúdo o consenso que foi alçado, pois parece-nos que se alcançou uma solução equilibrada que não põe em causa esta relação que sempre perdurou na configuração deste órgão.

Por último, não posso deixar de me referir à intervenção do Sr. Deputado Cláudio Lopes para lhe dizer que o Governo não se revê de todo naquele que é

o retrato que o senhor faz da relação do Governo dos Açores com os conselhos das nossas diversas ilhas.

Como já tive oportunidade de referir, seja pela natureza consultiva que reveste perante os órgãos de Governo próprio, seja perante um conjunto de outras competências importantíssimas que tem ao nível das autarquias locais, trata-se de um órgão cuja importância é inquestionável, que tem desempenhado e que continuará a desempenhar um papel fundamental.

É o órgão que expressa de forma fiel a diversidade das nossas ilhas. Expressa também aquele que é o sentimento das populações que representa e é um órgão cuja opinião o Governo Regional valora, respeita e fará questão de continuar a contar com ele.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para anunciar que o PPM votará favoravelmente esta iniciativa e nesta intervenção muito breve referenciar três aspetos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, considero que o Conselho de Ilha continua a ser um organismo importante, do ponto de vista da representatividade dos diversos setores e dos diversos conselhos das diversas ilhas, que é necessário articular, nomeadamente nas ilhas que têm mais do que um conselho. E esta articulação é importante.

Antes da criação dos Conselhos de Ilha... Eu lembro-me perfeitamente do processo que levou à criação dos Conselhos de Ilha (a ideia e o conceito) e era importante realizar esta articulação.

Nesse sentido considero que tem sido uma experiência por vezes positiva.

Noutros aspetos eu acho que há dois fatores que considero que são um risco para o futuro. Um deles tem a ver com o discurso que por vezes é demasiado afirmativo do ponto de vista da realidade de ilha, comparando os interesses dessa ilha com outras ilhas.

É um caminho perigoso que colide com o interesse da Região, o interesse na solidariedade, na unidade, na comunidade de objetivos dos Açores.

Esse é um risco que todos nós podemos verificar, penso que com cada vez maior frequência, com as tomadas de posição de alguns protagonistas de ilha. Essa afirmação não é uma afirmação por si só, mas uma afirmação contra o outro, contra o vizinho ou contra a unidade regional, com queixas contra os outros e comparações entre as diversas ilhas, comparações no âmbito das quais se produzem algumas afirmações de carácter populista.

Penso que é um mau caminho e é um perigo para a unidade dos Açores e para a nossa comunidade.

Eu penso que, embora não seja o comportamento maioritário e não seja um comportamento predominante nas diversas forças políticas de carácter parlamentar que temos nos Açores, alguns agentes políticos começam a tomar com cada vez maior frequência, posições a este nível.

Em segundo lugar, há um outro problema que tem a ver com a instalação, pouco a pouco, ao longo dos anos, de uma natureza um pouco corporativa em relação aos diversos elementos e aos diversos setores que integram os diversos Conselhos de Ilha e que vemos que se eternizam nos lugares. Fundamentalmente, depois verificamos se aqueles representantes de determinados setores têm dinâmicas, verdadeiras dinâmicas de representatividade e de diálogo com aqueles que pressupostamente representam. O que nós verificamos é que depois aquelas opiniões que são vertidas por um determinado setor de atividade, num determinado Conselho de Ilha, não foram previamente discutidas nos fóruns próprios, internos, dessas organizações, e

também não são divulgadas depois da reunião do Conselho de Ilha onde são assumidos determinados posicionamentos. Isso é negativo porque afeta o caráter democrático e representativo de quem se senta nessas instituições para defender posições que não podem ser as suas posições particulares,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito menos bairristas! Assistimos recentemente no Conselho de Ilha!

O Orador: ... mas têm que ser posições que têm que ter uma representatividade no âmbito das instituições que representam.

O que podemos verificar é que um pouco por todos os Conselhos de Ilha da nossa Região existem situações destas, de eternização nos lugares e fundamentalmente também de uma ausência de diálogo e de verdadeira representatividade junto das instituições que pressupostamente representam.

Eu considero que esses são dois perigos que se têm vindo a acentuar no âmbito do funcionamento do Conselho de Ilha.

Mas estas questões, que são questões do funcionamento concreto dos Conselhos de Ilha, não impedem de considerar que esta iniciativa e estas propostas apresentadas aqui, por estes quatro partidos, pelo Bloco, pelo PSD, pelo CDS e pelo Partido Socialista, têm um caráter positivo.

Portanto, o PPM irá votar favoravelmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, não tendo subscrito esta iniciativa, vai dar o seu voto favorável. Não subscreveu a iniciativa porque tem algumas reservas relativamente a algumas questões que estão constantes no articulado, mas também por incapacidade própria da Representação Parlamentar do PCP, uma vez que, por diferentes motivos, não foi possível à Representação

Parlamentar do PCP participar adequadamente nos trabalhos da Comissão Parlamentar.

Isto não quer dizer que, por um lado, a Representação Parlamentar do PCP não se congratule com mais esta iniciativa que visa, ou que dá mais um passo no sentido da operacionalização do Estatuto e do texto do Estatuto que saiu da 3.^a revisão. Lembrar que há outras questões que necessitariam (e estamos a meio desta legislatura) de ser também operacionalizadas como a questão, se bem me lembro, da iniciativa legislativa popular e do Estatuto do Deputado, que são pelo menos duas das questões que faltam operacionalizar e que era bom que nós pudéssemos concluir este caminho iniciado na legislatura anterior no sentido de operacionalizar o que decorre da 3.^a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretária da Presidência, Srs. Secretários Regionais:

Esta intervenção é muito breve. Só para precisar aqui um pouco aquilo que foi a minha intervenção feita na tribuna e que, se bem ouviram, não pretendi com ela falar de corridas nem de camisolas amarelas, não foi essa a intenção pelo menos. Também me parece que não cometi nenhuma inverdade naquilo que foi ali lido.

O que eu disse foi que o PSD tinha dado entrada (nem sequer falei em datas), nesta Casa, de uma proposta legislativa no sentido de alterar a composição dos Conselhos de Ilha, uma alteração cirúrgica.

Falei, e acho que falei com verdade e com razão, de que há pelo menos um ano a esta parte, o único líder partidário nesta Região que ouvi pela primeira vez

falar de uma proposta de alteração ao Conselho de Ilha foi o Deputado, e líder do Partido Social Democrata dos Açores, Duarte Freitas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não sei se alguém quer contrariar isto. Se quiserem e tiverem sustento para contrariar esta afirmação que o façam; se não têm, acho que falei a verdade e pelo menos não cometi nenhuma inverdade.

Aliás, ainda na última reunião da comissão, da CAPAT, eu frisei bem as datas em que entraram as duas iniciativas, quer a do Bloco de Esquerda, quer a do PSD.

Referi, e estava lá a Sra. Deputada Zuraida Soares que ouviu bem isso, que a do BE entrou a 7 de fevereiro e a do PSD entrou a 17 de fevereiro.

Hoje, aqui, não afirmei por acaso, mas confirmo que essas foram as datas de entrada das duas iniciativas. Portanto, nada de novo.

Sra. Secretária Regional da Presidência, Dr.^a Isabel Rodrigues, minha amiga e com todo o respeito, a senhora tem talvez nem um ano de experiência na governação dos Açores, mas eu tenho vários anos de experiência dos Conselhos de Ilha, pelo menos do Conselho de Ilha do Pico.

Deputado Francisco César (PS): Quer dizer que já havia Conselhos de Ilha antes da Sra. Secretária, ser secretária!

O Orador: Aliás, fui Presidente desse Conselho durante vários anos. Sei bem o que é que o Presidente do Governo Regional dos Açores, dos governos socialistas, afirmava, logo à partida, nas reuniões institucionais com os Conselhos de Ilha nas suas visitas estatutárias. Era assim: estamos aqui para ouvir o Conselho de Ilha, sim senhor, mas temos um projeto político partidário e eleitoral que foi sufragado.

É como quem diz, o que vocês disserem vai valer o que valer.

Deputado André Bradford (PS): Não era isso que queria dizer!

O Orador: Isto era sistematicamente afirmado pelo ex-Presidente do Governo Carlos César e já foi afirmado duas vezes pelo atual Presidente Vasco Cordeiro.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: É verdade, sim senhor.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não desfaçam o consenso!

O Orador: É verdade, sim senhor.

Portanto, aquilo que digo aqui é a verdade e não mais do que a verdade.

Se essa verdade vos incomoda, paciência. Mas esta é a verdade!

Tanto assim é, Sra. Secretária, que basta comparar (pelo menos no caso da Ilha do Pico faça-lhe esse desafio, compare!), os comunicados dos Conselhos de Governo subsequentes às visitas estatutárias à Ilha do Pico com os memorandos apresentados pelos respetivos Conselhos de Ilha e entregues ao Governo antes dessa visita estatutária.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Faça a comparação do teor dos memorandos dos Conselhos de Ilha com os comunicados dos Conselhos de Governo e veja lá que tipos de respostas diretas, objetivas e consequentes são dadas aos Conselhos de Ilha nas visitas estatutárias à Ilha do Pico.

Deputado André Bradford (PS): E o que é que concluiu?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito rapidamente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Isto está correndo bem.

(*Risos da câmara*)

Portanto, vou começar por me congratular com a lembrança do Sr. Deputado Cláudio Lopes de que o líder do PSD está disponível para uma reforma ainda mais profunda dos Conselhos de Ilha.

Aproveito para lembrar que o atual líder do CDS, aquando da subcomissão que preparou a Revisão Estatutária, também esteve de alma e coração com a alteração que abra a porta a isso e também dar um pequeno toque. A Sra. Deputada Zuraída Soares também na sua intervenção e a moção global de estratégia do PS, apresentada no último Congresso, aponta nesse sentido.

Portanto, nós além desta reformazinha estamos prontos e de peito aberto para fazer uma reforma ainda maior, coisa que eu me congratulo.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é que é falar!

O Orador: Há bons sinais para isso.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, sem querer entrar em polémica, é só um facto histórico.

Como V.^a Ex.^a certamente se lembrará, até porque era Presidente de Câmara na altura, os Governos do Partido Socialista, em determinada altura, a respeito da história das visitas estatutárias, e foram criticados por causa disso, acharam que era mais representativo, em vez de reunir com os municípios, passar a reunir com os Conselhos de Ilha. E mais não digo.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Continua a haver consenso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não ia efetivamente fazer mais nenhuma intervenção, porque acho que o que está aqui hoje em discussão é uma solução a que os diversos partidos representados nesta Assembleia conseguiram chegar para melhorar a representatividade das populações das nossas ilhas. Julgo que esse deveria ser o traço que marcaria este debate. Assim não quis o Sr. Deputado Cláudio Lopes, porque viu aqui uma oportunidade.

Mas eu acho que atendendo ao teor das suas afirmações e que podem levar a lavrar em erro todos aqueles cidadãos que não participam das reuniões dos Governos com os Conselhos de Ilha, eu julgo que é preciso repor a verdade.

É verdade que é elaborado um memorando, como o senhor sabe e o senhor sabe também que sobre esse memorando o Governo se pronuncia perante as Sras. e os Srs. Conselheiros.

Deputado André Bradford (PS): Essa parte ele esqueceu-se!

A Oradora: Esqueceu-se por óbvia conveniência.

Aliás, nesses memorandos são sempre suscitadas, e bem, todas as situações que de alguma forma as Sras. e os Srs. Conselheiros entendem que devem levar ao conhecimento do Governo Regional.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E para que servem essas propostas? Qual a efetividade dessas propostas?

A Oradora: O que já é mais complicado é que o senhor tente passar aqui a ideia de que todas as questões suscitadas pelas Sras. e os Srs. Conselheiros deveriam ter, de forma imediata, uma correspondência num ponto do comunicado do Conselho do Governo. Isso é que eu acho que foi uma jogada um bocadinho ousada e excessiva da sua parte.

Esta minha intervenção é só para repor essa verdade e faça jus, Sr. Deputado, àquela que é a relação do Governo Regional com os Conselhos de Ilha e à forma respeitosa e frutuosa como a relação entre dois órgãos tão importantes se tem desenvolvido.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação (perguntava ao Sr. Deputado António Marinho se vai votar aí?).

Sras. e Srs. Deputados, vamos então votar na generalidade esta proposta de substituição integral.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu coloco à consideração da câmara, uma vez que esta foi uma proposta consensualizada, a possibilidade de colocar à votação em conjunto os quatro artigos deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Concluimos estes dois pontos de agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos a um quarto para as sete.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 51 minutos.

Vamos continuar com a nossa Agenda. Entramos agora no ponto 17: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 108/X – “Pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a privatização da TAP”**.

Este pedido de urgência é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP. Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para justificar a urgência.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A urgência tem a ver, pensamos nós, com o *timing* adequado para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie sobre a intenção de privatização da TAP, uma vez que o processo está para decorrer.

Aliás, julgo que hoje terá sido aprovado no Conselho de Ministro o novo caderno de encargos para a privatização e como tal este é o tempo adequado para que a Assembleia se possa pronunciar em termos políticos sobre esta intenção de privatização da transportadora aérea nacional.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Não havendo vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado, então dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentar o **Projeto de Resolução**.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os sucessivos Governos da República têm tido apenas uma política e um desígnio para a TAP: Privatizar! Privatizar assim que possível, privatizar a qualquer preço.

Neste desígnio, como em tantos outros, PS e PSD têm estado unidos. E, apesar das nuances pré-eleitorais do líder do PS, António Costa, a verdade é que a privatização da TAP estava prevista no Memorando da Troika, esse pacto criminoso de agressão ao nosso país e ao nosso Povo, que foi subscrito, como todos sabem, pelo PS, pelo PSD e pelo CDS-PP.

Se não o conseguiram até agora foi graças à luta dos trabalhadores da TAP e dos cidadãos. Se não tiveram ainda a coragem de o concretizar, foi pelo medo da resposta que os eleitores lhes dariam nas urnas, pois sabem bem que os portugueses não concordam com esta privatização, da mesma maneira que o assaltado não concorda com o assaltante.

E não exagero no que estou a dizer, pois que outro nome dar à alienação de uma parte valiosíssima do património dos portugueses?

Com os seus quase 70 anos de história, a TAP vale muito mais do que a soma do valor da sua frota e das suas rotas. Tem um valor dificilmente calculável que vem da qualidade, experiência, esforço e empenhamento dos seus profissionais, altamente qualificados, que a tornaram uma referência de que nos podemos orgulhar, uma marca imediatamente reconhecível para todo o mundo lusófono, que leva o nome de Portugal a todos os cantos do mundo.

Estamos a falar de uma das grandes empresas portuguesas, a maior exportadora nacional, que emprega diretamente mais de 12 mil pessoas e que contribuiu anualmente com centenas de milhões de Euros para o Orçamento do Estado e da Segurança Social.

E estamos a falar de uma empresa pública que é lucrativa. Tem dívidas, sim, mas é sustentável e dá lucros. A TAP cresceu no ano de 2014 6,6%, mais do que a média europeia, tendo ultrapassado pela primeira vez a marca dos 11 milhões de passageiros transportados. Gerou, no ano de 2013, 34 milhões de Euros de lucros; lucros que pertencem a todos os portugueses!

Entregar a mãos privadas estes lucros públicos, alienar sem justificação ou benefício este património coletivo dos portugueses, que nome pode ter? É um assalto, um assalto e nada mais do que isso!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O dogma ideológico do PS, do PSD e do CDS-PP sobre a gestão privada ser sempre e obrigatoriamente mais eficaz do que a gestão pública está morto e enterrado. O BPN, o BES e a PT são apenas alguns dos seus coveiros mais recentes. Também os privados podem gerir mal e, curiosamente, parece que também nesse caso têm de ser os contribuintes a pagar a conta.

Nem uma empresa privada é sempre forçosamente bem gerida, nem uma empresa pública é sempre forçosamente mal gerida.

As empresas públicas têm tido maus gestores?

É verdade, em boa parte dos casos. Mas essa gestão foi sancionada, esses gestores foram nomeados, ora pelo PS, ora pelo PSD com e sem o CDS-PP. Justamente os mesmos que têm utilizado o argumento da má gestão para defender a privatização!

A TAP pode e deve ser bem gerida, dar lucro, crescer, melhorar o seu serviço, tornar-se mais competitiva, reduzir os custos para os passageiros, se houver vontade política, se tivermos o que não temos tido até agora: um Governo que não esteja obsessivamente empenhado em entregá-la ao setor privado!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Têm de ser denunciadas, neste processo, todas as mentiras do Governo da República! Afinal, e já são os próprios a reconhecê-lo, as regras europeias não impedem que o Estado Português injete capital para permitir o crescimento da companhia, desde que o façam uma única vez a cada 10 anos. E a TAP não recebe qualquer apoio do Estado há 18 anos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vão roubar o dinheiro!

O Orador: É verdade que os Tratados Europeus, e as regras que deles emanam, não são neutros, longe disso! Pelo contrário, estão perfeitamente orientados para o favorecimento do sector privado, colocando às empresas públicas dificuldades, obstáculos e limitações que não colocam às empresas privadas.

Tem vindo a ser criado nos últimos anos um quadro regulatório do funcionamento das empresas públicas que na prática se destina a impedir que elas possam funcionar. Depois de provocar deliberadamente esses constrangimentos, os governantes afirmam a suposta necessidade das privatizações – invocando uma “agilidade e flexibilidade de gestão” que é precisamente retirada e impedida por eles mesmos, por sua própria decisão política.

Não é por acaso que são recorrentemente abordadas situações nas empresas públicas, que resultam desses constrangimentos e “amarras” com que os Governos da República as têm manietado: de demorarem seis meses a contratar o pessoal que necessitam para poder crescer, como aconteceu com a TAP em 2014; de serem impedidas de contratar trabalhadores e por isso perderem trabalhos para empresas concorrentes; de necessitarem de autorizações que tardam para poderem negociar contratos rotineiros como os de abastecimentos nos aeroportos, com esses atrasos a provocar perdas avultadas; de verem muitos dos seus melhores profissionais imigrarem cansados dos baixos salários, do insulto público sistemático e da perseguição a quem trabalha e do desrespeito pelos contratos e pela sua dignidade, etc..

Escudando-se no seu entendimento das «regras da União Europeia», os sucessivos Governos têm, ao longo dos anos, financiado todas as concorrentes ao mesmo tempo que recusam financiamentos à TAP. A situação mais escandalosa acontece com as chamadas companhias *low cost* que recebem milhões por via dos “incentivos” à abertura de novas bases, rotas e por passageiro transportado, num valor global absoluto muito mais significativo do que a TAP, e ainda beneficiam de tratamentos privilegiados no que respeita às taxas aeroportuárias e ao *handling*.

Quando se referem “as regras” da União Europeia, ou ainda “as regras” do “mercado”, importa sublinhar que essas regras estão feitas para impor a concentração monopolista e liquidar as empresas nacionais. As regras estão feitas para que as multinacionais possam fazer todo o tipo de exigências e pressões, com o argumento de que só operam no país se tiverem as condições que querem – enquanto a empresa nacional, que opera no país em que é companhia aérea de bandeira, é gravemente penalizada por outra multinacional a quem se entregou a gestão aeroportuária.

A privatização não é uma imposição europeia, nem uma inevitabilidade. É uma opção do Governo PSD/CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Uma opção errada, que põe em causa o interesse nacional!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para lá destas questões, nas quais definitivamente não concordamos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale lá das greves!

O Orador: ... estamos mesmo do outro lado da barricada, diria, em relação ao PS, ao PSD e ao CDS-PP, existe uma questão na qual devemos concordar.

E essa questão é o papel da TAP na mobilidade dos açorianos e as ligações vitais entre a nossa Região e o continente que também dependem da TAP e do serviço que presta.

Um serviço que pode ser ameaçado, reduzido, piorado no cenário de uma TAP privatizada. Existem Obrigações de Serviços Público, sim, a que um privado seria provavelmente também obrigado. É verdade. Mas há uma diferença muito substancial entre o encarar dessas obrigações como o nível máximo de serviço, como fará uma empresa privada, e encará-las como o nível mínimo de serviço, como deve fazer uma empresa pública.

A diferença está em termos ou não a última palavra a dizer sobre os destinos da companhia de que dependemos.

E isto, Sras. e Srs. Deputados, penso que nos deve unir. A defesa do interesse do Povo Açoriano, a defesa do controle público sobre uma empresa estratégica também para a Região e a recusa da sua privatização é um combate em torno do qual esta Assembleia deve estar unida.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Somos contra a privatização porque o papel da TAP não pode ser reduzido apenas à necessidade de gerar lucros, que é o que as empresas privadas legitimamente fazem. Não. A TAP tem de ser pública porque tem como missão unir uma comunidade de mais de 200 milhões de pessoas espalhadas pelos cinco continentes, porque é, deve ser, a companhia de referência no espaço da Lusofonia. A TAP tem de ser pública porque temos responsabilidades para com todos os portugueses dispersos pelo mundo.

E isso obriga a que se façam opções, em termos de rotas, por exemplo, que nem sempre são as mais lucrativas.

A TAP tem de ser pública porque é um instrumento essencial do desenvolvimento económico do nosso país, que não pode ser reduzido, alterado, manietado ou substituído ao serviço de outros interesses que não sejam os interesses de Portugal. A TAP tem de ser pública porque é a nossa bandeira nos céus do planeta e uma bandeira não se vende, uma bandeira defende-se!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votará favoravelmente este Projeto de Resolução do PCP, quer no seu conteúdo global, quer em cada um dos três pontos da sua resolução, exatamente porque concorda, sem sombra de dúvida, quer com a análise feita sobre o papel da TAP e a ameaça que pesa sobre ela, quer sobre a necessidade,

eu diria a oportunidade, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronunciar por iniciativa própria sobre a privatização que ameaça a TAP.

A preocupação trazida a esta Casa pelo Partido Comunista Português é partilhada obviamente pelo Bloco de Esquerda, ou seja, nós também achamos que a privatização da TAP é mais um golpe contra o nosso país.

A TAP é uma empresa estratégica ao país do ponto de vista económico e do ponto de vista de soberania. E a TAP, retirando os negócios escandalosos de *handling* no Brasil, é uma empresa rentável.

Esta decisão antinacional do Governo da República está em linha com a sua política “austeritária”, que se traduz assim: sacrificar a maioria dos portugueses e das portuguesas aos interesses do capital financeiro nacional e internacional.

Enquanto a pobreza alastra por todo o País, oito mil milhões de euros só de juros são pagos, na hora, sem falta, ao capital financeiro, mas a gula não para e tudo o que é estratégico e essencial como a água, os transportes, a energia, as telecomunicações, os portos e até mesmo a educação e a saúde, são motivo de entrega ao capital financeiro, desarmando o Estado de meios para a sua ação e para o seu financiamento.

Nesta voragem, Sras. e Srs. Deputados, até a segurança social está na mira destes senhores porque consiste num negócio apetecível para as seguradoras e grupos económicos, mesmo que isso lance a incerteza no futuro dos trabalhadores e das trabalhadoras portuguesas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, isto é sobre o Projeto de Resolução? Me aguarde!

A Oradora: Levantar a nossa voz em nome do País e em nome dos portugueses e das portuguesas contra esta política é o contributo que este Projeto de Resolução do Partido Comunista Português traz, no caso concreto, sobre este negócio, desastroso e ruinoso da privatização da TAP.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, estive a analisar o seu Projeto de Resolução e o seu Projeto de Resolução é muito mais contido do ponto de vista ideológico do que o seu discurso.

Se fosse pelo seu discurso eu não poderia votar a favor.

Do ponto de vista daquele que é o seu Projeto de Resolução, reconheço que tentou despir o Projeto de Resolução nalguns preconceitos ideológicos que V.^a Ex.^a tem em relação a este assunto.

A diferença aqui em relação ao PPM e em relação ao PCP é que para o PCP é quase tudo estratégico, é quase tudo fundamental e o PPM nessa matéria tem uma leitura mais restrita em termos de área e de campo de ação.

Mas neste caso concordo com V.^a Ex.^a.

Neste caso considero que é estratégico para o País, é fundamental manter o Estado como proprietário desta empresa, nas ligações aéreas de Portugal com o mundo lusófono, com diversos setores estratégicos para o desenvolvimento económico do País e fundamentalmente em relação ao conjunto do território nacional, considerando o território continental e as ilhas, é absolutamente fundamental que a decisão esteja inteiramente nas mãos nacionais e que esteja na dependência única e exclusiva da vontade do povo português que se manifesta através dos órgãos de soberania, nomeadamente neste caso através do Governo da República e do Parlamento da República.

Por isso, nesta matéria concordo com V.^a Ex.^a. Eu acho que é um erro dramático o País deixar de ter o controlo absoluto sobre esta empresa que é estratégica.

No início podem ser colocadas diversas regras em relação ao serviço público e sobre o que é preciso manter, mas nós o que temos verificado em processos semelhantes é que se isto é verdade, que há umas regras de segurança, que até funcionam durante dois anos, três anos, quatro anos, a seguir o que acontece é que depois de ser privatizada isto é difícil e perde-se o controlo destes mecanismos, estes mecanismos não são eficazes.

Portanto, da nossa parte, na nossa perspetiva é que se trata de um erro e de uma decisão que não podemos acompanhar.

Esta é a decisão do PPM a nível regional. É esta por uma maioria de razão, porque na minha perspetiva é do interesse dos Açores, também, manter a TAP em mãos nacionais, mas também é uma decisão dos órgãos nacionais do meu partido, que eu aqui também estou a tornar pública.

Por isso, nós vamos votar favoravelmente o seu Projeto de Resolução e também apelamos que aqui dos Açores, do Parlamento dos Açores, possa sair uma posição maioritária da defesa da manutenção da TAP em mãos nacionais controlada pelos órgãos de soberania nacionais e pelo povo português.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:
Entende o PCP trazer aqui um Projeto de Resolução e, permitam-me que tente, enfim, tentar recentrar o debate e recentrar até a própria intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Aquilo que é aqui apresentado e aquilo que está em causa nesta proposta e que o Sr. Deputado Aníbal Pires não referiu da tribuna, não se referiu aos pontos substantivos, digamos assim, que estão nesta Resolução são os seguintes:

Deputado Aníbal Pires (PCP): Temos tempos!

O Orador: O PCP propõe o seguinte:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera que dada a natureza da missão da TAP, a sua importância estratégica para o desenvolvimento da economia nacional e regional, as ligações que estabelece com as comunidades portuguesas e com os países lusófonos e o carácter vital do serviço de transporte que realiza o continente português e as ilhas dos Açores, esta empresa deve permanecer sob controlo direto do Estado, como forma de assegurar a prioridade do interesse público nacional”. Ponto um.

Ponto dois: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera que são inaceitáveis quaisquer reduções de pessoal ou equipamentos ou quaisquer medidas de gestão que resultem em diminuições da qualidade e disponibilidade do serviço de transporte prestado à Região Autónoma dos Açores”.

É isto que defende e é isto que propõe o Sr. Deputado Aníbal Pires e a Representação Parlamentar do PCP.

Tendo em conta o conteúdo desta proposta apesar e independentemente do teor da intervenção de tribuna do Sr. Deputado Aníbal Pires, naturalmente que o PS concorda com aquilo que é referido nestes pontos e votará favoravelmente este Projeto de Resolução do PCP.

Deputado Luís Garcia (PSD): Vocês têm um descaramento! Que descarados! É impossível fazer política com jeito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que número!

O Orador: Parece-nos também, tendo em conta isto que acabo de referir, tendo em conta aquilo que é proposto pelo PCP e tendo em conta também aquilo que

está em causa através da manutenção do controlo do Estado sobre uma empresa como é a TAP, naturalmente que o PS defende que esta proposta seja aprovada e que o controlo do Estado se mantenha naquela empresa.

Não é preciso ser especialista nestas matérias, e eu não sou de todo especialista nestas matérias, mas quem vê e ouve notícias relativamente à TAP, quem vê e ouve notícias relativamente a todas as evoluções que tem tido este dossier e até quem tem, enfim, os pressupostos ideológicos, se quiserem, e programáticos sobre aquele que deve ser o papel do Estado na economia e na defesa de setores estratégicos para o futuro de um País, no caso Portugal, defende e nós defendemos que o controlo do Estado seja maioritário numa empresa como a TAP.

Também quem vê essas notícias tem consciência que é necessário e urgente capitalizar a TAP e apesar das restrições que a União Europeia tem imposto ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Restrições!

O Orador: ... ao aumento desse capital, parece-nos fácil encontrar alternativas. Por exemplo, recordo a proposta recente do atual Secretário-Geral do PS, António Costa, ...

Deputado António Ventura (PSD): Agora!

O Orador: ... que defende que por exemplo é possível arranjar uma alternativa através de um aumento do capital em bolsa desta empresa, capitalizando a empresa e mantendo o controlo do Estado sobre essa empresa.

Também devo dizer o seguinte e até antecipando aquela que será a narrativa do Deputado do PSD que vai falar a seguir a mim, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ó senhor, nem o Pai Natal acredita nisso!

O Orador: ... posso até antecipar essa narrativa dizendo que o PS defendia a privatização e que está referido no Memorando de Entendimento ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Até sou capaz de o aplaudir!

O Orador: ... com a Troika que era preciso privatizar a TAP. Não é verdade!

Os senhores sabem que não é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa parte está em Évora!

O Orador: Esse Memorando não defende, nem refere a privatização completa da TAP.

Até podemos discutir aquilo que consta nesse Memorando sobre o setor das privatizações.

Mas há pressupostos que se alteraram desde esse Memorando, desde logo o programa de ajustamento que já terminou.

Portanto, os *timings* e o calendário de privatizações que foi definido nesse Memorando já não faz qualquer sentido.

O programa de ajustamento terminou e a TAP não foi alvo de qualquer tipo de privatização nem total, nem parcial.

Por outro lado, há também um dado que nos parece fundamental nesta discussão é que esse Memorando de Entendimento tinha como objetivo a angariação de verbas, digamos assim, para o Estado ao nível desses processos de privatizações, de cerca de 5,5 mil milhões de euros.

Deputado André Bradford (PS): O Estado! – leia-se Governo do PSD/CDS.

O Orador: O Estado já privatizou mais de oito mil milhões de euros, mesmo sem a privatização da TAP, quer parcial, quer total.

Portanto, o pressuposto do Memorando de Entendimento da Troika; o pressuposto que o PSD tem usado para atacar o PS e a legada mudança de posição do PS nesta matéria, julgo que será isso que o Sr. Deputado Jorge Macedo dirá imediatamente a seguir, são pressupostos que se alteraram, é um argumento que não colhe porque esta matéria está completamente ultrapassada e o PS tem aqui como sempre uma posição firme, muito clara da defesa do setor estratégico para o futuro do nosso País ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Hoje! Hoje é assim!

O Orador: ... e existem várias alternativas, como referi, a uma privatização total desta empresa como defende o atual Governo da República do PSD e do CDS-PP.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores não se lembram o que fizeram no passado!

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados o PS aprovará com grande convicção o teor resolutivo desta proposta do Partido Comunista Português.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu reconheço que o Sr. Deputado Berto Messias tem uns belos rins porque as cambalhotas que deu na sua intervenção são dignas de um verdadeiro acrobata.

Mas, já que esta manhã nós fizemos alguma história, e reconhecendo que não tenho os méritos de historiador do Deputado José Contente, começaria por referir que já em 1995, no Programa de Governo de António Guterres no qual o Ministro de Assuntos Parlamentares, chamava-se António Costa ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Faltou essa parte!

O Orador: ... estava lá escrito no Programa do Governo (não é programa eleitoral, é o Programa do Governo): “promover a efetiva viabilização da Transportadora Aérea Nacional – TAP – através da rigorosa reavaliação com posterior abertura do capital nos termos e com as finalidades assinaladas nos objetivos” (barra, digo eu) privatização”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah! Barra privatização!

O Orador: A questão da abertura de capital eu vou buscar ao dicionário da Sra. Deputada Zuraída Soares e talvez nós possamos esclarecer ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nós possamos esclarecer essa questão.

Dando um salto de cinco anos, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tomem notas!

O Orador: ... chegamos a uma altura em que para além de se referir que António Guterres, prometia a privatização da TAP e tudo estava alinhado em fevereiro de 2000, nessa altura o Governo aprovou em Conselho de Ministro, com António Costa como Ministro dos Assuntos Parlamentares ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouça, Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: ... a aquisição de uma participação de 34% da TAP pela Swissair Group.

O valor do acordo ascendeu na época a 156 milhões de euros.

No entanto, as dificuldades financeiras da Swissair afastaram a companhia Suíça do negócio.

Em 2007, o então Secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, (conhecem?) admitia estar a estudar a separação de algumas unidades de negócio para a privatização da TAP.

Em outubro desse ano, a gestão da TAP apresentou junto do executivo socialista ideias que davam conta da sua visão para o modelo de privatização da maior companhia aérea nacional, no entanto José Sócrates acabou por sair do Governo, sem privatizar a companhia.

Lembram-se? Lembram-se todos que nessa altura se falava do TGV, se falava do novo aeroporto de Lisboa e Teixeira dos Santos não tinha dinheiro para pagar salários dos funcionários públicos e as reformas e as pensões dos nossos concidadãos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é verdade?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não posso acreditar!

O Orador: Chegada a essa altura, José Sócrates teve que pedir ajuda às entidades externas, nesse caso vulgarmente apelidado, pediu ajuda à Troika.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não, não é verdade!... É verdade?

O Orador: O Memorando da Troika (e vou socorrer-me aqui dos meus novos óculos) no capítulo de privatizações dizia o seguinte: ...

Deputada Graça Silva (PS): Fica muito giro!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Silva.

... “O Governo acelerará o programa de privatizações

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Jorge Macedo acabe a sua intervenção.

O Orador: ... o plano existente (não é o Memorando, é o Plano de Privatizações que José Sócrates já tinha) ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Esses óculos...

O Orador: ... para o período que decorre até 2013 abrange: transportes, aeroportos de Portugal...

(Apartes inaudíveis da Deputada Graça Silva)

O Orador: Sra. Deputada Graça Silva, pedia só um momentinho da sua atenção porque a sua voz é ouvida aqui com grande nitidez.

Deputada Graça Silva (PS): E não gosta?

O Orador: Gosto! Gosto! Mas eu não queria que a minha intervenção, parafraseando o Sr. Deputado Francisco Coelho, a minha intervenção prejudicasse os seus apartes.

Na área dos transportes: aeroportos de Portugal, a TAP e a CP Carga; na energia a Galp, EDP e REN...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não?!

O Orador: ... nas comunicações, Correios de Portugal.

Isto não era o memorando, era o Plano de Privatizações de José Sócrates, antes de chamar a Troika.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): José Sócrates e quem? Quem é que estava no Governo também?

O Orador: Seguros, a Caixa Seguros, bem como uma série de empresas de menor dimensão.

O plano de José Sócrates, não é o Memorando, o plano de José Sócrates tem como objetivo uma antecipação de receitas de 5,5 mil milhões de euros até ao final do programa do seu plano, de José Sócrates (não é o memorando da Troika, é o plano de José Sócrates).

Os 5,5 milhões, já José Sócrates tinha estimado no seu plano de privatizações.

Deputado Berto Messias (PS): Mas leia a frase seguinte!

O Orador: ... até ao final do programa, apenas com alienação parcial prevista para todas as empresas de maior dimensão. Ponto.

Deputado Berto Messias (PS): Ah! Engloba as grandes empresas!

O Orador: Vou ler tudo até ao fim.

O Governo compromete-se (O Governo de quem? De José Sócrates!) a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das ações da EDP, da REN e tem expectativas que as condições de mercado venham a permitir a venda destas duas empresas (vírgula), bem como da TAP, até final de 2011”.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah!...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Vou repetir: “O Governo compromete-se a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das ações da EDP, da REN e tem expectativas que as condições de mercado venham a permitir a venda destas duas empresas na totalidade (vírgula), bem como da TAP, até final de 2011”.

Portanto não são precisos os dicionários da Sra. Deputada Zuraída Soares para ler o que aqui está escrito.

Srs. Deputados:

Chegado agora a esta fase, o Governo do PSD e do CDS-PP criou um caderno de encargos que assegura que todas ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi aprovado!

Deputado Francisco César (PS): O senhor acredita mesmo nisso?

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o senhor acredita no plano estratégico da SATA e eu não hei de acreditar no comunicado do Conselho do Governo?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): O senhor é que não acredita nisso!

Os senhores privatizaram a ANA e as taxas subiram!

O Orador: Chegada a esta fase o Governo da República criou um caderno de encargos que prevê a privatização parcial da empresa, garantindo desse modo que todas as condições do serviço público para as Regiões Autónomas, são garantidas.

Mas mais, garante que o *hub* se mantém no aeroporto em Portugal, no aeroporto de Lisboa, no aeroporto da Portela.

Garante ainda que as ligações à comunidade lusófona se mantêm; garante ainda que a sede se mantém em Portugal.

Deputado André Bradford (PS): E aos Açores, Sr. Deputado? Garante alguma coisa em relação aos Açores?

Presidente: Srs. Deputados, vamos tentar ...

O Orador: Apresenta a concurso um caderno de encargos que inclui um conjunto de condições que dão todas as garantias de que a TAP continuará a prestar um bom serviço a Portugal e nesse caso concreto àquilo que diz respeito a esta Assembleia e a esta Casa, no cuidado que temos que ter relativamente a essa importante transportadora aérea no serviço que prestará à Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Aposto que este Governo continua a merecer o apoio do Sr. Secretário Vitor Fraga!

Deputado Francisco César (PS): Só tu para vires defender isso dessa forma!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta do Partido Comunista Português, não se percebe o que é que quer, se é a favor, se é contra a privatização porque nos seus pontos resolutivos não se percebe o que é que o Partido Comunista Português quer. Vai ali, e é muito mal e vem para ali “mete o rabinho entra as perninhas” e senta-se caladinho com uma resoluçãozinha para ver se toda a gente passa e aprova.

Mas o PCP é coerente com as suas posições, tenho que lhe reconhecer nessa matéria.

Agora, o mesmo não posso dizer deste Partido Socialista.

Quando, ainda ontem, apresentaram aqui um vergonhoso plano, vergonhoso, que nos envergonha a todos na Comissão de Economia, da *Business Plan* da SATA ...

Deputado André Bradford (PS): Não foi ontem!

O Orador: ... que nem sequer tem em conta os Açores, que é do pior que existe e que já se viu, ainda tem o desprante de virem aqui criticar o que se passa.

Mas é bom recordar a história e é bom saber história e é bom perceber o que se passa e não ser cata-vento, ao sabor da atualidade, daquilo que dá jeito, em eleitoralismo puro, para depois ir para lá e fazer exatamente ao contrário daquilo que dizem.

Aliás, no PEC IV, o Sr. Deputado Jorge Macedo referiu muito bem o acordo da Troika, mas Sr. Deputado Jorge Macedo é bom que se lembre também do PEC IV, daquele Sr. Eng.º que agora está em Évora, o Sr. Eng.º José Sócrates, e que diz o seguinte. Vou citar, PEC IV: “No quadro da programação plurianual das operações de privatização, continuará a promover-se, em geral, a alienação das participações ...

De quem?

Primeiro lugar: serviço postal (ou seja Correios, previstos na privatização por PEC IV de José Sócrates, apoiado pelo PS-Açores);

Deputado André Bradford (PS): Essa, os senhores já fizeram!

O Orador: Privatização da ANA, PEC IV apoiado pelo PS-Açores;

Deputado André Bradford (PS): Os senhores já fizeram! Os senhores já fizeram isso tudo!

O Orador: Transporte aéreo, PEC IV apoiado pelo PS-Açores”.

Ou seja, ...

Deputado André Bradford (PS): Os senhores já venderam tudo!

O Orador: Sr. Deputado Bradford, o senhor ao menos tenha decência de ouvir

...

Deputado André Bradford (PS): Eu consigo falar e ouvir ao mesmo tempo!

O Orador: ... aquilo que o senhor apoiou enquanto estava ali a falar como governante, se quiser inscreva-se no debate para nós conversarmos.

Eu já pedi várias vezes para o senhor vir a debate.

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo por favor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Deixe-os falar, Sra. Presidente!

O Orador: Portanto, o Sr. Deputado do PS, o Governo do PS, apoiou, queria privatizar os Correios, a ANA e a TAP. PEC IV, que os senhores defenderam afincadamente ali e ali. Ou estão esquecidos? Ou estão esquecidos disso?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estão esquecidos!

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Depois, o senhor é absolutamente desonesto...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Presidente: Sr. Deputado, não vamos entrar em diálogo.

O Orador: É absolutamente verdade, eu tenho aqui a cópia do PEC IV, onde está, os senhores apoiaram o PEC IV, os senhores apoiaram a privatização do serviço postal, apoiaram a privatização da ANA e a privatização da TAP, Sr. Deputado Francisco César.

Essa é que é a verdade!

Deputado Francisco César (PS): O que eu sei é que os senhores privatizaram a ANA!

O Orador: É dolorosa, mas é a verdade, Sr. Deputado.

Mais Sr. Deputado. Não é de agora, já vem de antes.

Deputado Francisco César (PS): Nós já nem temos água na Horta!

O Orador: Aliás já em 98 (quem é que era Primeiro-Ministro em 98? José Sócrates, Ministro, Cravinho) dizia o seguinte: “A TAP vai ser privatizada no segundo semestre de 2001”.

Deputado Francisco César (PS): Aos anos! Isso já é mais antigo que estes senhores!

O Orador: Garantiu Jorge Coelho, Ministro do Equipamento Social, ao Jornal de Negócios. 2001, Sr. Deputado.

Portanto, se há quem defende a privatização da TAP, são os senhores, há muito tempo que os senhores defendem isso, quando estavam no Governo. Quando estão no Governo defendem a privatização da TAP, aliás, como defende agora António Costa, só que é com uma dispersão de capital em bolsa, mas defende a privatização à mesma.

Ou seja, os senhores não são contra a privatização da TAP, como nunca foram.

Deputado Francisco César (PS): Vamos discutir semântica! É como a EDA!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve apenas para repor a verdade.

De facto o Sr. Deputado Jorge Macedo é profundamente previsível como se viu e ouviu na sua intervenção.

Deputado Francisco César (PS): É dos óculos!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é previsível é a posição deles, que muda muito!

Previsibilidade devia ser coerência!

O Orador: Mas a verdade é que o Sr. Deputado Jorge Macedo, legitimamente defendendo a posição do PSD e tentando aqui no Parlamento assumir o papel que lhe deram e defender a coligação liderada pelo Dr. Pedro Passos Coelho nesta ideia e neste projeto de privatizar a TAP, tenta interpretar aquilo que constava do programa do Governo...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é interpretar, é ler, Sr. Deputado!

O Orador: ... e do Memorando de Entendimento da Troika, mas a verdade é que eu vou voltar a ler o que está no Memorando de Entendimento da Troika, que diz o seguinte: “O Governo vai acelerar o seu programa de privatizações.

O plano existente elaborado com um horizonte até 2013 cobre as áreas dos transportes, aeroportos de Portugal, TAP e o ramo da carga da CP; da energia GALP, EDP e REN; das comunicações, Correios de Portugal e Seguros, Caixa Seguros, assim como um número de pequenas firmas.

O plano tem como objetivo receitas de 5,5 mil milhões de euros até ao fim do programa, com apenas (ouça! Ouça!) um desinvestimento parcial para todas as grandes empresas”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Continue! Olhe que uma vírgula faz muito!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Leia mais, Sr. Deputado!

Leia sobre o crédito a automóveis! Está em letras pequeninas!

O Orador: É isto que consta no Memorando de Entendimento da Troika, que o senhor tocou ao de leve.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, podemos estar aqui a discutir semântica, aquela que é a interpretação de cada um sobre o que é que é privatização, o que é privatização parcial, o que é privatização total, o que é capitalização, o que é

reforço de capital de bolsa. Podemos discutir tudo isso não há problema absolutamente nenhum.

A verdade é que tal como referi há pouco volto a repetir: a posição do PS é hoje muito clara: o PS é contra a privatização total da TAP.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E amanhã? E ontem?

O Orador: O PS é contra a privatização total da Transportadora Aérea Portuguesa e também devo dizer o seguinte e reforçar que vários pressupostos se alteraram.

Os senhores podem citar aquilo que o PS dizia em 1970...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em 70 não pode ser, porque não existia!

O Orador: ... aquilo que o PS dizia em 1995. Não há problema! O PS não se envergonha do seu património histórico, muito menos se envergonha daquilo que defendeu e daquilo que fez em determinados períodos da história, em defesa de Portugal e em defesa dos portugueses.

Nós não temos problema absolutamente nenhum com o nosso passado e com o nosso património enquanto partido político, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já sabemos! Até repetiam tudo outra vez!

O Orador: ... mas é inquestionável que o calendário de privatizações que a Troika (a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o FMI) que acertaram com o Estado português, no Memorando subscrito pelo PS, pelo PSD e pelo CSD-PP, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Impuseram!

O Orador: ... conseguiu receitas de oito mil milhões de euros e constava do memorando a angariação de receitas de 5,5 mil milhões de euros e esses 8 mil milhões de euros foram conseguidos sem o processo de privatização da TAP estar concluído.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Gente séria!

O Orador: Também devo dizer, e os senhores podem esforçar-se, eu admito o esforço do Sr. Deputado Jorge Macedo para aqui defender, mais uma vez convictamente a coligação que governa hoje o nosso País e o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como a sua com José Sócrates!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Antes com o Passos do que com o Sócrates!
Antes mil vezes com o Passos do que com o Sócrates!

O Orador: ... que aliás confirma aquilo que toda a gente sabe, que é a proximidade e a relação muito próxima entre Duarte Freitas e Pedro Passos Coelho. Com certeza reconheço a legitimidade dessa defesa, mas o programa de ajustamento terminou, a Troika foi embora e agora é tempo de olhar para o futuro com convicção num Governo (permitam-me dizer-vos, seria muito bom para todos os portugueses e para os açorianos) nacional liderado pelo PS e por António Costa, atual Secretário- Geral do PS.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Eu deixei falar toda a gente antes de vos fazer esta advertência para depois não haver aqui questões paralelas, mas a verdade é que é impossível continuar os trabalhos desta maneira.

Os diálogos entre bancadas, os apartes de uma forma tão audível que incomodam, aliás mesmo quando eu tento pedir silêncio às vezes nem a própria pessoa que está no uso da palavra percebe que eu estou a tentar pedir silêncio para se ouvir, de facto não é possível.

Eu compreendo que a hora está adiantada, mas de facto isto assim é impossível.

Portanto, eu ainda tenho uma inscrição, mas apelo a todos, a todos, que permitam que os trabalhos continuem, caso contrário eu vou terminar os trabalhos.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, em abono da verdade é bom que quando nós leiamos alguns dos textos que temos na nossa mão, possamos lê-los até ao fim, em abono da verdade e em abono também de alguma honestidade no debate parlamentar.

Eu vou voltar a ler, aquilo que já li e que o senhor só leu parcialmente, fazendo antes uma referência à previsibilidade da nossa intervenção parlamentar.

De facto nós somos previsíveis. Imprevisível é o PS que muda de opinião a cada cinco anos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... segundo a cronologia dos acontecimentos que eu aqui referi, na minha primeira intervenção.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Volto a repetir: “o plano, de José Sócrates, tem como objetivo uma antecipação de receitas de 5,5 mil milhões de euros, até ao final do programa de José Sócrates, apenas com a alienação parcial prevista para todas as empresas de maior dimensão.

O Governo de José Sócrates compromete-se a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das ações na EDP e na REN e tem expectativa que as condições de mercado venham permitir a venda destas duas empresas (vírgula) bem como da TAP até ao final de 2011”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por que é que o senhor não leu essa parte?!

O Orador: Ou seja, o Governo de José Sócrates assinou o Memorando da Troika prevendo a alienação total da TAP até finais de 2011.

Deputado Francisco César (PS): E os senhores não assinaram?

O Orador: Nós concordamos, nós não damos cambalhotas a cada cinco anos.

Srs. Deputados, eu recordo a vossa herança e repito, em 2002 o Governo de António Guterres negociou a Swissair, a venda parcial da empresa.

Deputado André Bradford (PS): E a fotografia do Catroga?

O Orador: Jorge Coelho era Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Ferro Rodrigues, Ministro do Trabalho e da Solidariedade e António Costa, Ministro da Justiça.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o Passos?

O Orador: Em fevereiro de 2001, depois da desistência da Swissair, Jorge Coelho insistiu no propósito da privatização e datou para o segundo semestre desse ano, a respetiva privatização.

Deputado José Contente (PS): E quem foi o primeiro há 21 anos?

O Orador: Em março de 2001, Ferro Rodrigues substitui Jorge Coelho na função e concretizando a vontade de privatizar a companhia aérea, anunciou um novo plano que encontraria um parceiro privado através da subscrição do aumento de capital, aberto numa segunda fase aos colaboradores da empresa, culminando numa oferta pública de venda. António Costa era Ministro da Justiça.

No ano de 2002, o Orçamento Geral de Estado, esclarecia que o processo de privatização aprovado no Conselho de Ministros em 2000, abrange o período de junho 2000 a julho de 2002, estando previstas para o ano de 2000 as operações de privatização da TAP.

Depois António Guterres saiu e os socialistas, como é sabido, retomaram o poder em março de 2005 com José Sócrates e António Costa tomou posse como

Ministro de Estado e da Administração Interna; Ferro Rodrigues remou ao Parlamento.

Deputado Francisco César (PS): Remou para o Parlamento? Isso não é sério!

O Orador: Já, quanto à TAP, tudo se reprimou, aliás como referido no PEC IV, estava prevista a privatização da TAP.

Agora, não é honesto aproveitando a eventual popularidade de uma inversão de objetivos de pensamento, dizer que a TAP já não é para privatizar.

Mas mais ridículo do que isso é ouvir um candidato a Primeiro-Primeiro Ministro dizer que é possível, na situação atual da TAP, recapitalizá-la através de bolsa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas esse fala?

O Orador: Para já a TAP neste momento não tem capacidade sequer para pagar dividendos.

Qual é o investidor privado que vai meter um euro em bolsa na TAP, sendo certo que neste momento a TAP precisa de 300 milhões de euros para comprar aviões?

Srs. Deputados, sejamos honestos, sejamos corretos, leiamos tudo até ao fim e possamos assumir as nossas responsabilidades porque não vale, os açorianos entendem isso e os portugueses entendem isso, dizer uma coisa em 2000, outra em 2001, outra em 2005, ou melhor, uma em 2000, repeti-la em 2001, em 2005 e em 2011 e depois chegar a 2014 à beira das eleições e tentar um numerozinho de teatro, “um golpe de rins”, para ganhar alguma popularidade com a demagogia fácil de dizer: “A TAP é nossa, não a podemos deixar sair de Portugal!”.

A TAP não vai sair de Portugal!

Aliás, o próprio comunicado do Conselho de Ministros de hoje diz que: “entre as exigências constantes do caderno de encargos, está a contribuição para o reforço da capacidade económica e financeira da TAP, SGPS ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso merece alguma confiança?

O Orador: ... e da TAP, S.A. e da sua estrutura de capital, bem como a assunção de compromissos de estabilidade laboral.

É também exigida a garantia de execução de um projeto estratégico, tendo em vista a preservação e promoção do crescimento da TAP, S.A., com manutenção de integridade e de entidade empresarial e autonomia do grupo TAP, conservando a marca TAP e a sua associação a Portugal e assegurando que a sede e a direção efetiva do grupo TAP, continuem a estar localizados em Portugal, valorizando o desenvolvimento dos seus recursos humanos.

Será sempre avaliada a contribuição do projeto para o crescimento da economia nacional, incluindo o desenvolvimento de um *hub* nacional, como plataforma estratégica nas relações entre a Europa a África e a América Latina”.

Srs. Deputados, o caderno de encargos foi construído com todos estes cuidados.

Deputado André Bradford (PS): O senhor acredita nesse Governo?

O Orador: A TAP tem neste momento uma situação aflitiva, necessita de 300 milhões.

O PS sempre defendeu a TAP e agora porque dá jeito, porque se aproximam as eleições, porque é simpático, vem dizer que a TAP se consegue recapitalizar em bolsa.

Isso é não ter uma ideia para a TAP, mas quem não tem uma ideia para TAP, também não tem uma ideia pra Portugal.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Oh, Sr. Deputado Jorge Macedo, nós estamos neste debate com grande seriedade e com grande honestidade política, como sempre.

Deputado Bruno Belo (PSD): Logo se vê!

Deputado Luís Garcia (PSD): Estão a dar cambalhotas, mas estão com seriedade!

O Orador: Como sempre! Estamos aqui a defender convictamente a posição e a opção política do PS nesta matéria, aliás reconheço que o senhor também está a defender convictamente a opção política do Governo de Pedro Passos Coelho em privatizar a TAP.

Também, deixe-me dizer-lhe o seguinte: citar um comunicado do Conselho de Ministros como algo absolutamente inquestionável quando o atual Governo da República tem um histórico de ziguezagues ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, não fale em histórico do Governo da República!

O Orador: ... e de mudanças de opiniões e de faltar a promessas como tem este Governo da República, parece-me não ser uma narrativa muito feliz.

Mas não posso deixar de lhe dizer o seguinte: o senhor também, e não quero transformar este debate num debate interminável, porque já percebi que estamos a discutir semântica, não leu aquilo que diz no Memorando de Entendimento até ao fim.

Primeiro, volto a dizer, diz na parte das privatizações no Memorando de Entendimento o seguinte: “O plano tem como objetivo receitas de 5,5 mil milhões de euros, até ao fim do programa, com apenas um desinvestimento parcial para todas as grandes empresas”.

Eu julgo que todas as Sras. e Srs. Deputados vão concordar comigo que a TAP é uma grande empresa e vista como uma grande empresa neste pacote de empresas públicas do nosso País.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que é excecionada a seguir!

O Orador: O Sr. Deputado também não leu a última frase. Leu tudo e depois não leu a última frase que diz: “um plano atualizado de privatizações será preparado até março de 2012”, de 2012.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: E...

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, estamos hoje no início de 2015, os pressupostos alteraram-se completamente, os objetivos definidos para angariação de receita e conseguir liquidez para o Estado Português, foram atingidos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é interpretação sua!

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

O Orador: ... estavam definidos 5,5 mil milhões de euros através do processo de privatizações e foram conseguidos 8 mil milhões de euros.

Deputado Luís Maurício (PSD): Está a ver como é que se governa bem? Juntos conseguimos!

O Orador: A Troika, felizmente, para todos nós já se foi embora e portanto todos estes pressupostos foram completamente alterados.

Portanto, Sr. Deputado, o PS tem hoje uma posição absolutamente clara sobre aquilo que pretende para a TAP ...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Hoje!

Deputado Luís Garcia (PSD): Vamos esperar para amanhã para ver se mudam!

O Orador: ... e absolutamente clara na manutenção do controlo do Estado no setor que é absolutamente estratégico para o futuro do nosso País.

Eu não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado, e um partido como o PSD, estejam desta forma subjugados aos interesses de Pedro Passos Coelho, defendendo convictamente esta opção política que na nossa perspetiva é lesiva para os portugueses...

Deputado Luís Garcia (PSD): Veja lá a que interesses é que o senhor se subjugou!

O Orador: ... e que tendo em conta a importância que tem a TAP nas ligações continente/Açores, pode também ser lesiva para os açorianos, caso não seja um processo bem gerido.

Também devo dizer: tendo em conta a insensibilidade tantas vezes mostrada por este Governo da República, relativamente aos Açores, parece-nos que um processo de privatização da TAP liderado e conduzido pelo atual Governo da República não abona em nada de bom para as açorianas e para os açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito brevemente, há coisas que até nos custa ouvir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que pior do que estar subjugado ao Governo de Pedro Passos Coelho, foi ter estado subjugado ao governo de José Sócrates

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Afinal o senhor está no Governo da República!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Deputado Luís Maurício (PSD): Juntos conseguimos! Dói mas é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): No caso deles já não dói!

O Orador: Disto é que os senhores se deviam envergonhar. Era dessa parte.

Mas Sr. Deputado Berto Messias, a questão é esta.

Primeira questão: quando o senhor vem aqui com ar, permita-me usar a expressão, de certo modo galhofeiro, enfim displicente, brincalhão, brincar com um Comunicado do Conselho de Ministros, desvalorizando o que lá está escrito, oh Sr. Deputado, eu podia exatamente fazer-lhe o mesmo em relação aos comunicados do Conselho de Governo e questionar a sua seriedade, mas não seria correto da minha parte fazer isso e não o faria.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu julgo que um Governo quando faz um comunicado ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vale mesmo uma caixa de robalos!

O Orador: ... dum Conselho de Ministros ou de um Conselho de Governo, fá-lo com seriedade e com a convicção de o cumprir. Se por acaso não o cumprir alguma coisa aconteceu, mas ninguém escreve uma coisa com a convicção que não a vai fazer, Sr. Deputado Berto Messias.

Portanto, ficou-lhe muito mal pôr em questão o conteúdo do comunicado do Conselho de Ministros.

Quanto ao mais, Sr. Deputado Berto Messias, a questão da privatização. Já percebemos que o PS não é contra, é apenas o modo de privatizar, mas o Sr. Deputado vai explicar-me quem é que está interessado por uma discussão de capital em bolsa, em adquirir uma empresa com um passivo de mil milhões de euros. Como é que se faz esse aumento de capital, Sr. Deputado?

Mais, quem é que está interessado em comprar uma empresa que tem que investir na renovação urgente da sua frota e atempadamente, mais de 300

milhões de euros, para não chegar à situação da nossa empresa SATA, situação calamitosa que os senhores deixaram chegar, Sr. Deputado Berto Messias?

Mais uma coisa, agora para o Sr. Deputado Aníbal Pires, quando se fala em recapitalização da TAP, ...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Sra. Presidente, o Sr. Deputado Bradford insiste e incomoda.

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor, estou falando com a minha colega!

O Orador: Sr. Deputado, a voz da Deputada Graça Silva ainda é agradável ouvir-se daquele lado, agora a sua é extremamente desagradável ouvir-se deste lado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Srs. Deputados, Sr. Deputado Berto Messias:
Recapitalizar a TAP é possível, através de Bruxelas, isso é verdade.

Já se falou nisso mas é preciso não esquecer ...

Deputado Berto Messias (PS): Não é através de Bruxelas! Bruxelas não deixa!

O Orador: Deixa! Deixa! Com uma condição, com várias condições, Sr. Deputado Berto Messias:

Primeiro, que o serviço se aproxime das *low cost*;

Segundo, que do total do capital, 50% seja suportado pela companhia, e essas duas condições não servem a TAP, não servem os portugueses, não servem Portugal, Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado André Bradford (PS): Serve é vender! Vender é que serve!

O Orador: Quanto ao Sr. Secretário-Geral do PS, bom se a ideia dele para a TAP é essa, as ideias para Portugal a gente já sabe que são nenhuma, para a TAP é 50% de expressão de capital em bolsa. Na altura em que as bolsas estão como estão, eu gostaria de saber como é que o senhor conseguia fazer isto.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para devolver a pergunta ao Sr. Deputado Artur Lima.

Sr. Deputado, estará interessado na capitalização da TAP por via privada através da bolsa, os mesmos que estarão interessados no caderno de encargos que foi aprovado no Conselho de Ministros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acha?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olhe que não! Quem compra manda!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É especialista em bolsa!

O Orador: Os pressupostos são exatamente os mesmos.

Portanto, essa pergunta permita-me dizer-lhe não faz qualquer sentido, a não ser que o caderno de encargos esteja construído de forma a que não apareça nenhum comprador para aquela empresa.

Portanto, Sr. Deputado, as dificuldades, tendo em conta a situação da empresa, que apresenta um processo de capitalização com impacto na bolsa, por via privada, são precisamente as mesmas dificuldades, admitindo que há pressupostos diferentes tendo em conta que no caso do caderno de encargos estamos a falar de uma privatização total ...

Deputado André Bradford (PS): Aí é que está a diferença!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é total! É maioria!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É 60%!

O Orador: ... as questões colocam-se precisamente da mesma forma.

Portanto, Sr. Deputado, permita-me dizer-lhe que essa pergunta na minha perspetiva não faz sentido e também devo dizer o seguinte: o Sr. Deputado não precisa estar irritado, vejo que está irritado, já mandou apertes aos deputados todos do PS, enfim. Eu percebo a vossa irritação, os senhores gostam sempre de assumir o papel de embaixadores do Governo da República nos Açores e ficam sempre irritados quando tocados na “borbulha” e atacamos o Governo de Paulo Portas e de Pedro Passos Coelho.

Tenham calma, não precisam irritar-se, estou certo que nós vamos continuar a denunciar aquilo que o Governo da República está a fazer ao nosso País, mas também estou certo que os senhores vão continuar a defender convictamente aquilo que tem feito Pedro Passos Coelho e Paulo Portas.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E os senhores José Sócrates!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu peço aos líderes e à Sra. Secretária o favor de se aproximarem.

(Pausa)

Sr. Deputado Artur Lima tinha a palavra. Tinha e tem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Prescindo.

Presidente: Sendo assim pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 20 votos contra do PSD e 3 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 20 horas e 05 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P'la redatora: Noélia Escobar